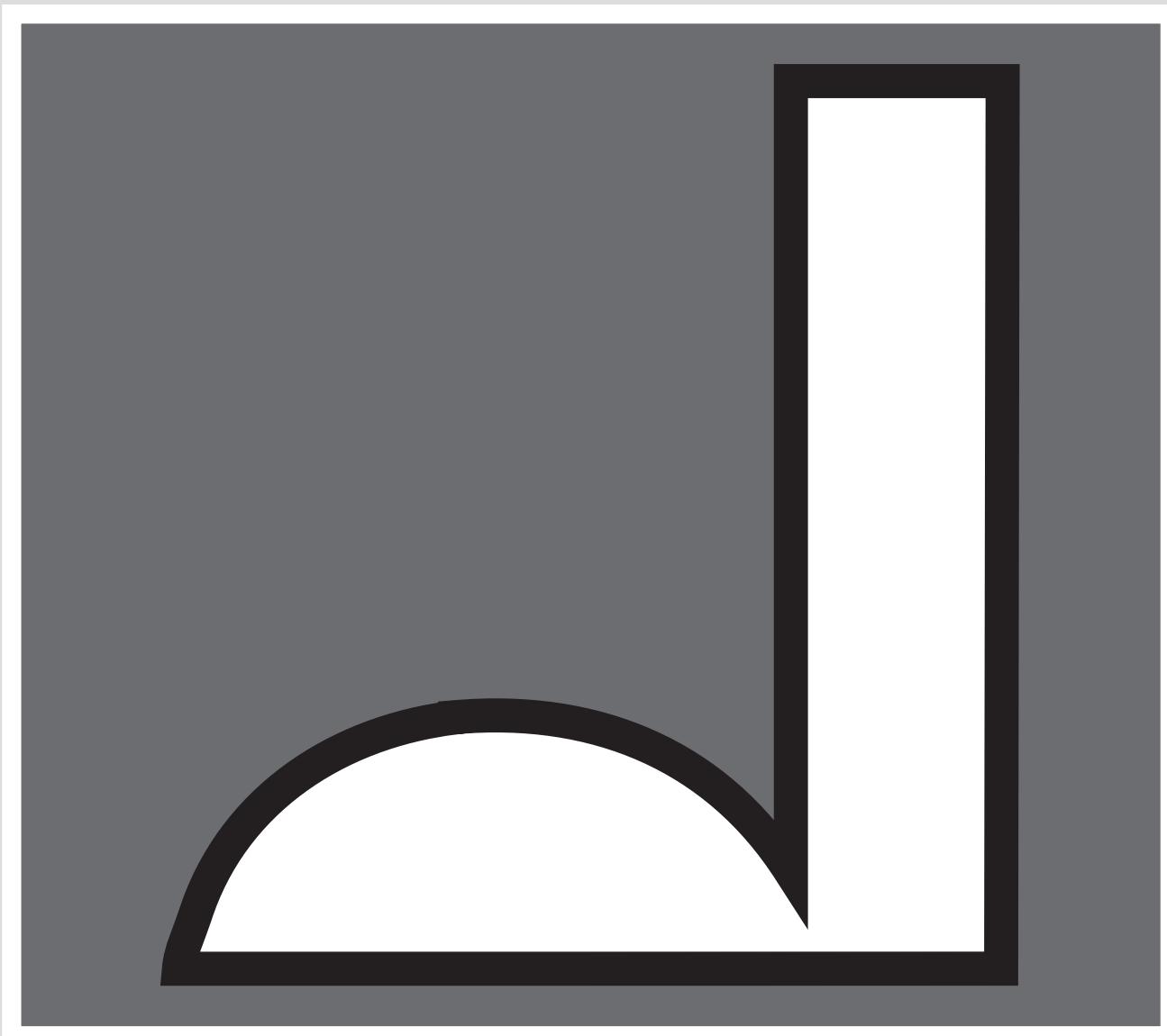




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 132 - TERÇA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4º SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2º VICE-PRESIDENTE Serys Shlessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18	Bloco Parlamentar da Minoría (PSDB/DEM) - 29
Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior	Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana
Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16)	Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes
Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Líder do PR - 4 João Ribeiro	Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
	Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella	
	Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoría até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 146ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 23 DE AGOSTO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, nos termos do Requerimento nº 692, de 2010, do Senador Gim Argello e outros Senhores Senadores.

43031

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Oradores

Senador Gim Argello.....

43031

Senador Adelmir Santana.....

43033

Sr. Luiz Carlos Attié (Prefeito de Cristalina/GO e ex-Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal-CRECI-DF)

43036

Sr. João Teodoro da Silva (Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI).....

43038

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Gim Argello)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 147ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE AGOSTO DE 2010

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 1.151, de 2010, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 281, de 2010, da Senadora Lúcia Vânia.....

43042

2.2.2 – Comunicação

Do Senador Tasso Jereissati, justificando a não participação nas votações nominais realizadas na sessão deliberativa ordinária de 4 do corrente. (Ofício nº 259/2010, de 5 do corrente)

43042

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Arquivamento definitivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Julio Eduardo.....

43043

2.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 776, de 2010, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.465, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamen-

tam, referente ao acolhimento da proposta de reação de inspeção para verificar a legalidade da decisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) sobre a extinção do Contrato 031-88/DT (TC 013.725/2010-6).

43043

Nº 1.298-Seses-TCU-Plenário, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1993/2010-TCU-Plenário, comunicando que não foram detectados indícios de irregularidades na obra Usina de Itaparica-BA Irrigação de Lotes.....

43047

Nº 1.313-Seses-TCU-Plenário, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1992/2010-TCU-Plenário, comunicando que não foram detectados indícios de irregularidades no âmbito da execução do Contrato de Repasse nº 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa, relativo às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO.

43051

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

– Defesa de proposta de emenda à Constituição, apresentada em 2006, cujo primeiro signatário é S. Exª, que contempla o futuro dos jovens de 16 a 24 anos que vivem no campo.

43074

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do empresário paranaense Edmundo Lemanski.

43078

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 774, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário paranaense Edmundo Lemanski.

43078

2.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ADELMIR SANTANA – Reflexão sobre a atual campanha eleitoral.....

43079

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentários sobre anúncio intitulado “Eu voto na Educação”, publicado na imprensa nesta semana. Manifestação de apoio ao movimento “Todos pela Educação”.....

43080

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à situação da infraestrutura brasileira e ao programa eleitoral da candidata do Governo à Presidência da República.

43082

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas à administração do Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior..... 43084
2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 146ª Sessão, Especial em 23 de agosto de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Adelmir Santana e Gim Argello.

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 41 minutos e encerra-se às 12 horas e 46 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, nos termos do **Requerimento nº 692, de 2010**, de autoria do Senador Gim Argello e do Senador Adelmir Santana, que aqui se encontram.

Convidado para compor a Mesa, neste momento, em primeiro lugar, o nosso Presidente Nacional do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, amigo João Teodoro. Por favor, João Teodoro. (*Palmas.*)

Convidado da mesma forma, para compor a Mesa, o Presidente Regional dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, o nosso companheiro, vencedor da última eleição, Sr. Hermes Rodrigues. Por favor, grande Hermes. (*Palmas.*)

Convidado para compor a Mesa o nosso ex-Presidente durante tantos anos, que deixou o nosso Creci com o maior patrimônio dos Crecis estaduais, nosso Prefeito Luiz Carlos Attié. Por favor, Presidente e Prefeito. (*Palmas.*)

Convidado para compor a Mesa, também, o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal (Sindimóveis), Sr. Geraldo Francisco do Nascimento. (*Palmas.*)

Convidado a todos para que, de pé, ouçamos o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agora, a pedido do meu Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, Creci, o Sr. Hermes, e pedindo desculpas também, convidado o Sr. José Geraldo da Silva, Presidente do Sindigeci, para compor a nossa Mesa, por favor.

Peço que a assessoria coloque uma cadeira e peço a todos que não estão compondo a Mesa que

se sintam nesta Mesa. Está bem, gente? Esta é uma sessão de homenagem e nós estamos aqui para juntar, para agregar, para somar, como diz o Hino Nacional: paz no futuro e glória no passado. Nós já tivemos muito disso, não é nosso Presidente?

Então, convidado para assumir a Presidência, enquanto faço um breve pronunciamento, meu querido Senador Adelmir Santana. (*Palmas.*)

O Sr. Gim Argello deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Está com a palavra um dos autores do requerimento desta sessão de homenagem, o Senador pelo Distrito Federal, Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Estou com um discurso. O Senado tem as suas tradições e tenho de fazer um discurso colocado, um discurso lido. Vou fazer algumas interpretações, vou falar algumas coisas, mas, primeiramente, antes de começar, eu gostaria de dizer que estou à vontade, estou em casa. Estou em casa, porque comemorar o Dia do Corretor de Imóveis, que será no próximo dia 27, para mim, é comemorar o dia de uma das profissões que abracei e da profissão com que me identifico no Distrito Federal. Tenho outras profissões, vocês sabem, como administrador, como bacharel em Direito e outras, mas a profissão com que me identifico é a de corretor de imóveis. Desde que comecei minha vida profissional, eu me identifiquei com ela, porque foi a profissão com que ganhei a vida, Senador Adelmir Santana, e é a profissão de vários companheiros que aqui se encontram, neste auditório, no nosso plenário, no Senado da República. Eles foram meus companheiros na nossa lide diária, na nossa labuta diária.

Posso citar o nosso eterno Presidente Luiz Carlos Attié. Hoje, vejo o menino, o jovem Fred, que está seguindo os passos do pai.

Vejo Geraldo Guimarães Leite. Os demais me desculpem, mas o maior corretor de imóveis que esta

cidade já viu foi o Gegê, o Professor Geraldo Guimaraes Leite.

Vejo, aqui, Lucinha. Há quantos anos Lucinha e Wilon vêm representando a nossa grande Taguatinga!

Faço uma citação especial também, pois tenho de falar um pouquinho do nosso Ministro, nosso patrono, Arnaldo Prieto.

Muito obrigado, Ministro Arnaldo Prieto, ao senhor que tanto defendeu essa categoria. E quem está se avizinhando do senhor é o Getúlio Romão, uma tradição da nossa cidade de Taguatinga. Getúlio Romão, da Imobiliária Ideal.

Estou sentindo falta, nesta sessão, de quem muito ajudou, da Beiramar Imóveis, o nosso Alberto, que ainda não chegou.

Então, Adelmir, posso falar o nome de todos. Não vou falar, não, porque ficaram com ciúmes. Eu estou vendo que teve gente que ficou com ciúmes, porque não falei o nome, ouviu, Adelmir? Já arrumei confusão.

Mas com todos vocês eu fico muito à vontade de estar aqui, falando. Por quê? Porque, há anos, quando fomos convidados para integrar uma chapa do Creci, do nosso Conselho... E nisso já se vão, deixem-me ver aqui... Estou querendo falar muito apressado para vocês, mas lá se vão uns 20 anos. Faz 20 anos, Adelmir Santana, que ajudamos, com um pouco de trabalho, a organizar a categoria dos corretores de imóveis do Distrito Federal.

Durante esses 20 anos, essa categoria só... E hoje passou, com a ajuda dos corretores do Distrito Federal, a ser uma categoria que as pessoas todas respeitam. Não está no ideal ainda. Não está no ideal, como nos Estados Unidos. O João Teodoro está lutando para isto, para que seja como nos Estados Unidos, onde o corretor de imóvel é aquele em que a família americana mais confia, porque cuida do maior patrimônio. Muitas vezes, Adelmir – não é o seu caso, porque você tem uma coleção gigante de imóveis –, aquela família compra só um imóvel, ou, no máximo, dois imóveis durante a vida, e aqui estão as pessoas responsáveis por indicar o bom investimento, por indicar onde a pessoa pode investir com segurança.

No Distrito Federal, pela condição de Capital Federal, por ter o maior PIB do País, ou melhor, por ter o terceiro maior PIB deste País, com 82 bilhões de PIB anualmente, por ter a maior renda *per capita* desse País – quase o dobro da segunda –, por ter localização privilegiada, ninguém, aqui, com os corretores de imóveis – e podemos dizer isso abertamente para todo o País, João Teodoro –, ninguém aqui, no Distrito Federal, perde dinheiro com imóveis. Ao contrário, agora, neste mês ainda, no fechamento das contas do

semestre passado, o melhor investimento feito no Brasil foi em imóvel no Distrito Federal. E isso vai continuar por muitos e muitos anos. Por quê? Porque o novo PDOT só autorizou chegar até a 18% da área do Distrito Federal. Isso só vai poder ser mexido novamente daqui a dez anos. Então, só se vai crescer, no Distrito Federal, 0,6%. Hoje, já temos 17,4% da área ocupada. Só poderá ser ocupado mais 0,6%, Presidente Hermes, do território do Distrito Federal, do quadrilátero do Distrito Federal.

Dizer isso a vocês significa a certeza de que o investimento feito no Distrito Federal só tende a valorizar. O metro quadrado – vocês todos sabem muito bem os valores –, que até tempos atrás era de R\$3 mil, R\$2,8 mil em Águas Claras, hoje já passa dos R\$4 mil, R\$4,5 mil. Quando é do Adelmir Santana – mais uma vez, brincando com ele –, vai passar dos R\$5 mil do lançamento, não é, Senador Adelmir?

Então, meus amigos, vejam vocês...

Quem está chegando agora – peço até uma salva de palmas – é outro pioneiro da nossa profissão, o Miguel Setembrino, nosso presidente.

Miguel Setembrino, seja muito bem vindo! (Palmas.)

Miguel, eu ia fazer um discurso lido no plenário do Senado Federal, mas estou me sentindo tão em casa, cercado pelos companheiros, que estou falando de improviso, citando alguns dados que acho muito interessantes.

O nosso aprendizado, nesses vinte e tantos anos de profissão, vinte anos ajudando, à frente, participando, ombreado com o Conselho dos Corretores de Imóveis, e isto foi dito numa das palestras a que assisti, Adelmir – isso é muito bom, estou citando você, porque é o único que está na Mesa e ainda não tem o Creci, mas pode estudar e tirar um Creci, Adelmir, ainda está em tempo –, mostra o seguinte: o corretor de imóveis, quando ia montar uma imobiliária, colocava um telefone, uma escrivaninha, um jogo de cadeiras. Até que um dia, o presidente Attié chamou no Creci alguém para dizer para os corretores que lá estavam o seguinte: se quem vai vender passagem aérea, uma agência de turismo, monta uma estrutura melhor, com carpete e ar condicionado, para vender passagem aérea, em que a pessoa ganha 0,6% ou 0,8% na venda daquele bilhete que custa R\$300,00 ou R\$500,00, por que um corretor de imóveis não pode fazer uma sede, por que não pode investir mais nele mesmo e fazer uma sede melhor, para que as pessoas que lá forem adquirir o seu imóvel tenham condições de fazer esse investimento e se sentirem agasalhadas?

Vocês entenderam? Quando forem montar uma imobiliária, montem uma imobiliária onde a pessoa,

o comprador, o vendedor ou aquele que você administra possa se sentir bem naquele ambiente. Este foi um dos pequenos ensinamentos, entre outros tantos, que eu aprendi nessa gestão do Creci: quando forem construir uma imobiliária, façam o melhor.

Quem me deixou orgulhoso, outro dia, quando fui visitá-lo – ele pegou um andar inteiro no Brasil XXI –, foi o Gil, da Emplavi. Ele pegou um andar inteiro, valorizando os corretores de imóveis, valorizando o que é ter uma boa imobiliária, João Teodoro.

Todos esses corretores de imóveis...

Estou vendo aqui também alguém que tem uma boa imobiliária, a Social, que é o Juliano, que está ali.

Parabéns, Juliano! Você está há tanto tempo no mercado – outro dia vi as suas instalações também – e está bem amparado. E todos vocês.

Sempre coloquei – e durante dez anos, quando fui Deputado Distrital, todos os anos realizava uma sessão de homenagem aos corretores de imóveis – que o corretor de imóveis é dono de 5% do mundo, do Brasil, de Brasília. Cinco por cento pertencem aos corretores de imóveis. São aqueles que pegam a pessoa que tem interesse em comprar ou a que não está muito entusiasmada e provam para aquela pessoa que o melhor investimento é imóvel, porque ela terá a garantia de ter uma continuidade, de dar sequência, porque o imóvel é um bem de raiz e, assim, a pessoa tem condições de ter o seu patrimônio.

E, dizendo isso, tenho que dizer, presidente João Teodoro, mais uma vez, que, em Brasília – e o senhor conhece também quase todos pelo nome, posso dizer que hoje o senhor está muito mais à frente de Brasília e do Brasil, não é, presidente? –, é um orgulho muito grande para nós termos o senhor na presidência nacional do nosso Cofeci, alguém que sempre ajudou tanto Brasília. (Palmas.)

Lembro-me disso, dessa passagem. Quando fomos comprar a nossa sede – sempre gosto de lembrar disso –, cheguei com um pequeno edital para o Luiz Carlos Attiê, um edital que vi nos jornais locais, e disse: “Puxa, já tentaram vender duas ou três vezes este andar aqui no Conic”. Chamei o presidente Attiê e disse: “Attiê, o nosso Creci pode comprar. O Banco do Brasil pode fazer essa venda. Vamos comprar?”. O Attiê disse: “Gim, mas vamos vender o quê?”. “Vamos vender aquela coberturazinha que a gente tinha ali no Antônio Venâncio e umas salas na Asa Norte.”

Hoje, tenho certeza de que o Hermes vai fazer isso crescer muito mais, porque é competente, é sério, é trabalhador.

Estamos muito orgulhoso de você também à frente do nosso Creci. Peço uma salva de palmas para o

nosso presidente Hermes, que é merecedor, chegou lá por méritos. (Palmas.)

Hoje, estamos com um Creci – não sei, talvez o de São Paulo – que tem o maior patrimônio do Distrito Federal, o Creci de Brasília. Prova de que o corretor de imóveis sabe administrar. Tão bem sabe administrar o nosso presidente Attiê que foi administrar a grande Cristalina, e hoje está dando um banho na administração; é tido como o melhor prefeito do Estado de Goiás o nosso presidente Luiz Carlos Attiê. Parabéns, presidente! (Palmas.)

Gente, não vou fazer mais discurso. Já falei o que queria falar a vocês.

Queria dizer a vocês o meu muito obrigado por estar no Senado. Vocês sabem que me colocaram aqui e que são responsáveis pela minha trajetória política. Tenho o maior orgulho de dizer... Quase não venho a sessões solenes, mas, quando é para os corretores de imóveis, faço questão de estar aqui, porque é a minha classe, são as pessoas com as quais me orgulho muito de estar. Quem é médico fala isso, quem é advogado fala isso, mas eu me orgulho de dizer: sou um corretor de imóveis do Distrito Federal, filiado ao nosso Creci e ao nosso Cofeci.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabenizo o Senador Gim Argello pelo pronunciamento e pela vivência que tem no setor, o que o credencia para essa exposição.

Passo a S. Ex^a a Presidência dos trabalhos. (Pausa.)

O Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Eu gostaria de fazer uma citação. Peço que se sente à mesa o Presidente do Secovi, Carlos Hiram. Vamos providenciar mais uma cadeira aqui – é possível? Sim, por favor. Uma salva de palmas para o nosso presidente do Secovi que está aqui, um lutador da categoria também. (Palmas.)

Adelmir, vai dar uma palavrinha? (Pausa.)

O Adelmir vai falar... Pela Liderança, não, mas por ser amigo dos nossos corretores de imóveis de Brasília, Senador Adelmir Santana. Com a palavra, Senador, pela Liderança dos Democratas.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Gim Argello, signatário do requerimento que ocasionou esta sessão de homenagem aos corretores, quero saudar também o Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, Sr. João Teodoro; o Presidente do Conselho Regional de Corretores de

Imóveis do Distrito Federal, Hermes Rodrigues de Alcântara Filho; o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, Sr. Geraldo Francisco do Nascimento; o Presidente do Sindicato da Habitação – Secovi, Carlos Hiram, que acaba de tomar assento à mesa; saudar o Prefeito de Cristalina, o Exmº Luiz Carlos Attié; saudar também o Miguel Setembrino, que aqui está, Presidente da Fecomércio/DF; quero saudar o ex-Ministro de Estado, patrono dessa categoria, ex-Parlamentar Arnaldo Prieto, a quem essa categoria deve muito; saudar os membros do Conselho Federal de Corretores que aqui estão presentes, os membros do Sindicato dos Corretores, os membros do Conselho Regional. Enfim, saudar os senhores e senhoras corretores que aqui estão, senhoras e senhores convidados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, esta é uma ocasião que merece reflexão de todos nós e análise sobre o processo de desenvolvimento que o Brasil experimenta hoje. Vivemos um momento muito auspicioso em vários setores da economia. E todo movimento desenvolvimentista requer investimento e crescimento setorial.

A ideia de um Brasil grande, capaz de atender aos anseios de sua sociedade, composta por diversos matizes étnicos e estilos de vida diferenciados no que se refere ao consumo e à satisfação de suas necessidades, volta a estar presente nos debates políticos e econômicos que vivemos.

Para que o Brasil se tornasse este admirável País, muitos trabalhadores e prestadores de serviços especializados atuaram decisivamente. Entre eles, estava e está o corretor de imóveis, Sr. Presidente.

Quero, neste pronunciamento, destacar a dinâmica de duas cadeias produtivas vitais para o desenvolvimento de qualquer economia. São setores nos quais os corretores de imóveis atuam fortemente. São elas: a do turismo, entendendo por turismo pessoas em movimento, pois quando uma pessoa se desloca por qualquer meio de um local para outro leva consigo todas as suas necessidades de consumo, e isso significa que inúmeras outras cadeias produtivas atuam para viabilizar o movimento humano; e a outra é a cadeia produtiva da construção civil. Ela também é fundamental. Sem sua participação no processo, o consumo, por incrível que pareça, provavelmente não ocorreria, pois faltariam locais e ambientes adequados para que as pessoas se encontrassem e transacionassem serviços e mercadorias.

À medida que a sociedade se desenvolve, Sr. Presidente, tende a acessar serviços e mercadorias, ampliando o nível de satisfação de suas necessidades básicas. E, atendendo às expectativas desse cidadão,

aparece para prestar serviços que demanda um imóvel o corretor, esse profissional que é o elo entre o sonho de ter um imóvel por parte de um cidadão e as empresas que constroem e vendem. É um profissional indispensável porque, à medida que os hábitos e condições de vida mudam, o serviço prestado por esse profissional se especializa, tornando-o um consultor que ajuda o cliente a realizar um sonho, a ter um imóvel de acordo com as suas expectativas e condições.

É um profissional que precisa estar permanentemente se atualizando, entendendo as mudanças nos hábitos de vida e condições de consumo que a sociedade brasileira experimenta. Tem que estar focado nas mudanças, tem que estar focado no futuro. Esta é uma necessidade premente na formação permanente dos corretores de imóveis.

Em todas as transações que envolvem espaço físico, imóveis e as mais variadas propriedades, o corretor é chamado a participar não apenas como mero vendedor ou intermediador, mas como um consultor que bem entende a dinâmica intrínseca de cada setor de seu mercado, que apresenta peculiaridades bem específicas.

Sou um Parlamentar que começou a vida como comerciante e tive, ao longo de todos esses anos, oportunidade de observar o trabalho desse profissional, pois fiz inúmeros negócios envolvendo sua participação, alugando lojas e ambientes. É um profissional nobre e importante para a dinamização da economia e a satisfação da clientela, fato que enriquece o relacionamento entre as pessoas.

Sem dúvida, ajudar pessoas a realizar sonhos é muito bom. Creio que o corretor, em sua maioria, concorda com essa constatação e sente-se realizado ao observar o resultado do seu trabalho, pois contribui para o bem-estar social e a alegria do seu cliente. Esse é o lado bom, Sr. Presidente, do trabalho dos corretores, mas a realidade institucional não coincide com a importância social. Suas condições de trabalho nem sempre foram favoráveis. V. Exª mesmo disse aqui que muitas vezes inicia com uma única cadeira, uma única mesa e um telefone. Ainda enfrentam muitas dificuldades.

Por isso, como Senador, propus recentemente uma emenda à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a Lei do Super Simples, a Lei Geral, para estender os seus benefícios aos prestadores de serviço de corretagem de imóveis, não aos corretores de grandes instituições, grandes imobiliárias, mas aos pequenos. Aprovada essa emenda, os corretores poderão usufruir das facilidades do Simples Nacional (*Palmas*), muito menos burocrático e mais justo com os contribuintes.

Essa categoria ainda precisa de apoio, pois não tem ajuda de custo para plantonistas de imobiliárias e construtoras – existe o custo de alimentação e de transportes – e tem de cumprir a obrigatoriedade da presença de gestores e corretores credenciados em qualquer transação imobiliária, o que foi uma conquista também dessa categoria no Parlamento brasileiro. Precisam também de maior agilidade no processo de abertura de imobiliárias.

É necessário diminuir a burocracia do Estado brasileiro, para ajudá-los a produzir mais e a crescer profissionalmente.

Tenho como preocupação também legislativa propor a ampliação de cursos de tecnólogos com ênfase na área imobiliária, uma vez que nesse setor da economia a demanda por profissionais qualificados será maior na medida em que o País cresce, e a sociedade merece um atendimento especializado.

Nesses cursos que proponho, com duração de dois ou três anos, os profissionais formados já sairão preparados para o mercado de trabalho. Aqui mesmo já tivemos algumas reuniões com a direção do setor. Nós estamos já em vias de implantação de um curso de tecnólogo, na faculdade Senac, que criamos aqui, em Brasília, para dar uma melhor formação aos agentes imobiliários no futuro. E creio que, brevemente – não é, Sr. Presidente Miguel Setembrino? –, isso estará evidenciado, porque nós já estamos fazendo todos os entendimentos com o Ministério da Educação para o registro desse curso de tecnólogo para os agentes imobiliários.

A lógica desse processo de formação tecnológica está no fato de permitir ao profissional crescer numa carreira, podendo, após a formação acadêmica, solicitar ao Conselho Regional a alteração de sua categoria, ascendendo profissionalmente.

O mercado para o profissional da área imobiliária é diversificado e exige conhecimento e capacitação. Isso significa que é uma das mais promissoras profissões nessa década, que apenas está começando. Eu acho que é uma categoria que tende a ter uma ascensão profissional cada vez mais marcante.

Sr. Presidente, a luta pela profissionalização da profissão de corretor de imóveis começou na década de 1930. Desde então, a categoria vem enfrentando e vencendo obstáculos políticos e institucionais, ao mesmo tempo em que presta relevantes serviços à Nação.

Essa trajetória vitoriosa denota o brio, a perseverança e a vontade de participar mais intensamente da economia, de gerar riqueza e contribuir para o bem-estar social. Esses são valores culturais dessa categoria profissional tão importante para as transações

imobiliárias. E aqui temos homens e mulheres que têm verdadeiras marcas dessa luta aqui no Distrito Federal e no País.

Brasília, a nossa querida capital, deve muito aos corretores de imóveis, pois foi a partir de sua iniciativa e contribuição diária que milhões de brasileiros puderam habitar esta cidade. E há uma passagem que já foi muitas vezes aqui, em sessões de homenagem, lembrada, de que Juscelino Kubitscheck acreditou nos agentes imobiliários, nos corretores de imóveis para a implantação do País. Em Brasília, ele até é o patrono dos corretores de imóveis.

Sua ação intensa e sempre discreta, até invisível a olhos desatentos, reverbera, refletindo desejos de pessoas que querem adquirir, trocar, alugar, vender, transacionar imóveis.

Seu trabalho gera riqueza significativa tanto no aspecto financeiro como no aspecto emocional, uma vez que ajuda pessoas a realizarem sonhos. No nosso País, o sonho do imóvel próprio é algo indescritível, e ele só se realiza depois de muitos outros requisitos, com a participação do corretor, porque essa foi uma conquista dos corretores, através de legislação aprovada no País.

Hoje celebramos mais um Dia do Corretor de Imóveis. Nesta sessão solene, reverencio a todos os profissionais dessa honrada categoria, conclamando-os para um momento de grande responsabilidade cívica e vital para o futuro de nossa cidade, que são as eleições de outubro próximo. Está na hora de todos nós nos envolvermos com isso. Não vamos deixar a política como sendo coisa secundária. Não é. É primária. A política é muito importante para não ter o envolvimento de uma categoria que tem tanto contato com as pessoas e com a sociedade, e a importância que ela exerce sobre todos nós.

Portanto, desejo aqui também concluir os senhores. Envolvam-se, procurem saber quem são os candidatos que estão disputando, analisem os candidatos, participem, falem com seus amigos e com seus clientes da importância da política. O Brasil fez a opção pela política representativa. Não adianta. Vamos ter vereadores, prefeitos, deputados, senadores, presidente. De nada adianta a omissão, porque, cada vez que nós nos omitimos, esses espaços são ocupados mais facilmente por aqueles que, muitas vezes, não nos representam, não têm perfil e não têm capacitação para o exercício da vida pública. Muitas vezes, usam a vida pública para outras intenções e não para representar bem a população dos seus Estados e do nosso País.

Portanto, quero concluir, Sr. Presidente.

Naquele momento, todos os corretores poderão dar mais uma grande contribuição para a nossa cidade – naquele momento, eu me refiro à eleição – e para a democracia, escolhendo representantes políticos que tenham interesse real em melhorar a nossa capital, trabalhar para gerar mais empregos, diminuir os impostos e investir na qualificação profissional, para que tenhamos mais oportunidades de crescimento e geração de riqueza e, consequentemente, uma vida melhor para todos nós brasileiros.

Salvem os corretores de imóveis! E até 3 de outubro!

Um grande abraço e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós que agradecemos, nobre Senador Adelmir Santana, suas palavras sobre esta tão laboriosa categoria, que é a categoria de corretores de imóveis.

Para vocês terem ideia, nós estamos dentro do sistema TV Senado, Rádio Senado, e, há pouco, me liga um Senador do nosso Partido, que tenho muito orgulho de liderar, que é o nosso PTB, e me diz: "Gim, você citou vários. Você realmente conhece todos que estão em plenário?". Eu gostaria de responder a ele, ao vivo, que me perguntou. Eu gostaria de fazer uma citação. Só para ter uma ideia, Luiz Claudio Nasser, quem me ligou agora há pouco... Só para... A dúvida que o Senador João Vicente Claudino colocou.

Luiz Claudio Nasser, meu amigo que tantos serviços tem prestado ao Creci, nosso muito obrigado pela sua presença. Gostaria de falar também do nosso querido Saulo Côrtes. Muito obrigado, Saulo. Do Leon. Obrigado, Leon. Obrigado por tudo, a você que tanto serviço prestou. Sena, sei que você está na luta agora, não é, José Sena? Obrigada, Zé, que tanto está fazendo pelo nosso Creci atualmente. Parabéns! Gostaria de fazer referência também ao Paulo. Quantos anos de luta, não é, Paulo? Quarenta e seis anos de luta. Lucinha, de você não posso nem falar, não é, Lucinha?

E o Wilon Wander Lopes, o Miguel Setembrino... Grande Bispo, tive orgulho de ser amigo do Bispão, seu pai, que tão bem representa a nossa categoria, é um lutador pela nossa categoria. Antônio Bispo. Muito bem, Antônio Bispo.

Faço uma citação especial do Getúlio, de quem falei agora há pouco. Queria falar do Oswaldo. Oswaldo, parabéns, você que também é da velha-guarda de corretores de imóveis aqui da nossa cidade. Vou fazer referência também a José Airton. José Airton, quantos anos? Você está lutando e ajudando tanto esta nova gestão do Creci. Parabéns, José Airton. Abraços para a família inteira. Marco Antônio, Lindolfo... Puxa vida, quanta luta! Estou vendo ali agora o Raminho. Vamos

chamar de Raminho. Quantos anos de luta, não é Raminho? Não é brincadeira não. Quanto tempo. Gostaria de citar, aqui no Senado, todos, entendeu, Presidente. Vieram aqui prestigiar mais uma vez a nossa categoria. Obrigado, obrigado, obrigado.

Marco Antônio. Já falei de Marco Antônio, do Gegê, o Getúlio. Já falei do Gegê, do Miguel... Vou falar de todos então, está bem? Eu cito todos aqui. Vou falar da Elizabeth, mais uma. Elizabeth, obrigado pelo tanto que tem ajudado a nossa categoria. É nossa conselheira, nossa gestora.

Para terminar as citações, vou pedir para fazer uso da palavra brevemente – estamos chegando ao horário de almoço, mas não poderia deixar de escutá-lo em uma sessão como esta – o ex-Presidente do Conselho, mas na condição de Prefeito da cidade de Cristalina, que tão bem representa. Agora há pouco, Adelmir Santana – muito bem, 2524, deixe-me falar – falou que os corretores de imóveis têm de participar mais das eleições, e têm mesmo.

São pessoas preparadas, sérias, que conhecem como ninguém suas comunidades. Esse chamamento nós vamos fazer forte para esta eleição e vamos fazer mais forte ainda para a eleição de 2014. Então, em 2014, vamos lá: vai ser a vez do corretor de imóveis. E a prova de que é bom gestor é que nós temos Luiz Carlos Attié na Prefeitura de Cristalina.

Por favor, Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ATTÉ – Obrigado, Presidente.

Eu queria fazer um agradecimento especial ao Presidente da Mesa, o querido Senador Gim Argello, nosso companheiro; ao Presidente João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis; ao Presidente Hermes Rodrigues de Alcântara; a todos da Mesa, enfim, ao Carlos Hiram, ao Geraldo Nascimento, ao Presidente do Sindigeci, José Geraldo, aqui presente, e cumprimentar a todos; ao Ministro Arnaldo Prieto, pois sem a sua ousadia e a sua coragem os corretores de imóveis não teriam essa profissão. Há quarenta e dois anos, colocou embaixo do seu braço um projeto de lei – então, um sonho – e o transformou em realidade.

Mas, Presidente, sou corretor de imóveis por obra do otimismo. Eu fui funcionário do Banco do Brasil, e por lá passava um corretor de imóveis de nome Calil Daher, na época, sempre na agência do Banco, muito feliz e muito receptivo. Passava e contagia a todos ali com aquele seu entusiasmo. Por várias vezes, perguntávamos o que ele fazia. Um dia ele revelou: "Eu transformo sonhos em realidade. Eu sou corretor de imóveis". Isso causou em mim um impacto muito grande.

E é assim que é o corretor de imóveis. É assim que o corretor de imóveis exerce a sua profissão. É assim que o corretor de imóveis deve sair da sua profissão, sempre que necessário, para ajudar as pessoas a sonhar – a sonhar e a realizar sonhos, sonhos da casa própria e sonhos de desenvolvimento. E foi assim que eu me entusiasmei. Fui e voltei... Depois de 16 anos na Presidência do Creci, estou exercendo o cargo de Prefeito da minha querida Cristalina, cidade que me viu nascer.

Mas queria fazer uma homenagem muito especial ao nosso Presidente, hoje, da Mesa, Senador Gim Argello.

Queria dizer, Senador, da grande satisfação que tenho de presenciar sua trajetória; e da grande satisfação que tive ao conhecê-lo. Meu pai, que era amigo do seu pai, Paulo Argello, de saudosa memória, naquele instante, naquela época... (*Palmas.*) Naquela época, meu pai – que se vivo estivesse completaria cem anos –, entusiasmou-se com você. Você tinha menos de vinte anos. Entusiasmou-se. Você chegava à minha casa com uma pasta bem grande e começava a medir a sala em que estava, a olhar o pé-direito e a falar sobre o desenvolvimento por que passaria aquele bairro, naquela época, o Guará II. Você vislumbrava o futuro, que está acontecendo hoje na nossa cidade.

Então, esse seu entusiasmo, essa sua vontade de fazer as coisas o trouxe até o Senado. Essa sua trajetória foi vislumbrada pelo meu pai, talvez pela idade, pela experiência. Ele dizia: “Esse vai longe; esse com certeza vai muito longe, pode acreditar”.

Então, Senador, quero dizer: você, juntamente com nosso amigo, Senador Adelmir Santana, compartilha essa proposta, tradicionalmente. E quero mandar um abraço para os funcionários do Creci que estão ali, todos elegantemente acompanhando a sessão, representados ali pelo Rhanne.

Então, Senador, o senhor, com mais esta homenagem, pode ter certeza de que esse exército de 200 mil corretores pelo Brasil... E aí tomo a liberdade, meu presidente João Teodoro da Silva, de falar pelo senhor: quero dizer que o senhor, Senador, tem um exército de 200 mil corretores de imóveis do Brasil todo à sua disposição, juntos com o senhor, para acompanhar a sua trajetória. Não é nenhuma novidade para mim o senhor estar – aqui, na Presidência da Mesa, hoje –, sendo um dos maiores Senadores da República e um orgulho para a nossa profissão, um orgulho para Brasília. Quero dizer que os corretores de imóveis estão sempre juntos com o senhor. Perdemos um corretor no mercado, mas ganhamos um grande aliado na Casa que faz as leis, representando não só a profissão dos corretores de imóveis, mas também aqueles

mais oprimidos e aqueles que têm necessidade de oportunidades.

O senhor me dizia que o corretor de imóveis tem de abrir caminho; tem de ousar; tem de buscar; e, ao dirigir uma Casa de leis como esta, o senhor tem de abrir as oportunidades para que todos também consigam as suas oportunidades e cheguem ao estrelato.

Parabéns, Gim – se me permite falar assim, dispensando a liturgia do cargo –, parabéns, amigo Gim! Quero sempre continuar aplaudindo-o, como corretor de imóveis, como amigo e seu fiel escudeiro.

Muito obrigado a todos.

Viva o corretor de imóveis, sempre! Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continuando a nossa sessão, agradeço as palavras carinhosas do nosso ex-Presidente e Prefeito Luiz Carlos Attié. E gostaria de lembrar, também, o nosso querido Zéquinha, que não está no nosso meio mais. Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*) Nossa ex-Presidente, uma pessoa que tanto nos ajudou.

Gente, quanto às palavras do Attié, lembrei-me aqui: quero fazer uma prestação de contas da minha passagem aqui no Senado. Há três anos, assumi a função de Senador. Houve Senador – sem querer criticar os que passaram – que passou aqui no Senado e que, durante oito anos – lembrei, porque vi, agora, há pouco, a nossa coordenadora da Mesa, a nossa Diretora, Dra Cláudia –, conseguiu apresentar alguns projetos de lei, mas que não fez nenhuma lei, nenhuma.

Só para os senhores terem uma ideia, só neste ano, da nossa autoria, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva... Tenho muito orgulho de ser seu 1º Vice-Líder aqui no Senado da República. O Líder é Romero Jucá, que é um grande líder. Sou o 1º Vice-Líder. Sou líder do meu partido e 1º Vice-Líder do Governo do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente já sancionou da nossa autoria, este ano, para ajudar a todos, desde os taxistas. Prorroguei o IPI do taxista, emenda nossa, até 2015. Como sabem, quem tem necessidades especiais não paga IPI de táxi. Foi uma lei de minha autoria.

Se eu for lembrar todas aqui, vou-lhes dizer, já passam de uma dúzia as leis aprovadas. Acabei, agora, há pouco, com a carta-frete, com que neste País se tomava dinheiro de caminhoneiro – que era obrigado a abastecer em determinados locais, Presidente Hermes. Acabou isso. Já é uma lei nossa sancionada pelo Presidente da República, a lei da carta-frete.

O Nilo – quantas leis, não é, Nilo? –, na semana passada mesmo, comunicou que consegui: coloquei na LDO, e o Presidente da República sancionou, Presidente João Teodoro, que o Fundo Nacional de Cultura

não pode mais ser contingenciado. Para terem idéia, todos os artistas deste País querem vir a Brasília, para me prestar uma homenagem. Quer dizer, não precisa prestar homenagem, não. Estou aqui para isto, Sr. Presidente: para trabalhar por todas as categorias, por todo o País e, principalmente, para aqueles que mais necessitam de alguém que, como eu, veio de cidade-satélite – bem se sabe disso –, que trabalhou a vida toda e que sabe das necessidades daqueles que precisam ter alguém na Câmara, no Senado e Deus sabe onde.

Quando o Presidente Attié falou, agora, há pouco, "sabemos aonde você vai", digo que não sei, não. Estou trabalhando gente; vamos indo. Estou trabalhando. Enquanto tiver o apoio dos corretores de imóveis, Sr. Presidente João Teodoro, vamos trabalhando para o nosso País, porque este é o País que está dando certo. Agora os corretores de imóveis estão vendo isto: que, no mercado imobiliário e em todos os setores, este é o País que está dando certo. Por quê? Porque o País todo... Hoje temos muito orgulho de dizer que somos brasileiros, sim; que estamos investindo em portos, estádios, aeroportos, ferrovias, hidrovias e, mais do que isso, em educação. Estamos preparando uma nova geração, para realmente ser muito melhor do que a nossa.

Convidado para fazer uso da palavra – ele que é o nosso Presidente Nacional – João Teodoro. (Palmas.)

O SR. JOÃO TEODORO DA SILVA – Bom-dia a todos.

Quero iniciar este pronunciamento, Senador, agradecendo a Deus a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, representando a nossa categoria profissional e podendo pronunciar-me da tribuna desta Casa, que tem sido de grande significação para o desenvolvimento, para a evolução de todos nós, corretores de imóveis do Brasil.

Cumprimento inicialmente nosso Senador Gim Argello, que, em companhia do Senador Adelmir Santana – que cumprimento também, neste momento –, providenciou, como sempre tem feito, um requerimento junto a este Senado Federal para que os corretores de imóveis do Brasil sejam homenageados pela passagem da sua data magna, dia 27 de agosto.

Isso é muito importante para nós, Senador, principalmente sendo V. Ex^a corretor de imóveis inscrito no sistema Cofeci e Creci e condecorado absoluto de toda a história de luta dos corretores de imóveis por este Brasil todo – muito especialmente aqui, no Distrito Federal, onde iniciou sua militância como corretor de imóveis. V. Ex^a depois representou a categoria profissional, politicamente, como Deputado Distrital e, agora,

como Senador, que realmente orgulha muito a nossa categoria. Fico muito feliz de estar, neste momento, sendo presidido nesta sessão por V. Ex^a. (Palmas.)

Quero cumprimentar, mais uma vez, então, o Senador Adelmir Santana, que também tem sido um baluarte para a categoria dos corretores de imóveis. Só quero fazer uma ressalva aqui, com a vênia do Senador Adelmir Santana. Ele disse, no seu discurso, que os corretores de imóveis tiveram uma grande vitória, Senador Argello, ao conseguirem sua regulamentação profissional. Corrijo, dizendo que tivemos de fato uma grande vitória, mas que a vitória maior foi da sociedade brasileira, que hoje conta com profissionais de altíssimo nível fazendo acontecer o mercado imobiliário brasileiro. (Palmas.)

Cumprimento, também, o nosso eterno Ministro e patrono, Dr. Arnaldo Prieto, que está nos prestigiando mais uma vez. O Ministro Arnaldo Prieto tem realmente uma grande responsabilidade por tudo o que acontece no mercado imobiliário brasileiro, porque foi por meio dele, como Ministro do Trabalho, que conseguimos a regulamentação da profissão, pela segunda vez, através da Lei nº 6.530. Para aqueles que não conhecem, é de autoria dele o texto da recomendação ao Presidente da República para que fosse mandada a mensagem sobre a Lei nº 6.530, já que a Lei nº 4.116, que primeiro regulamentou a nossa profissão, em 1962, estava sendo derrogada, porque considerada, na ocasião, inconstitucional, por vários aspectos que não vêm ao caso citarmos agora. E o sistema Cofeci/Creci, naquela ocasião, Senador Argello, já estava bastante avançado em desenvolvimento e, inclusive, em patrimônio. Se simplesmente tivéssemos derrogado a Lei nº 4.116, perderíamos todo o trabalho de evolução da categoria até aquele momento e não teríamos como estar hoje, aqui, comemorando os nossos 48 anos de fundação legal. Isso nós devemos, sem dúvida alguma, ao nosso eterno Ministro e patrono da categoria, Dr. Arnaldo Prieto, que nos honra com a sua presença.

Muito obrigado, Ministro Arnaldo Prieto.

Quero cumprimentar, também, os nossos colegas Hermes Alcântara, presidente do Creci, que assumiu, com galhardia, a presidência desse Conselho Regional e tem feito um brilhante trabalho. O Conselho Federal tem acompanhado de perto, porque estamos juntos ali no mesmo prédio. Toda semana temos tido contato direto e temos sabido que esse Conselho Regional realmente está fazendo jus à representação que tem da categoria profissional dos corretores de imóveis aqui, no Distrito Federal, sem contar a representação que exerce o presidente Hermes também em nível nacional, por meio de outras entidades.

Muito obrigado, Hermes, pelo seu trabalho.

Quero cumprimentar o Sr. Geraldo Francisco do Nascimento, presidente do Sindimóveis, outra instituição tradicional aqui no Distrito Federal, que tem buscado o seu reerguimento. Neste momento, aproveito para cumprimentar o José Geraldo, Presidente do Sindigeci, outra instituição sindical. E quero deixar um apelo a essas duas instituições, que representam segmentos dos nossos queridos corretores de imóveis do Distrito Federal, no sentido de que voltem logo a trabalhar em conjunto, para que tenhamos condições de, fundindo essas duas instituições, ter uma representação sindical no Distrito Federal que possa ser enaltecida Brasil afora como a verdadeira representação dos corretores de imóveis. Deixo esse apelo aos nossos dois colegas. Aliás, Geraldo e Geraldo – isso já é bastante significativo –, o Geraldo do Nascimento e o José Geraldo. Acho muito relevante isso.

Quero cumprimentar também o meu querido amigo particular, hoje Prefeito de Cristalina, que iniciou a sua vida... Aliás, iniciou a sua vida, não; ele teve toda a sua vida baseada no mercado imobiliário, como corretor de imóveis de grande sucesso, sendo Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis aqui por seis gestões – um recorde. Hoje, com certeza, vive uma nova etapa de vida, mas teve grande relevância na organização e na evolução dos corretores de imóveis no Distrito Federal, e no Brasil também, na condição de conselheiro federal, integrante da diretoria do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

É um prazer tê-lo aqui conosco, Attié.

E quero cumprimentar o Miguel Setembrino, que é um ícone dos corretores de imóveis aqui no Distrito Federal e, em nome dele – com a permissão dele, naturalmente –, estender esse cumprimento a todas as figuras ilustres da nossa categoria profissional que estão presentes neste momento. Digo todas as figuras ilustres porque todos vocês são figuras ilustres naturalmente, porque o corretor de imóveis é figura ilustre na evolução da nossa Nação, tanto do ponto de vista social, como econômico e político. E, por meio do Miguel Setembrino, faço esse cumprimento a todos os senhores corretores de imóveis e senhoras corretores de imóveis, porque essa categoria merece, sem dúvida alguma, a consideração de toda a sociedade brasileira pelo trabalho que tem desenvolvido em prol da evolução da nossa Nação.

Cumprimentando a todas as senhoras e senhores, inicio um rápido pronunciamento dizendo, Senador Gim Argello, que iniciei a minha carreira de corretor de imóveis em 1972 – já se vão alguns aninhos. E, em 1983, resolvi assumir alguma posição na representação da nossa categoria profissional. Iniciei como presidente do *Jornal Imobiliário*, que tínhamos na época

no Estado do Paraná. Depois, assumi a presidência do sindicato, a presidência do Creci; e, hoje, estou na presidência do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis. E me sinto realmente muito orgulhoso de todo o trabalho que temos feito pela evolução dessa categoria, porque sabemos das dificuldades que enfrentamos no início do nosso trabalho.

Quando iniciei meu trabalho como corretor de imóveis – não me envergonho de dizer isto –, por inúmeras vezes, ao visitar pessoas que poderiam ser nossos clientes, tivemos a porta simplesmente batida na cara, porque o corretor não tinha o reconhecimento da sociedade brasileira. Hoje, graças a Deus, não se ouve ninguém na categoria profissional dizer que teve recusa em ser atendido por quem quer que seja na sociedade brasileira, porque a categoria está definitivamente consolidada como uma categoria respeitável perante a sociedade brasileira.

Desde que iniciamos os nossos trabalhos na representação da nossa categoria profissional, temos tentado sensibilizar o Governo Federal brasileiro, os governos estaduais e os governos municipais da importância, da relevância dos profissionais corretores de imóveis para o desenvolvimento econômico, social e político da Nação.

Desde 1986, Senador Argello, iniciamos um trabalho de divulgação do que representa a cadeia produtiva da construção civil no Produto Interno Bruto brasileiro. Detectamos que, naquela ocasião, já representávamos cerca de 15% do Produto Interno Bruto brasileiro. Hoje, temos segurança absoluta de que a cadeia produtiva toda da construção civil representa mais de 18% do Produto Interno Bruto brasileiro, sendo que, nos segmentos da habitação, das construções comerciais e das construções industriais, que são os segmentos em que atuam mais fortemente os corretores de imóveis, já representamos mais de 7% do Produto Interno Bruto. Li recentemente uma notícia de que, neste ano de 2010, é possível que venhamos a registrar uma participação da ordem de 13% do Produto Interno Bruto. Isso é extremamente significativo para todos nós, corretores de imóveis.

Esse trabalho de divulgação da nossa participação efetiva no desenvolvimento econômico, social e político da Nação vem sendo feito, portanto, desde 1986, por todos os demais segmentos representativos da nossa categoria profissional, tanto os corretores autônomos, os profissionais liberais, como os empresários do mercado imobiliário brasileiro, as imobiliárias. Conseguimos, finalmente, Senador Argello, em 2004, sensibilizar o Governo Federal. Felizmente, na gestão do Presidente Lula, nós conseguimos fazer com que o Governo Federal reconhecesse a importância do

segmento da construção civil para o desenvolvimento particularmente econômico da Nação. E foi graças a esse reconhecimento que nós conseguimos passar ao largo da crise financeira internacional, porque eu atribuo, sem nenhuma sombra de dúvida, ao segmento da construção civil, que é movimentado no Brasil inteiro pelo trabalho dos corretores de imóveis, o fato de nós termos conseguido passar ao largo dessa crise financeira internacional que, ainda hoje, ainda hoje, prejudica países da Europa, da Ásia, América do Norte. Temos andado e constatado as dificuldades que alguns países têm sentido em função ainda da crise financeira internacional. Mas nós, aqui, passamos ao largo dessa crise, porque o trabalho dos corretores de imóveis, juntamente com a cadeia produtiva da construção civil, conseguiu fazer com que a nossa economia caminhasse serena, tranquila, sem qualquer problema. E, particularmente, no setor da construção civil, nós não tivemos nem como falar em crise, porque, ao contrário de manter, como em 2009, nosso PIB, que permaneceu estabilizado, nós crescemos no segmento da construção civil, no segmento da intermediação imobiliária, graças ao nosso trabalho.

Então, nós devemos, neste momento, fazer esse enaltecimento. Por meio da Lei nº 10.931, de agosto de 2004, reativaram-se no Brasil os financiamentos imobiliários, que haviam sido paralisados há muitos e muitos anos. Nem o setor privado, nem o setor público davam atenção aos financiamentos imobiliários no Brasil. A partir da edição dessa lei, que teve seus efeitos enfatizados a partir do ano de 2005, nós começamos a recuperar o mercado imobiliário brasileiro e tivemos uma mobilização absolutamente inédita de financiamentos habitacionais e financiamentos imobiliários no Brasil, de um modo geral, a partir de 2005.

De modo que, num crescente desde 2005 até aqui, neste ano de 2010, com toda segurança, nós deveremos movimentar no mercado imobiliário brasileiro mais de R\$200 bilhões em giros do mercado imobiliário, sendo que R\$100 bilhões desses, com toda a segurança, serão movimentados a partir dos financiamentos habitacionais da Caixa Econômica Federal e de todos os bancos privados que hoje estão atuando no mercado de financiamentos habitacionais. E isso tudo, naturalmente, em função do trabalho dos corretores de imóveis, através de seus vários organismos representativos, através dos seus vários segmentos, que forçou a barra durante todos esses anos para que houvesse o reconhecimento do Governo Federal para a nossa importância social, econômica e política.

Por isso, Senador Gim Argello, neste momento, com todo esse pessoal que nos prestigia, com todos esses corretores de imóveis que estão aqui neste

momento, mas que, também, pelo Brasil afora, estão vendo, neste momento, a transmissão pela TV Senado, nós temos a segurança de dizer que os corretores de imóveis do Brasil são uma categoria sedimentada como uma das mais importantes para a evolução social, econômica e política do nosso Brasil.

E, com essas palavras, eu quero encerrar, parabenizando, mais uma vez, V. Ex^a e o Senador Adelmir Santana, que tão diligentemente fizeram com que nós tivéssemos o privilégio de estar nesta sessão, homenageando os corretores de imóveis; e todos os corretores de imóveis do Brasil por mais um ano de regulamentação profissional, completando, neste ano de 2010, 48 anos de regulamentação legal.

Que Deus abençoe a todos nós!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) –

É sempre bom escutar o nosso presidente nacional. Aproveitando as palavras dele e a lembrança do nosso presidente Hermes, que falou: “Gim, você não fez referências às leis que você aprovou”. Eu fui Relator nacional – ele me fez lembrar – do Minha Casa, Minha Vida, quando relatei e expliquei aos demais a importância para o mercado de um projeto como o Minha Casa, Minha Vida. Quem foi o Relator aqui no Senado – e conseguimos aprovar numa velocidade muito boa – foi um corretor de imóveis. (*Palmas.*) Por quê? Para explicar isso para o mercado e explicar aos outros Senadores a importância de todo o País investir no mercado imobiliário.

Esses dados que o senhor coloca, de 7% do PIB, para vocês terem uma idéia – Cesalpino, sabe o que acontece? –, no México, onde era 4% há dez anos, hoje está em 19%. O Brasil vai num crescimento... Nos próximos dez anos, é certeza de que o mercado só tende a crescer, só tende a expandir-se. Então, os senhores todos... Desculpem-me os que eu não citei. Citei o Fred, o Juliano... Vocês todos. Desculpem-me os que eu não citei. Foi indelicadeza minha. Peço desculpa porque todos merecem ser citados aqui.

Presidente, o índice de crescimento no mercado nos próximos dez anos, Geraldo, é isso mesmo, é um crescimento gigantesco. O PIB dos Estados Unidos no mercado imobiliário, com todas as quedas que eles tiveram, passa dos 50%. O nosso não chegou a 10%, Fred. Então esse é o mercado. Vocês estão na hora certa, no momento certo.

Não poderia deixar de dizer que passou há pouco aqui o Senador Cristovam Buarque, que foi autor da Lei nº 1.463, a pedido, na época, do nosso Creci, para que os corretores pudesse ter acesso a todos os dados de Terracap, dos cartórios – lembra-se disso, presidente? Então, devemos agradecer também ao nos-

so Senador de Brasília, Senador Cristovam Buarque, que não está presente, mas a quem peço uma salva de palmas, pois já ajudou muito a nossa categoria e é um grande Senador. (*Palmas.*)

O Presidente Attié me lembra de que o projeto Minha Casa, Minha Vida não incluía as cidades com menos de 50 mil habitantes. Na época, fiz uma emenda e coloquei todas as cidades... Pois a grande maioria dos nossos 5.428 Municípios do País, quase 5 mil, não estavam inclusos no Minha Casa, Minha Vida, porque tinham menos de 50 mil habitantes. Fiz uma emenda, de nossa autoria, que se tornou lei também, para incluir no Minha Casa, Minha Vida as cidades com menos de 50 mil habitantes, o que, hoje, é uma realidade, porque isso não para mais. São 2 milhões de casas, são 4 milhões de casas, e assim vai, porque todo brasileiro merece e precisa ter o seu teto.

O déficit habitacional no País ainda hoje passa dos 10 milhões de moradias. No Distrito Federal, para vocês terem uma ideia, na lista do Idhab, que é uma referência da Codhab hoje, depois de fazerem a Lista Limpa, hoje ainda há 360 mil inscrições. Então, olha o trabalho que os corretores de imóveis ainda têm para atender, Luiz Carlos!

Dizendo essas palavras a vocês, a pedido do Crei, vou apresentar um projeto também para o carro do corretor de imóveis ter também o desconto do IPI – o Hermes colocou muito bem isso, Sr. Presidente, é assim que se faz. (*Palmas.*) Vamos construir esse projeto. Vou chamar vocês para acompanhar nas comissões e ver se conseguimos essa vitória. Então, vamos lutar por isso também.

Agradecendo a cada um de vocês de modo muito especial, e cumprida a finalidade desta sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seus comparecimentos. Peço desculpas por não estar sentado à Mesa, mas é o patrono da nossa categoria, ao nosso querido Ministro Arnaldo Pietro.

Muito obrigado, Ministro Arnaldo Pietro, esta categoria lhe deve muito. Muito obrigado.

A todos vocês o nosso muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 147^a Sessão, Não Deliberativa em 23 de agosto de 2010

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 5 minutos e encerra-se às 15 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 1.151, de 18 de agosto de 2010**, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando informações em resposta ao **Requerimento nº 281, de 2010**, da Senadora Lúcia Vânia.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 259/2010 – GSTJER

Brasília, 5 de agosto de 2010

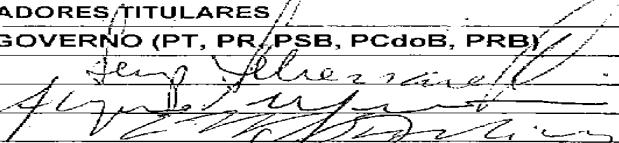
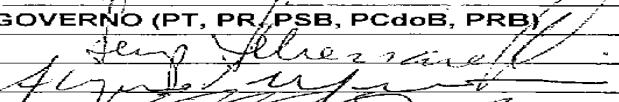
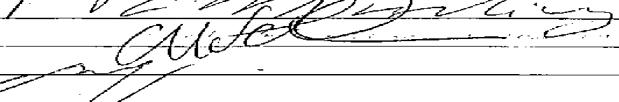
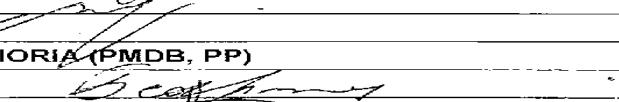
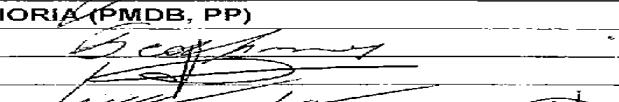
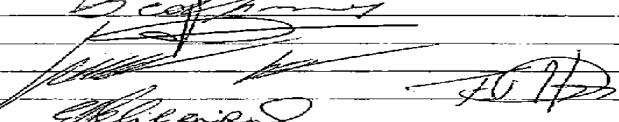
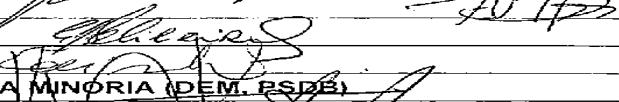
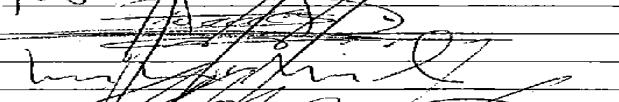
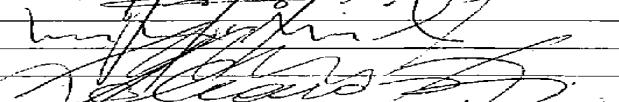
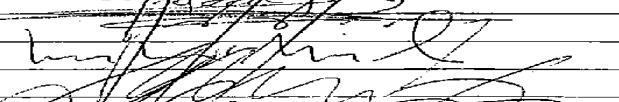
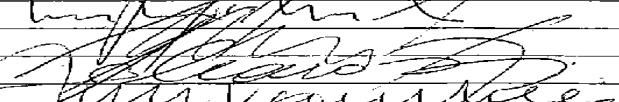
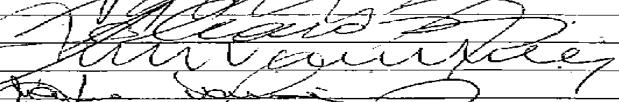
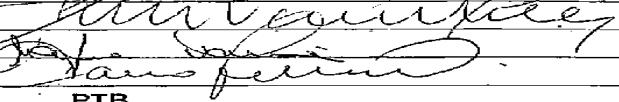
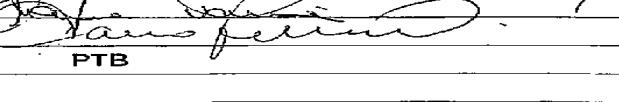
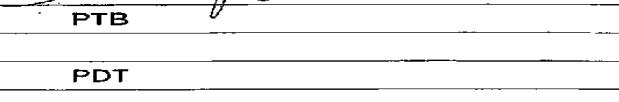
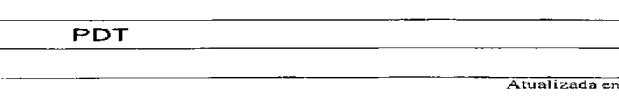
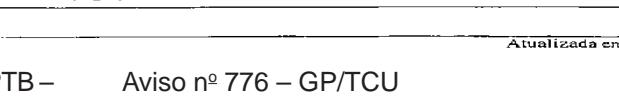
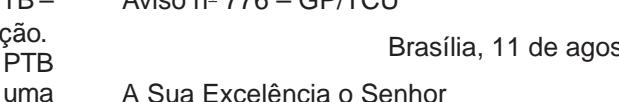
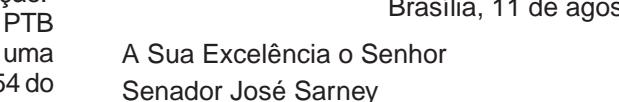
Senhor Presidente,

No último dia 4 do corrente mês participei da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme cópia anexa da lista de presença, assim como, na mesma data, registrei a minha presença na sessão deliberativa ordinária das 14 horas, no painel do Plenário.

Todavia, em virtude de compromisso externo inadiável, não tive condições de participar das votações nominais que ocorreram na referida sessão, em razão do que solicito a V. Ex^a autorizar, para os efeitos regimentais, o registro da minha justificativa. – Senador **Tasso Jereissati**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, a realizar-se em 4 de agosto de 2010, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

PRESIDENTE :	
SENADORES TITULARES	
	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)
SERYS SLHESSARENKO	
ALOIZIO MERCADANTE	
EDUARDO SUPLICY	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
BELINI MEURER	
TIÃO VIANA	
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	
ALMEIDA LIMA	
GILVAM BORGES	
FRANCISCO DORNELLES	
VALTER PEREIRA	
EDISON LOBÃO	
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	
DEMÓSTENES TORRES	
JAYME CAMPOS	
MARCO MACIEL	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
ALVARO DIAS	
JARBAS VASCONCELOS	
LÚCIA VÂNIA	
TASSO JEREISSATI	
PTB	
ROMEU TUMA	
PDT	
OSMAR DIAS	

Atualizada em 04/08/2010

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo da **Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Julio Eduardo, que modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 776, de 2010**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.465, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acolhimento da proposta de realização de inspeção para verificar a legalidade da decisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) sobre a extinção do Contrato 031-88/DT (TC 013.725/2010-6).

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 776 – GP/TCU

Brasília, 11 de agosto de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 902 (SF), de 19-5-2010, relativo a pedido de informação formulado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (Requerimento nº 247, de 2010), autuado neste Tribunal como TC-013.725/2010-6, encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.465/2010 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), proferido pelo Plenário desta Corte de Contas, na Sessão de 23-6-2010, ao apreciar o mencionado processo.

Atenciosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

GRUPO I – CLASSE II – Plenário**TC 013.725/2010-6.****Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.****Interessado: Senado Federal.****Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.**

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES FORMULADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL. RESCISÃO DE CONTRATO DE MODERNIZAÇÃO DE TRENS URBANOS. CONHECIMENTO. REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO NA CBTU.

RELATÓRIO

Trata-se de Solicitação do Congresso Nacional, originada do Requerimento n. 247/2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, encaminhado pelo Presidente da Câmara Alta por intermédio do Ofício n. 902 (SF), de 19/05/2010, mediante o qual se requer a esta Corte de Contas que solicite à Companhia Brasileira de Trens Urbanos- CBTU esclarecimentos quanto à sua decisão de, no âmbito do Processo Administrativo MCIDADES n. 80000.029656/2007-28, rescindir o Contrato n. 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo ad quem previsto no 8º Termo Aditivo da avença.

2. Transcrevo abaixo a síntese da demanda da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, exposta pela 9ª Secex em instrução de fls. 09/13:

“4. Ao justificarem o pleito, os senhores parlamentares relatam que a CBTU deu início, em meados do ano de 1980, ao projeto de modernização dos trens unidades elétricos (TUEs) série 200, afetos à prestação de serviço público de transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro.

5. Aduzem que o Contrato n. 031-88/DT, celebrado entre a CBTU e a Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários S/A (COBRASMA), previa, originalmente, a contratação de serviços para a modernização de 90 TUEs, sendo, posteriormente, limitado a 36 TUEs, em razão de dificuldades que a sociedade de economia mista enfrentou na obtenção de recursos financeiros suficientes para fazer frente à modernização de todas as unidades inicialmente projetadas.

6. Informam os senhores Senadores que, por força do oitavo termo de alteração do contrato, celebrado em 16/08/2002, estabeleceu-se como termo final para a execução dos serviços o dia 17/01/2003 e, como termo final de vigência do pacto contratual, o dia 17/01/2004. Entretanto, findado o prazo para a execução dos serviços, apenas duas unidades haviam sido entregues.

7. Aserem que o nono termo de alteração, último aditivo ao Contrato n. 031-88/DT, formalizou ordem de suspensão de execução do objeto do contrato, comunicada unilateralmente pela CBTU em 13/01/2003. Passados três anos, a empresa constituiu grupo de trabalho para examinar e propor solução para a avença, tendo sido recomendada sua retomada. Entretanto, em parecer emitido em 15/07/2008, a Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades concluiu pela inviabilidade de prosseguimento do contrato, posto que seu prazo de vigência há muito já havia expirado.

8. Posto isso, considerando que o Tribunal de Contas da União detém competência constitucional para fiscalizar a CBTU no que tange aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade de seus atos, nos termos do caput do artigo 70 c/c o inciso IV do artigo 71 da CRFB; considerando que, no dizer dos senhores parlamentares, se o objeto do contrato for execução de obras ou fornecimento de bens à Administração, o Contrato n. 031-88/DT não poderia ter expirado pela mera passagem do tempo; considerando que a decisão da CBTU pode ter afrontado a Lei n. 8.666/1993, ocasionando

prejuízos ao erário federal; considerando a essencialidade do transporte público para a população das cidades, que não pode se ver prejudicada por decisão desacertada de gestores públicos; considerando, por fim, a missão fiscalizadora confiada aos Parlamentos modernos, cujo principal foco de atuação é o interesse público, formulam os senhores senadores o seguinte requerimento:

‘que o Tribunal de Contas da União solicite junto à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) esclarecimentos quanto à sua decisão no Processo Administrativo MCIDADES n. 80000.029656/2007-28, de extinção do Contrato n. 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal **ad quem** assinalado no seu 8º Termo Aditivo, com vistas a verificar se tal decisão atendeu às prescrições legais, em especial à Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como se não houve prejuízos ao erário, por conta de tal decisão’.”

3. Ao final, a unidade instrutiva propõe seja conhecida a presente Solicitação, por entender preenchidos os requisitos elencados no inciso III do artigo 232 do Regimento Interno desta Casa e nos artigos 2º e 4º, inciso I, alínea **b**, da Resolução TCU n. 215/2008 e, no mérito, sugere a realização de inspeção na CBTU, “a fim de averiguar se a decisão da Companhia, de rescindir a avença, obedeceu à Lei n. 8.666/93 e outros normativos legais aplicáveis à espécie, bem como se a decisão tomada atendeu ao interesse público dos usuários de transporte metropolitano de passageiros, de disporem de um serviço de qualidade” (fl. 11), proposta a que anuiu o dirigente da 9ª Secex (fl. 14).

É o relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Cuidam os autos de solicitação da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal de informações quanto à decisão de rescisão do Contrato n. 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal **ad quem** assinalado no seu 8º Termo Aditivo, pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, ante a possibilidade de afronta à Lei n. 8.666/1993, ocasionando prejuízo ao erário federal, e à essencialidade do transporte público para a população das cidades.

2. Primeiramente, cumpre conhecer da presente Solicitação, por terem sido atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, IV, da Constituição Federal, bem como nos arts. 38, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

3. Conforme exposto pela unidade técnica, as informações requeridas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal não estão disponíveis em processos já em curso nesta Corte de Contas, razão pela qual acolho a proposta de realização de inspeção, tendo em vista constituir-se em instrumento de fiscalização adequado a colher a informação pontual de que ora se trata, para posterior análise quanto à legalidade e ao atendimento do interesse público.

4. Por conseguinte, deve ser acolhido o pleito da referida Comissão, para que seja autorizada a realização de inspeção, pela 9ª Secex, na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, com vistas a averiguar se a decisão de rescisão do Contrato n. 031-88/DT, por conta da ultrapassagem do termo formal **ad quem** assinalado no seu 8º Termo Aditivo, foi legal e legítima.

Ante o exposto, manifesto-me por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 23 de junho de 2010.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 1465/2010 - TCU – Plenário

1. Processo n. TC 013.725/2010-6.
2. Grupo: I, Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Senado Federal – Comissão de Serviços de Infraestrutura.
4. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não autou.
7. Unidade Técnica: 9º Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação formulada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, por meio do Requerimento n. 247/2010, encaminhado mediante o Ofício n. 902 (SF), de 19/05/2010, a fim de que esta Corte de Contas solicite informações à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU sobre a rescisão do Contrato n. 031-88/DT, para se avaliar a legalidade e a legitimidade de tal ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. conhecer da presente solicitação, com fulcro nos arts. 71, inciso IV, da Constituição Federal, 38, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
- 9.2. autorizar à 9º Secex que realize a inspeção na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, nos moldes propostos pela unidade técnica;
- 9.3. dar ciência desta deliberação à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, mediante o envio de cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, informando-lhe, outrossim, que tão logo sejam apreciados os resultados da inspeção ora determinada, este Tribunal dar-lhe-á inteira ciência da decisão.

10. Ata nº 22/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 23/6/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1465-22/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Aviso nº 776, de 2010, será juntado ao processado do Requerimento nº 247, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, Avisos do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

São lidos os seguintes:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO N° 1993/2010 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 011.086/2010-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras (Secob-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, pela 1ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, nos termos do Acórdão n. 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 26 a 30/04/2010 e 10 a 14/05/2010, referente aos recursos alocados ao PT 25.607.0294.3390.0029/2010 – “Irrigação de Lotes na área do reassentamento, com 20.599 Hectares, na Usina de Itaparica (BA) no Estado da Bahia”.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, comunicando que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), relativos à obra de Irrigação de Lotes na Usina de Itaparica/BA, e que as medidas saneadoras indicadas pelo Tribunal foram adotadas pelo órgão gestor, de forma que os indícios de irregularidades graves inicialmente enquadraídos no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), apontados nos Contratos CTNI-92.2008.2460.00 e CTNI-92.2008.1960.00, foram saneados;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf;

9.3. apensar os autos ao TC 006.065/2008-8.

10. Ata nº 29/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1993-29/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira. (Assinado Eletronicamente)

UBIRATAN AGUIAR

(Assinado Eletronicamente) MARCOS BEMQUERER COSTA

Presidente

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 011.086/2010-6

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgão: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf.

Interessado: Congresso Nacional.

SUMÁRIO: FISCOBRAS 2010. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES GRAVES ENQUADRADAS COMO IGP. COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do Relatório de Auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, pela 1ª Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, nos termos do Acórdão n. 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 26 a 30/04/2010 e 10 a 14/05/2010, referente aos

Aviso nº 1298-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 11 de agosto de 2010

Excelentíssimo Sr. Presidente do Congresso Nacional,
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 011.086/2010-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 11-8-2010, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Respeitosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

recursos alocados ao PT 25.607.0294.3390.0029/2010 – “Irrigação de lotes na área do reassentamento, com 20.599 Hectares, na Usina de Itaparica (BA) no Estado da Bahia”.

2. O Programa de Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica tem grande importância socioeconómica, pois visa proporcionar às famílias reassentadas as condições necessárias à exploração de lotes irrigados de forma autossustentável, apropriando renda, por hectare explorado, compatível com a renda média apurada nos perímetros irrigados implantados e administrados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf na mesma região. Dessa forma, busca-se, também, evitar fluxos migratórios para os grandes centros urbanos.

3. As razões que motivaram a presente Auditoria foram as seguintes:

3.1. a obra encontrar-se no Quadro bloqueio da LOA/2010;

3.2. terem sido atendidos os critérios de materialidade, regionalidade e obrigatoriedade determinados pela LDO para efeito de fornecimento de informações ao Congresso Nacional.

4. Transcrevo a seguir o trecho principal do Relatório de Auditoria:

“O Programa de Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica engloba investimentos em operação e manutenção dos projetos irrigados, obras em andamento e outras ações relativas ao reassentamento das famílias atingidas.

Em 2010, as obras principais em execução são: Implantação do Sistema Adutor de Recalque do Projeto Jusante – BA e da Rede Parcelar de Microaspersão do Projeto Barreiras Bloco 2 – PE, ambas em fase final de execução. Também estão previstas para este ano a contratação das obras de implantação do sistema adutor de gravidade de jusante e de instalação da rede de distribuição e irrigação parcelar por microaspersão.

No âmbito do Fiscobras, a obra vem sendo fiscalizada desde 2001, com o TC n. 004.588/2001-3.

O Programa de Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica trata de obra inserida no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual da União de 2010, com dotação orçamentária. As irregularidades que ensejaram a inclusão da obra foram tratadas no âmbito do Acórdão n. 2521/2009 – Plenário, o qual determinou que permaneciam as restrições que recomendavam a suspensão da execução física, financeira e orçamentária relativa aos contratos CTNI-92.2008.1960.00 e CTNI-92.2008.2460.00, examinados no TC-010.129/2009-1 (Fiscalis n. 203/2009), tendo em vista que os indícios de irregularidade inicialmente detectados ainda estavam pendentes de solução por parte dos gestores.

De fato, com fulcro no acórdão em tela, ficou determinado que aos gestores competia o cumprimento da medida veiculada no subitem 9.1.2 do Acórdão n. 1693/2009 – Plenário, a qual, em face da ausência de definição em edital de critérios de aceitabilidade dos preços unitários, condicionava a continuidade da execução dos contratos CTNI-92.2008.2460.00 e CTNI-92.2008.1960.00 à celebração de termo aditivo, com vistas a assegurar que as futuras alterações contratuais em que constassem acréscimos de quantitativos de itens fossem efetuadas com base nos preços de mercado, a exemplo do acordo efetivado com a contratada no contrato CNI 92.2006.6170.

Dessa forma, em decorrência do aditivo CTN-I-92.2008.2460.02, assinado em 25/11/2009, o contrato CTNI-92.2008.2460.00 passou a ter cláusula aditiva contratual com estabelecimento de que, no caso de aumento de quantitativos dos serviços ou fornecimentos dos itens cujos preços unitários estão 15% (quinze por cento) acima dos orçados pela Chesf, a contratada se compromete a aceitar que a quantidade acrescida seja contratada pelo valor do preço unitário do item constante do detalhamento do orçamento básico da própria Chesf ou da média das propostas apresentadas à licitação, prevalecendo o mais baixo. O termo aditivo em análise foi devidamente assinado pelos representantes da Chesf e da contratada, a saber, Oxossi Construções Ltda.

De semelhante forma, com a assinatura do aditivo CTN-I-92.2008.1960.01, em 30/11/2009, o contrato CTNI-92.2008.1960.00 também passou a ter cláusula aditiva contratual com estabelecimento de que, no caso de aumento de quantitativos dos serviços ou fornecimentos dos itens cujos preços unitários estão 15% (quinze por cento) acima dos orçados pela Chesf, a contratada se compromete a aceitar que a quantidade acrescida seja contratada pelo valor do preço unitário do item constante do detalhamento do orçamento básico da própria Chesf ou da média das propostas apresentadas à licitação, prevalecendo o mais baixo. O termo aditivo em análise foi devidamente assinado pelos representantes da Chesf e da contratada, a saber, GMEC – Engenharia e Construções Ltda.

Tais informações foram comunicadas a este Tribunal, ocasião em que o Senhor Diretor-Presidente da Chesf destacou o atendimento ao item 9.3 do Acórdão n. 2521/2009 – Plenário. Assim, de acordo com o art. 98, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, esta Corte de Contas enviou, em 15/05/2010, Relatório Simplificado sobre as obras inseridas no Anexo VI da Lei n. 12.214/2010 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional CMO, informando que a Chesf comunicou a adoção das medidas que haviam sido determinadas pelo Tribunal.

Ademais, em cumprimento ao item 9.1.1 do Acórdão n. 1884/2009 – Plenário, havia sido aberto o TC de monitoramento 019.722/2009-4. No âmbito deste processo de monitoramento e com base nas informações anteriormente citadas, esta Unidade Técnica encaminhou proposta ao gabinete do Ministro Relator no sentido de encerrar e arquivar o referido processo.

Por fim, faz-se necessário abordar, também, a elaboração do Plano de Monitoramento de Atividades, relativamente ao CV-91.2007.0710.00, de forma conjunta com a Codevasf, nos termos do Acórdão n. 1.693/2009 – Plenário.

O Termo de Cooperação Técnica-Financeira do convênio em tela prevê que seja emitido um plano de monitoramento das ações ajustadas no termo. A Chesf editou correspondências e determinou os indicadores mínimos que pretende acompanhar, de modo a certificar-se de que os recursos transferidos alcancem os objetivos previstos no Termo, que, na visão da Chesf, devem culminar com a transferência dos perímetros irrigados para a Codevasf, ente público institucionalmente encarregado das políticas de desenvolvimento do Vale do rio São Francisco, notadamente voltado para o desenvolvimento dos recursos agrícolas naquela região do semiárido.

A Codevasf disponibilizou dois modelos de plano de monitoramento, um mais completo, voltado para as necessidades de informações para gestão dos perímetros, hoje a cargo da Codevasf, e um outro, mais simplificado, que atende às necessidades de informação da Chesf. Este modelo visa permitir o acompanhamento das ações empreendidas e dos seus resultados, tendo como objetivo final a transferência dos perímetros de irrigação e a desoneração da Chesf na participação dos empreendimentos, salvo quanto à manutenção de um aporte para custear parte da energia consumida no bombeamento da água de irrigação, em razão de terem aqueles perímetros alturas manométricas levemente superiores à média dos perímetros implantados e operados pela Codevasf através de Distritos de Irrigação.

Uma vez aprovado o modelo simples, cujo volume de informações permite acompanhar o resultado do trabalho empreendido, a Codevasf iniciará o lançamento das informações, em periodicidade mensal, sempre emitindo o relatório do mês findo.”

5. No mérito, a Equipe de Auditoria, com o endosso do Supervisor e da Secretária Substituta da 1^a Secob (fls. 13/14), apresenta a seguinte proposta de encaminhamento:

“a) comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), da obra Usina de Itaparica/BA Irrigação de Lotes, e que as medidas saneadoras indicadas pelo Tribunal foram adotadas pelo órgão gestor, de forma que os indícios de irregularidades graves inicialmente enquadrados no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), apontados nos Contratos CTNI-92.2008.2460.00 e CTNI-92.2008.1960.00, foram saneados;

b) encaminhar cópia desta deliberação à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf;

c) determinar o apensamento dos autos ao TC 006.065/2008-8.”

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Em exame Relatório de Auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, pela 1^a Secob, no âmbito do Fiscobras 2010, nos termos do Acórdão n. 442/2010 – Plenário (TC 027.472/2009-4), no período de 26 a 30/04/2010 e 10 a 14/05/2010, referente aos recursos alocados ao PT 25.607.0294.3390.0029/2010 – “Irrigação de lotes na área do reassentamento, com 20.599 Hectares, na Usina de Itaparica (BA) no Estado da Bahia”.

2. A importância socioeconômica do objeto da Auditoria reside no fato de que o Programa de Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica visa proporcionar às famílias reassentadas as condições necessárias à exploração de lotes irrigados de forma autossustentável, apropriando renda, por hectare explorado, compatível com a renda média apurada nos perímetros irrigados implantados e administrados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf na mesma região. Dessa forma, busca-se, também, evitar fluxos migratórios para os grandes centros urbanos.

3. As razões que motivaram a presente Auditoria foram as seguintes:

3.1. a obra encontrar-se no Quadro bloqueio da LOA/2010;

3.2. terem sido atendidos os critérios de materialidade, regionalidade e obrigatoriedade determinados pela LDO para efeito de fornecimento de informações ao Congresso Nacional.

4. Como visto no Relatório precedente, o empreendimento em questão estava inserido no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual da União de 2010 por conta da ausência, nos editais que resultaram nos Contratos ns. CTNI-92.2008.1960.00 e CTNI-92.2008.2460.00, de critérios de aceitabilidade de preços unitários, o que poderia acarretar prejuízo ao Erário em caso de aditivos contratuais que acrescessem quantitativos a itens de serviço com sobrepreço.

5. Desta forma, no Acórdão n. 2.521/2009 – Plenário, constou a seguinte comunicação ao Congresso Nacional:

“9.3. encaminhar cópia desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, informando-a que permanecem as restrições que recomendam a suspensão da execução física, financeira e orçamentária relativa aos contratos ns. CTNI-92.2008.1960.00 e CTNI-92.2008.2460.00, examinados no TC-010.129/2009-1 (Fiscalis n. 203/2009), tendo em vista que os indícios de irregularidade inicialmente detectados ainda estão pendentes de solução por parte dos gestores, competindo-lhes o cumprimento da medida veiculada no subitem 9.1.2 do Acórdão n. 1.693/2009 – TCU – Plenário, a qual, em face da ausência de definição em edital de critérios de aceitabilidade dos preços unitários, condiciona a continuidade da execução dos contratos CTNI-92.2008.2460.00 (objeto: recuperação e implantação de estradas e obras de arte) e CTNI-92.2008.1960.00 (objeto: implantação do sistema de irrigação parcelar por microaspersão), celebrados, respectivamente, com as empresas Oxossi Construções Ltda. e Godoy Matos Engenharia Ltda. (Gmec), à celebração de termo aditivo, com vistas a assegurar que as futuras alterações contratuais em que constem acréscimos de quantitativos de itens sejam efetuadas com base nos preços de mercado, a exemplo do acordo efetivado com a contratada no contrato CNI 92.2006.6170”.

6. Informa a 1^a Secob que as condições mencionadas na referida comunicação foram plenamente cumpridas, ante a celebração dos aditivos ns. CTNI-92.2008.1960.01 e CTNI-92.2008.2460.02, contendo cláusula aditiva contratual com estabelecimento de que, no caso de aumento de quantitativos dos serviços ou fornecimentos dos itens cujos preços unitários estão 15% (quinze por cento) acima dos orçados pela Chesf, o valor atribuído à quantidade acrescida será correspondente ao do orçamento básico da própria Chesf ou ao da média das propostas apresentadas à licitação, prevalecendo o mais baixo.

7. Observo que tal cláusula é idêntica à que constou do acordo efetivado com a contratada no contrato CNI 92.2006.6170, assim, concluo que as condições para a continuidade daqueles contratos foram plenamente cumpridas, não havendo mais motivos para que permaneçam enquadrados no art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), com recomendação de bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira.

8. Constatou, ainda, que esta Corte de Contas enviou, em 15/05/2010, Relatório Simplificado sobre as obras inseridas no Anexo VI da Lei n. 12.214/2010 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional CMO, informando que a Chesf comunicou a adoção das medidas que haviam sido determinadas pelo Tribunal.

9. A 1^a Secob também traz aos autos notícias sobre o cumprimento da determinação contida nos subitens 9.1.3 e 9.2 do Acórdão n. 1.693/2009 – Plenário.

10. Segundo a unidade especializada, o Plano de Monitoramento de Atividades, relativamente ao Convênio CV-92.2007.0710.00, celebrado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, vem sendo regularmente implementado pelas duas empresas.

11. Importa informar que levo à consideração deste Plenário, nesta Sessão, o TC 019.722/2009-4, autuado em cumprimento ao Acórdão n. 1.884/2009 – Plenário, com o objetivo de monitorar as mesmas irregularidades graves tratadas *supra*. O Acórdão n. 2.521/2009 – Plenário, mencionado no item 5 desta Proposta de Deliberação, foi exarado no âmbito daquele processo.

12. Naquele feito, a 1^a Secob propõe o seu arquivamento, considerando que as falhas graves que motivaram a recomendação de bloqueio orçamentário aos Contratos ns. CTNI-92.2008.1960.00 e CTNI-92.2008.2460.00 foram saneadas.

13. Quanto a este feito, anuo à sugestão da unidade instrutiva de apensá-lo ao TC 006.065/2008-8, que é o processo mais antigo com deliberações a respeito de indícios de irregularidades graves com indicação de paralisação da obra em tela.

Ante todo o exposto, manifesto-me por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões, em 11 de agosto de 2010.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

AVISO Nº 1313-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 11 de agosto de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do

processo nº TC 000.336/2010-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 11-8-2010, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Respeitosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1992 /2010 – TCU – Plenário

1. Processo n. 000.336/2010-6
2. Grupo I; Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgãos/Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Saneamento de Goiás S/A.
- 4.1. Responsáveis: Arivan Aguiar Maia (149.046.401-87); Mário João de Souza (021.574.111-00); Myriam Vieira de Carvalho Martins (416.694.446-00); Nilo Gustavo A. S. Serra (838.234.411-91); Olegário Martins Teixeira Neto (129.239.071-91); Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo (343.945.911-04); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Nicomedes Domingos Borges (060.510.141-87);
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos este Relatório de Auditoria realizada pela 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário, no período de 18/01 a 22/01/2010, referente ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa, destinado às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Saneamento de Goiás S/A, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45 da Lei n. 8.443/1992, que adote as seguintes medidas saneadoras das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO:

9.1.1. no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da ciência deste Acórdão, apresente projeto básico e executivo, devidamente aprovado por autoridade competente, que contemple os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra e permitir a sua execução completa, nos termos do art. 6º, incisos IX e X, da Lei n. 8.666/1993, entre os quais se incluem a definição de tipo de solo e nível d'água, locação de jazidas e bota-foras, especificações técnicas/memorial descritivo detalhado, medidas mitigadoras exigidas na licença ambiental e atualização da norma de concreto NBR 6118:2003;

9.1.2. na elaboração do projeto básico e executivo, atente para o estrito cumprimento do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/1993, com a redação dada pela Lei n. 9.648/1998, bem assim para a compatibilidade dos preços unitários dos contratos de obras com aqueles previstos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, consoante disposto no art. 112 da Lei n. 11.178/2005;

9.1.3. após atendidas as medidas saneadoras acima indicadas, encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, documentação comprobatória das providências adotadas;

9.2. determinar à 1ª Secob que adote providências com vistas a:

9.2.1. identificar as responsabilidades pela ausência de detalhamento das composições de custos unitários de serviços no edital, no contrato e nos aditivos contratuais (Achado 3.3) e à inclusão indevida do item Administração Local na composição do BDI (Achado 3.4);

9.2.2. efetuar a audiência dos responsáveis abaixo relacionados, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 202, inciso III, do RJ/TCU, para que apresentem, no prazo de 15 dias a contar da ciência deste deliberação, razões de justificativa acerca das seguintes ocorrências detectadas na realização de licitação e contrato relacionado ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/ Caixa:

9.2.2.1. Sr. Mario João de Souza, Diretor de Engenharia da Saneago, quanto à aprovação de projeto básico inadequado para o processo licitatório da Concorrência n. 4.3-007/2007, em que não constavam sondagens, previsão de execução de serviços relativos às medidas mitigadoras ambientais, memorial descritivo detalhado e atualização para NBR 6118:2003 (norma de concreto modificada em 2004), descumprindo comando do art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.1) e quanto à aprovação do projeto da obra objeto da Concorrência n. 4.3-007/2007 sem considerar o tratamento de impacto ambiental previsto na licença de instalação, em descumprimento ao art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.2);

9.2.2.2. responsáveis por eventual repactuação contratual que venha a resultar em extração do limite de modificação contratual estipulado no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/1993, em decorrência da insuficiência do projeto básico (Achado 3.1);

9.2.2.3. dos responsáveis identificados na forma do subitem 9.2.1, quanto à ausência de detalhamento das composições de custos unitários de serviços no edital, no contrato e nos aditivos contratuais (Achado 3.3) e à inclusão indevida do item Administração Local na composição do BDI (Achado 3.4);

9.2.2.4. Sr. Arivan Aguiar Maia, Coordenador de Empreendimentos, por ter permitido o atraso na obra sem a adotar as sanções cabíveis à construtora para que o ritmo obra se adequasse ao contratado, descumprindo o próprio contrato e o comando do art. 66º da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.5);

9.2.2.5. Sr. Olegário Martins Teixeira Neto, Superintendente de Obras da Saneago, quanto à inadequação do levantamento e avaliação das áreas existentes ao longo da faixa de servidão das obras e ao consequente descumprimento do cronograma, em infringência ao art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (Achado 3.6);

9.2.2.6. Sra. Myriam Vieira de Carvalho Martins, Gerente de Orçamento de Empreendimentos da Saneago, e Sr. Nilo Gustavo A. S. Serra, Engenheiro de Orçamento de Empreendimentos, para apresentarem razões de justificativa sobre a aprovação do orçamento-base do processo licitatório relativo ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007 com sobrepreço em alguns itens, descumprindo comando do art. 115, *caput*, da Lei n. 11.514/2007 (LDO 2008) (Achado 3.7);

9.2.3. realizar a oitiva do Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi, para que, caso queira, se pronuncie, no prazo de 15 dias a contar da ciência desta deliberação, sobre questões que poderão resultar em reflexos no Contratos n. 1.203/2008;

9.2.3.1. projeto básico deficiente ou desatualizado, descumprindo o art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.1); e

9.2.3.2. inclusão indevida do item Administração Local na composição do BDI (Achado 3.4);

9.2.4. enviar aos destinatários de audiência ou oitiva cópia das partes do Relatório de Auditoria dos seus Anexos que, individualmente, lhes interessem, em reverência aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

9.2.5. examinar, no relatório de consolidação da Fiscalização de Orientação Centralizada, a responsabilidade da Caixa quanto à utilização de projeto básico deficiente (achado 3.1) e o sobrepreço do orçamento frente ao mercado (achado 3.7);

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam;

9.3.1. às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF, comunicando que foi não detectado indício de irregularidade que se enquadre no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010), no âmbito da execução do Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa, relativo às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO;

9.3.2. ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Companhia de Águas e à Saneamento de Goiás S/A.

10. Ata nº 29/2010 – Plenário.

11. Data da Sessão: 11/8/2010 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1992-29/10-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

UBIRATAN AGUIAR

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 000.336/2010-6

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgãos/Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Saneamento de Goiás S/A.

Interessado: Congresso Nacional.

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO CENTRALIZADA DETERMINADA PELO ACÓRDÃO N. 2.490/2009 – TCU – PLENÁRIO. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE GOIÂNIA/GO. INADEQUAÇÃO DO PROJETO BÁSICO. NÃO-ATENDIMENTO DAS CONDICIONANTES FIXADAS NA LICENÇA DE INSTALAÇÃO. FALTA DE DETALHAMENTO DE CUSTOS UNITÁRIOS. INCLUSÃO INADEQUADA DE ITENS NA COMPOSIÇÃO DO BDI. ATRASOS INJUSTIFICÁVEIS DAS OBRAS E SERVIÇOS. GERENCIAMENTO DEFICIENTE. SOBREPREÇO. AUSÊNCIA DE CADASTRAMENTO DE CONTRATO NO SIASG. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIA. COMUNICAÇÃO ÀS PRESIDÊNCIAS DO CONGRESSO NACIONAL E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

Comunica-se às Presidências do Congresso Nacional e da sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOF que não foi detectado indício de irregularidade que se enquadre no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010).

RELATÓRIO

Trata-se do Relatório de Auditoria realizada pela 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário, no período de 18 a 22/01/2010, referente ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa.

2. O mencionado Contrato (fl. 38/45 do anexo 1) tem como partes o Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Governo do Estado de Goiás, por meio da interveniente-executora Saneamento de Goiás S/A – Saneago. Celebrado em 07/11/2007, com vigência inicialmente prevista até 30/04/2010, o ajuste tem o valor total de R\$ 14.541.953,61, prevendo a participação federal de R\$ 11,9 milhões e a contrapartida estadual de R\$ 2,64 milhões. Os recursos destinam-se às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia.

3. O empreendimento faz parte do PAC e envolve ampliação de redes coletoras e a construção do interceptor na margem esquerda do ribeirão Anicuns, de modo que as contribuições de esgotos dessa margem sejam conduzidas até a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE Dr. Hélio Seixo de Brito, já existente. Sua importância socioeconômica consiste no fato de que a bacia do ribeirão Anicuns possui o maior adensamento urbano da região, representando 75% de todas as contribuições do Município. As obras beneficiarão uma população de 41.250 habitantes, promovendo a saúde e o bem-estar dos moradores e a despoluição dos cursos d'água afetados.

4. O principal contrato em andamento, de n. 1.203/2008, celebrado com o Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi, contempla a execução das obras em questão, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos. Inicialmente, tinha o valor de R\$ 93.413.878,68, alcançado a R\$ 103.222.139,20 por meio do aditivo n. 09042009 (fl. 120).

5. As obras estão em fase inicial de execução (23% de execução física). O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante de R\$ 8.364.36,18, referente ao valor empenhado do contrato em andamento.

6. A auditoria em exame teve por objetivo responder às seguintes questões:

6.1. A previsão orçamentária para a execução da obra é adequada?

6.2. Existem estudos de viabilidade que comprovem a viabilidade técnica, econômica e ambiental da obra?

6.3. O tipo do empreendimento exige licença ambiental e realizou todas as etapas para esse licenciamento?

6.4. Há projeto básico/executivo adequado para a licitação/execução da obra?

6.5. A formalização e a execução do convênio (ou outros instrumentos congêneres) foi adequada?

6.6. O procedimento licitatório foi regular?

6.7. A formalização do contrato atendeu aos preceitos legais e sua execução foi adequada?

6.8. O orçamento da obra encontra-se devidamente detalhado (planilha de quantitativos e preços unitários) e acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços?

6.9. Os quantitativos definidos no orçamento da obra são condizentes com os quantitativos apresentados no projeto básico/executivo?

6.10. Os preços dos serviços definidos no orçamento da obra são compatíveis com os valores de mercado?

6.11. Os procedimentos para aquisição de titularidade de terreno são regulares?

7. Transcrevo, a seguir, parte do Relatório elaborado pela equipe de fiscalização (fls. 86/111):

"3 – ACHADOS DE AUDITORIA

3.1 – Projeto básico deficiente ou desatualizado.

3.1.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa do não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – Os atos e fatos não são materialmente relevantes em relação ao valor total contratado e não têm potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário. Além disso, a Saneago vem tomando as providências necessárias no sentido de esclarecer os pontos falhos.

3.1.2 – Situação encontrada:

Em 1992 a Construtora Exacta elaborou estudos referentes aos Planos Diretores de Água e Esgotos de Goiânia e Áreas Conurbadas. Esse projeto foi revisado e confirmado em estudo desenvolvido nos anos de 1995 a 1998, objeto do Contrato n. 339/1995, firmado entre a Saneago e o Consórcio Tecnosan-Prodec, contemplando o sistema de esgotamento sanitário para um período de 30 anos (período entre 1995 e 2025). Os estudos da Tecnosan-Prodec compreendem: textos, desenhos e planilhas de cálculos que apresentam os estudos demográficos e territoriais, com análise de diversas hipóteses; os parâmetros gerais de projeto (infiltração, consumo, K1, K2, grandes consumidores, evolução das contribuições de esfluentes domésticos); o estudo geral de alternativas para o sistema de esgotamento sanitário, incluindo o sistema Anicuns; as condicionantes para a implantação das unidades integrantes dos sistemas de esgotamento sanitário; descrição das características das unidades integrantes dos sistemas; e seleção de locais para implantação e estudos dos corpos receptores e estudos complementares.

Em junho de 2005 foi feito um contrato com a empresa Interplan para revisão de projetos do trecho Anicuns e em 1999 foi contratada a empresa YC para revisão do trecho Caveirinha. Novamente, confirmou-se o caminhamento de tubulação elaborado pela Construtora Exacta em 1992, sendo que a Interplan e YC fizeram a revisão de populações e dimensionamento das tubulações.

O conjunto destes estudos, elaborado ao longo dos anos, foi adotado como projeto para a Concorrência 4.3-007/2007-Dieng-Saneago e [para o] Contrato n. 1.203/2008 para a execução de obras e serviços.

Apesar de esses estudos definirem a solução global adotada para o sistema, o detalhamento dos elementos construtivos está deficiente.

(...)

Não fazem parte do projeto básico as seguintes informações fundamentais para fins de licitação e execução dos serviços, com ofensa ao art. 6º, inciso IX, da Lei de Licitações:

1 – Laudos de sondagem com definição de tipo de solo e nível d’água

A sondagem mostra os tipos de solo encontrados na região. Permite estimar os volumes de escavação para cada categoria de solo e o tipo de escoramento a ser adotado. Com a falta dos laudos de sondagem, o orçamento-base foi elaborado com estimativas percentuais de profundidade e de tipos de solo (barro-lama, cascalho-terra e rocha), amparadas na experiência empírica da equipe da Saneago. Os serviços de escavação representam 17,98% do valor do contrato de repasse e somam R\$ 2,04 milhões de reais.

Segundo relatos da fiscalização, as sondagens foram executadas somente no final de 2009. Estes laudos, realizados pela empresa Solotco, apresentam apenas a profundidade do nível d’água e a classificação táctil-visual dos solos encontrados. No entanto, não apresentam a classificação da resistência do solo (fator SPT), data da realização dos ensaios e tampouco os dados do responsável técnico pelos laudos. Estas sondagens foram realizadas quase 1 ano após o início das obras e são parte da justificativa técnica para pedido de reprogramação em análise. Um dos ajustes pleiteados na reprogramação é a redução de escavação de material de 3ª categoria (rocha) e aumento de barro-lama e terra-cascalho.

2 – Locação de jazidas e bota-foras

A distância média de transporte para fins de orçamento-base é tomada como um valor médio, baseado na experiência da Saneago (10 km para jazidas e 5 km para bota-foras). A distância real para a jazida é de 25-28km. Já para os bota-foras, há trechos em que o material escavado está sendo espalhado ao longo da escavação ou sendo utilizado para recuperação de erosões ao longo das calhas e margens dos rios (Relatório de Gerenciamento das Obras de dez/09). As medições estão sendo feitas adequadamente, refletindo valores reais e não os orçados. Esta diferença ressalta, mais uma vez, a inadequação do projeto básico. Na solicitação de reprogramação do Consórcio Gerenciador G4 de 07/01/2010 (Carta n. 03-IAE-E-CT-001/2010), há uma justificativa técnica para alteração das distâncias de transporte:

‘Dentro do município de Goiânia a dificuldade de se encontrar materiais adequados para a reposição em valas que apresentam material de barro-lama e material rochoso é muito grande. Em virtude dessa dificuldade foram escolhidas pela Construtora e aprovadas pela Saneago duas jazidas que estão regulares diante dos órgãos ambientais e se encontram mais próximas dos locais onde estão sendo efetivamente executados os serviços.’

3 – Especificações técnicas/memorial descritivo

Não há especificações técnicas nos anexos do projeto básico ou do projeto executivo. A Saneago disponibiliza em seu website um arquivo com especificações gerais dos serviços habituais. No entanto, elas são genéricas, não são referenciadas no Edital da Concorrência e não apresentam o detalhamento suficiente exigido pela Lei n. 8.666/1993.

O memorial descritivo, anexo ao edital, contempla apenas o sistema Intermediário Meia-Ponte, mas não apresenta um memorial específico para o sistema Anicuns, Finsocial e

Caveirinha. A resposta ao Questionário de Auditoria n. 01-034/2010 – Saneago não esclarece a questão, pois o memorial descritivo anexo ao Projeto tão-somente apresenta os diâmetros dos tubos e suas extensões, sem especificações adicionais.

A justificativa apresentada no pedido de reprogramação (Carta n. 03-IAE-E-CT-001/2010) evidencia a falta de especificações e detalhamento para os serviços de escavação de valas (...):

'Constatou-se que os tubos de concreto possuem um diâmetro externo muito superior ao diâmetro interno (pelo menos 40 cm a mais região da bolsa) o que determinou que a largura de escavação não pudesse seguir os padrões estabelecidos inicialmente pela Saneago para escavação de valas em rede de esgoto sanitário (que é DN+60 cm), o que inviabilizaria o espaço para execução dos serviços.'

4 – Medidas mitigadoras exigidas na licença ambiental

A licença de instalação original (Licença de Instalação n. GCP 046/2008, de 11/03/2008) é anterior à publicação do edital da licitação em 10/04/2008, mas o projeto e orçamento básicos não contemplam os serviços de medidas mitigadoras. Também não contemplam a recuperação de áreas de corte, o que pode gerar erosões e outros impactos ambientais.

5 – Desatualização do projeto básico/executivo por ocasião da licitação e assinatura do contrato

A revisão do projeto básico, adotado como projeto executivo, é de 2005. Mesmo assim, o projeto não contempla as atualizações feitas na norma de concreto em 2003 (NBR 6118:2003 que entrou em vigor em 2004), bem anterior à licitação realizada em 2008. Com isso, na reprogramação é solicitada a alteração da classe dos tubos de concreto e da estrutura de poços de visita. A solicitação de reprogramação (Carta n. 03-IAE-E-CT-001/2010) traz uma explicação a respeito dos poços de visita:

'Nos projetos básicos estavam previstos poços de visita com paredes de 15 cm e concreto com resistência de 25MPa. Após as revisões e alterações realizadas, os projetos executivos passaram a adotar um resistência de concreto de 40MPa e paredes com espessura de 20cm, [sendo] alterada também a quantidade de aço a ser utilizada na armadura.'

As alterações em poços de visita também são referenciadas no diário de obras (diários de obra dos dias 29 e 30/07/2009), mostrando a aprovação pela Saneago de novos métodos construtivos para poços de visita, inclusive poços de visita pré-moldados.

Um projeto básico inadequado e desatualizado gera atrasos na obra e a necessidade de reformulação do orçamento-base, o que de fato vem ocorrendo. Está em análise na Saneago/Caixa pedido de reprogramação que faz o ajuste de quantitativos do orçamento-base. (...) As alterações relacionadas ao Contrato de Repasse propostas neste pedido de reprogramação são:

a) supressão de quantitativos: R\$ 3.735.668,68, correspondendo a 32,68% do valor contratado original de R\$ 11.367.711,43;

b) acréscimo de serviços novos: R\$ 1.180.566,55, correspondendo a 10,35% do valor contratado original;

c) acréscimo de quantitativos de serviços existentes: R\$ 2.841.436,36, correspondendo a 25,00% do valor contratado original.

Portanto, o acréscimo foi de 35,46%, considerando o valor total acrescentado sobre o valor inicial do contrato $[(1.180.566,55+2.841.436,36)/11.367.711,43]$. Isso denota a precariedade do projeto básico, o que afrontou o inciso IX do art. 6º e o § 4º do art. 7º da Lei n. 8.666/1993.

3.1.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(IG-C) – Contrato n. 1203/2008, 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.1.6 – Conclusão da equipe:

O projeto básico em questão apresenta algumas deficiências como falta de sondagens, de serviços de execução de medidas mitigadoras ambientais e do memorial descritivo detalhado. Além disso, o projeto estava desatualizado, desatendendo à norma de concreto que foi modificada em 2004. Estas inadequações representam desobediência à Lei n. 8.666/1993, art. 6º, inciso IX. Também geram atrasos e necessidades de aditivos ao contrato, o que vem de fato ocorrendo, através da solicitação de reprogramação em análise pela Saneago.

3.1.7 – Responsáveis:

Nome: Mário João de Souza – CPF: 021.574.111-00 – Cargo: Diretor de Engenharia (desde 1º/03/2008)

Conduta: Aprovar projeto básico inadequado e desatualizado para o processo licitatório da Concorrência n. 4.3-007/2007 em que não constavam sondagens, previsão de execução de serviços relativos às medidas mitigadoras ambientais, memorial descritivo detalhado e especificações, descumprindo comando do art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993.

Nexo de causalidade: A aprovação de projeto básico deficiente e desatualizado, que foi utilizado para a Licitação n. 4.3-007/2007, gera atrasos na obra por necessidade de ajuste de quantitativos e serviços após a licitação. Também impõe a necessidade de reformulação do Orçamento-Base, o que de fato vem ocorrendo neste caso. Está em análise na Saneago/Caixa pedido de reprogramação que faz o ajuste de quantitativos e serviços do Orçamento-Base.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da irregularidade do ato que praticara e que lhe era exigível conduta diversa daquela adotada, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria ele exigir que o projeto a ser licitado fosse corrigido pelos responsáveis pela sua elaboração, ao invés de aprovar-lo sem tais previsões. O projeto deveria incluir sondagens, especificações e memorial descritivo, serviços de execução das medidas mitigadoras ambientais e atualização para a época da licitação. Em face do exposto, é de se concluir que a conduta do responsável é culpável, razão pela qual ele deve ser ouvido em audiência.

3.2 – As condicionantes da Licença de Instalação não estão sendo plenamente cumpridas.

3.2.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa de não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – O fato não é materialmente relevante. Além disso, a agência ambiental responsável e a auditoria não identificaram riscos graves de degradação ao meio ambiente que justifiquem a paralisação da obra.

3.2.2 – Situação encontrada:

A obra em questão refere-se a interceptores na margem esquerda do Ribeirão Anicuns, na margem direita do ribeirão Caveirinha e rede de esgotamento sanitário no conjunto habitacional da área Vila Finsocial, todas situadas no município de Goiânia. De acordo com o anexo 1 da Resolução Conama n. 237/1997, tal obra requer o licenciamento ambiental, por se enquadrar no tipo 'interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário', como serviço de utilidade. Conforme os art. 6º e 7º da mesma resolução, a competência para a concessão do licenciamento na obra em questão é do órgão ambiental do Município de Goiânia, por se tratar de obra local.

A primeira Licença de Instalação, de n. 46/2008, foi emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás no dia 11/03/2008, data anterior à publicação do edital da Concorrência 4.3-007/2007 (dia 10/04/2008), com validade para 10/09/2009, renovada em 18/11/2009 até 11/05/2011 (Licença GCP n. 244/2009). A obra também envolve exploração de jazida, tendo sido emitidas as licenças de operação das mesmas pelas prefeituras dos municípios de Senador Canedo e Abadia de Goiás.

O art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993 exige o tratamento do impacto ambiental nos projetos básicos e executivos de obras. Em princípio não é necessária a licença de instalação para

dar início ao procedimento licitatório, sendo exigida apenas para o início das obras. Porém, na ausência da licença prévia, o projeto básico a ser licitado deveria cumprir as exigências da licença de instalação já existente. As exigências técnicas condicionantes da licença de instalação vigente (Item 4 da Licença GCP n. 244/2009), bem como as da anterior (Licença GCP n. 46/2008) não foram incluídas no projeto da obra, tampouco foram executadas até o momento de execução desta fiscalização. Dentre as medidas mitigadoras não contempladas destaca-se o item 5 da Licença n. 46/2008, que exige a adoção do disciplinamento e de medidas de controle para o escoamento das águas pluviais, evitando a formação de processos erosivos na extensão de toda faixa resultante da implantação da rede do interceptor Anicuns.

Verificou-se *in loco* que não foi adotada medida de controle de processos erosivos na margem dos dois ribeirões, sendo que se observa degradação erosiva bem avançada em alguns trechos, devido ao regime de fortes chuvas (Foto 4-Item 6.3). No relatório da fiscalização do contrato de maio de 2009, a empresa gerenciadora informa que a agência municipal de meio ambiente de Goiânia 'está solicitando uma parceria com a Saneago, visando a recuperar as margens dos córregos e as áreas por onde estão sendo executados os interceptores'. A Saneago ainda diz que no momento está em avaliação a contratação de empresa para fazer estudo/execução das exigências da licença, conforme relato do Engenheiro Ambiental da Saneago em extrato de entrevista. Tais medidas carecem de formalização, maiores detalhamentos e mostram-se intempestivas, não elidindo esta irregularidade grave.

3.2.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(IG-C) – Contrato n. 1.203/2008, 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos, das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sohrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.2.6 – Conclusão da equipe:

O achado é uma irregularidade grave porque o projeto licitado pela Saneago não contempla o tratamento do impacto ambiental, em desconformidade com o [previsto no] art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993. As exigências técnicas da licença de instalação vigente não estão previstas no projeto e não foram executadas até o momento dessa fiscalização.

3.2.7 – Responsáveis:

Nome: Mário João de Souza – CPF: 021.574.111-00 – Cargo: Diretor de Engenharia (desde 1º/03/2008)

Conduta: Ter aprovado o projeto da obra objeto da Concorrência n. 4.3-007/2007, realizada em 2008, sem considerar o tratamento de seu impacto ambiental em conformidade com a Licença de Instalação GCP n. 46/2008, emitida anteriormente à licitação, em descumprimento ao art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993, quando deveria exigir tais correções como condição para aprovação.

Nexo de causalidade: A aprovação de projeto sem a previsão de medidas ambientais mitigadoras resultou em não-previsão das obras que tratam do impacto ambiental no Contrato n. 1.203/2008. Tal tratamento permanece não realizado até o momento dessa fiscalização.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da irregularidade do ato que praticara e que lhe era exigível conduta diversa da adotada, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria ele exigir que o projeto a ser licitado fosse corrigido pelos responsáveis pela sua elaboração, passando a contemplar as medidas mitigadoras que tratam o impacto ambiental em conformidade com a licença de instalação existente à época, no invés de aprová-lo sem tais previsões. Em face do exposto, é de se concluir que a conduta do responsável é culpável, razão pela qual ele deve ser ouvido em audiência.

3.3 – O orçamento constante do edital, do contrato e do termo aditivo não é acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços.

3.3.1 – Tipificação do achado:

Classificação – outras irregularidades.

3.3.2 – Situação encontrada:

O Edital da Concorrência 4.3-007/2007-Diceng-Saneago e o Contrato n. 1.203/2008 não apresentam as composições detalhadas dos custos unitários dos serviços. Em resposta ao Ofício de Requisição n. 13-776/2009, a Saneago encaminhou essas composições analíticas. Ressalta-se que as composições também não constam do procedimento licitatório, Processo n. 15769/2007.

Acrescenta-se que, apesar de o orçamento-base apresentar o canteiro de obras como custo direto, este não detalha a sua composição de custos. Também não apresenta nenhum preço de mobilização ou desmobilização de equipamentos. Em resposta ao Ofício de Requisição n. 13-776/2009, a Saneago encaminhou a composição do canteiro de obras. Ressalta-se que consta da referida composição o transporte de blindagem 1012 XLD, com 2,44 x 3,66m (1 módulo), a partir do Rio de Janeiro. A omissão na apresentação do detalhamento do canteiro de obras e a inclusão de item relativo à mobilização de equipamento, estranho à instalação e manutenção do canteiro de obras, contraria o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

Também não consta do Edital de Licitação e do Contrato de execução o detalhamento do BDI e dos encargos sociais utilizados. Foi utilizado no Orçamento-Base: BDI de 25% para serviços, de 12% para os insumos e 122% a título de encargos sociais. O seu detalhamento foi fornecido posteriormente por meio da resposta ao Ofício de Requisição n. 01-034/2010-Anexo 2.4. Conforme informa a própria Comissão Permanente de Licitação, em resposta ao [referido] Ofício, não foi solicitada a composição do BDI das licitantes, acrescentando que, após o Acórdão n. 1.685/2008-TCU-Plenário, a Saneago passou a exigir dos licitantes o detalhamento da composição do BDI e dos respectivos percentuais praticados.

3.3.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(OI) – Contrato n. 1.203/2008, de 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos, das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Russi.

Classificação alterada de IG-C para OI.

Em resposta ao Ofício de Requisição n. 13-776/2009, a Saneago apresentou todas as composições analíticas dos serviços presentes no orçamento, possibilitando a análise pela equipe de auditoria e demonstrando que a concessionária [dispunha das] composições, mas não as havia incorporado ao Edital ou ao processo licitatório. Como informação, registra-se que foi publicada, em 08/02/2010, a Lei n. 16.920/2010, que dispõe sobre licitações e contratos no âmbito do Estado de Goiás. Essa Lei determina, em seu art. 13, inciso V, que nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado sem a estimativa do orçamento do empreendimento, detalhado em planilhas que expressem a composição de seus custos unitários, disponíveis para consulta de qualquer cidadão.

(...)

3.3.6 – Conclusão da equipe:

O art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993 prescreve que as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado que expresse a composição de todos os seus custos unitários, incluída a composição analítica do BDI utilizado. O preceito legal objetiva criar condições de análise dos parâmetros adotados pela Administração. A ausência do orçamento detalhado dificulta o controle por parte da Administração, impedindo que os custos efetivos dos objetos contratados sejam devidamente apurados.

Além disso, a Saneago, quando da realização de obras com utilização de recursos federais, deve submeter-se à jurisprudência do TCU, que determina a apresentação da composição analítica de todos os serviços (Acórdão n. 1.387/2006), incluindo a composição detalhada de preços para os serviços de instalação e manutenção de canteiro e mobilização de equipamentos (Decisão n. 1.332/2002). Deve-se atentar ainda que se inclua no edital de licitação exigência de que as licitantes apresentem, em suas propostas, a composição da taxa de Bonificação e

Despesas Indiretas (BDI) e da taxa de encargos sociais, conforme exigido pelo disposto no art. 7, § 2º, inciso 2º, da Lei n. 8.666/1993 (Acórdãos ns. 608/2008-P e 818/2007-P).

3.4 – Inclusão inadequada de itens na composição do BDI.

3.4.1 – Tipificação do achado:

Classificação – outras irregularidades.

3.4.2 – Situação encontrada:

Como apresentado no item 3.3, o Edital da Concorrência 4.3-007/2007-Dieng-Saneago e o Contrato n. 1.203/2008 não apresentam a composição do BDI utilizado no Orçamento-Base e na planilha de preços do contrato, respectivamente. Consta desses documentos tão-somente a informação de que foi considerado um BDI de 25% para serviços e de 12% para os materiais e equipamentos.

Em resposta ao Ofício de Requisição n. 01-034/2010-Saneago, a empresa detalha o BDI utilizado e apresenta a Resolução da Diretoria n. 152/2002 da Saneago, que fixa o BDI de serviços em 25%. Dentre os itens considerados na composição inclui-se a Administração Local, denominada no demonstrativo do BDI de Administração Direta da Obra. Esse item foi considerado em 5,01% no BDI de serviços e de 1,72% no BDI de materiais e equipamentos. Registra-se que os itens considerados no percentual da Administração Local não constam na planilha como custos diretos, afastando a possibilidade de cobrança duplicada de itens.

3.4.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(OI) – Contrato n. 1.203/2008, de 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos, das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.4.6 – Conclusão da equipe:

A Saneago, ao incluir o item de Administração Local em sua composição de BDI (ou LDI), descumpre a jurisprudência deste Tribunal, a qual culminou no Acórdão n. 325/2007-TCU-Plenário, acerca dos componentes de Lucros e Despesas Indiretas – LDI, que prescreve que o item de Administração Local deve constar da planilha orçamentária e não da composição do LDI, de forma a evitar o acréscimo de custos na Administração Local quando da realização de modificações contratuais que elevem os quantitativos de serviços previstos.

3.5 – Existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços.

3.5.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa de não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – Apesar de o ritmo de execução dos serviços estar aquém do contratado, os atrasos existentes não ensejam a paralisação das obras nos termos do art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei n. 12.817/2009 (LDO 2010).

3.5.2 – Situação encontrada:

Existem atrasos no ritmo de execução das obras e serviços do Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007. O ritmo da obra, desde o início até o presente, não é suficiente para atender o prazo contratado.

O Contrato n. 1.203/2008, para a execução de obras e serviços, foi assinado em 25/09/2008, com previsão de prazo de execução de 36 meses para todos os serviços. O plano de trabalho do Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007, firmado em 07/11/2007, prevê o prazo de execução de 20 meses, referindo-se a parte do contrato total. Devido à necessidade de ajustes de prazos e serviços, há uma proposta de repactuação em análise. A Tabela 1 apresenta os cronogramas financeiros contratados, o executado e proposto na repactuação.

A questão dos atrasos foi tratada no Questionário de Auditoria n. 1-034/2010. A Caixa informa que vem acompanhando em conjunto com a Saneago os atrasos, tanto por parte da

equipe técnica como operacional. A Saneago registra que 'emitiu a Ordem de Serviço na data de 10/10/2008. O consórcio construtor, porém, retardou o início dos serviços sem motivos justificados. Após diversas reuniões e intervenções desta Saneago, sem resultados positivos, foi encaminhada em 04/11/2008 uma notificação extrajudicial ao consórcio que, apenas então, iniciou os serviços de mobilização de suas equipes, com medição de serviços efetivos a partir da data de 06/01/2009.'

A Saneago esclarece ainda que: 'Foram várias as dificuldades encontradas para execução das obras do contrato em questão no ano de 2009, como: greves na Caixa Econômica Federal impedindo a medição dos serviços, período de chuvas com inicio antes do previsto e com uma quantidade acima dos índices normais; diversas interferências (grandes erosões), entre outras (...)'.

Realmente houve um atraso no início das obras, devido às chuvas extraordinárias em 2009, confirmadas por gráfico de índices pluviométricos e registro, no diário de obras, de paralisação das atividades em março/abril por esta causa.

Além disso, no período inicial de execução dos serviços houve greve dos funcionários da carreira profissional da Caixa Econômica, que se iniciou em 29/04/2009 e durou 50 dias, até 18/06/2009. A greve atrapalha a aprovação das medições pela Caixa, já que se trata de contrato de repasse com [sua] interveniência. No entanto, a Lei n. 8.666/1993 estabelece no art. 78, inciso XV, que somente em caso de 'atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços (...) já recebidos ou executados, é assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação'. No entanto, na medição paga em julho (relativa a serviços executados em fevereiro, março, abril, maio e junho, medição 2 – R\$ 514 mil) o valor medido é menor do que o valor da primeira medição, que foi referente somente ao mês de janeiro (medição 1 – R\$ 582 mil). Após a segunda medição, o valor pago acumulado é 7,5% do total contrato, bastante aquém dos 48,1% programados (tabela 1 – mês 10). As chuvas se normalizaram em abril, portanto, os serviços em maio e junho deveriam ter sido realizados no ritmo contratado. O que se vê é que, mesmo após chuvas, o ritmo dos serviços permaneceu lento. Não há registro de providência formal por parte da Saneago ou da fiscalização para ajuste do atraso, nem na documentação deste contrato, nem nas respostas da Saneago ao questionário de auditoria.

A Saneago, em resposta ao Questionário de Auditoria n. 1-034/2010, ainda adiciona justificativas para os atrasos:

'(...) ressaltamos as questões fundiárias (que, mesmo localizadas, influenciam no desempenho), os critérios de medição com interpretações diferentes, que mereceram uniformização (...) (Ofícios n. 242/2009 e 4.084/2009) (...) e a necessidade de reprogramação. É válido apontar a conjuntura econômica, com reflexos na arrecadação e o aumento dos custos de materiais e de serviços, gerando preocupações e pleitos por equilíbrio dos contratos.'

As questões apontadas não caracterizam na atualidade, dificuldades de porte; ou seja, não irão obstruir o bom caminhamento das obras e serviços. À Saneago caberá, agora, acionar o consórcio construtor para que imprima maior velocidade aos serviços, com objetivo de concluir o sistema até dezembro de 2010.'

As erosões que geram atrasos têm como causa deficiências no projeto básico comentadas neste relatório. A questão fundiária também devia ter sido tratada tempestivamente. Tais deficiências eram previsíveis e deveriam ter sido sanadas antes da licitação, justamente para evitar atrasos nos serviços.

O cronograma financeiro (Tabela 1) mostra a defasagem entre o que já deveria ser realizado e o que de fato foi pago/realizado. Se admitirmos abril de 2009 como início das obras, devido às chuvas, a 8ª medição relativa ao mês de novembro corresponderia ao 9º mês de obra. O cronograma contratado previa que 43,2% da obra deveria ser paga e concluída. Até a 8ª

medição foram pagos 18,1% do valor total do contato.

Apesar das justificativas da Saneago, o ritmo dos serviços está abaixo do contratado. O contrato de repasse previa o desembolso médio de 5,1% em cada mês, variando entre 4,9% e 6% nos primeiros 14 meses de contrato. De julho a dezembro/2009, a média de desembolso no mês foi de 1,7%, variando entre 0,8% e 3,2% de desembolso total ao mês. Se mantida essa média de desembolso, a obra levará 58 meses para ficar pronta, em vez dos 20 meses contratados.

A Saneago responde, no Questionário de Auditoria n. 1-034/2010, (...) que o valor realizado até dezembro/2009 corresponde a 18,1% do total da obra ou 22,68% do que estava programado [até aquele momento].

A necessidade de reprogramação advém de um projeto básico incompleto e inadequado. Portanto, a resposta da Saneago explica, mas não justifica os atrasos. Quando perguntada sobre as providências que estão sendo tomadas quanto ao ritmo lento de execução da obra, a Saneago responde (Questionário de Auditoria n. 1-034/2010):

‘A Saneago tomou e vem tomando providências para uma sequência mais efetiva das obras. Porém, várias questões induziram ao [seu] ritmo lento (...).’

As providências da Saneago e da fiscalização não têm gerado resultado positivo no atendimento ao cumprimento de prazos estabelecidos em contrato. Apesar disso, não há registro formal das providências e nem foram utilizados os meios legais disponíveis no Edital (item 11), no Contrato n. 1.203/2008 (Cláusula Sétima) e na Lei n. 8.666/1993 (arts. 78 e 86) para os casos de atrasos.

Também, como resposta ao questionário, a Saneago apresenta o novo cronograma proposto como parte da repactuação em análise. Este cronograma, reproduzido em parte na Tabela 1, propõe a conclusão dos serviços em dezembro/2010, com 7 meses de atraso no contrato (final proposto para o mês 27 vs. mês 20, contratado). Nesta proposta, os desembolsos continuariam abaixo do previsto até abril/2009 (2% do contrato sendo pago ao mês), para então serem aumentados para 8-12% ao mês até set/2009 e 4% ao mês, nos últimos 3 meses do contrato.

3.5.3 – Objetos nos quais o atraso foi constatado:

(IG-C) – Contrato n. 1.203/2008, de 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos, das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sabrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(IG-C) – Contrato de Repasse n. 595.837 (Siafi), de 07/11/2007, Sistema de Esgotamento Sanitário Anicuns Margem Esquerda, Entidades/Orgãos do Governo do Estado de Goiás.

(...)

3.5.6 – Conclusão da equipe:

O cronograma proposto na reprogramação em aprovação (Tabela 1) propõe a execução do contrato em 27 meses, em vez dos 20 meses programados. Para que este prazo seja cumprido, será necessário aumentar consideravelmente o ritmo dos serviços. Se isso é possível, este aumento de velocidade já deveria ter sido implementado, numa tentativa de recuperar o atraso inicial, o que não ocorreu.

3.5.7 – Responsáveis:

Nome: Arivan Aguiar Maia – CPF: 149.046.401-87 – Cargo: Coordenador de Empreendimentos para fiscalização do SES de Goiânia (desde 1º/05/2009), Coordenador da Ger. de Fiscalização de Empreendimentos das Obras da Rede Coletora de Goiânia (de 05/12/2007 até 1º/05/2009)

Conduz: Omissão na fiscalização do Contrato n. 1.203/2008, permitindo atrasos na obra devido a ritmo de execução dos serviços consistentemente mais lento do que o contratado, sem a aplicação de sanções ao Consórcio Construtor, descumprindo o próprio contrato e o comando do art. 66 da Lei n. 8.666/1993.

Nexo de causalidade: Na fiscalização do Contrato n. 1.203/2008, ao não aplicar ao Consórcio Construtor as sanções previstas em contrato e na Lei n. 8.666/1993, o responsável

permitiu que a obra mantivesse um ritmo lento de execução, incorreto com os prazos contratuais.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era exigível do responsável conduta diversa daquela que ele adotou, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria ter formalizado e aplicado as sanções previstas em contrato e na Lei n. 8.666/1993 à construtora para que o ritmo da obra se adequasse ao contratado. Em face do exposto, é de se concluir que a conduta do responsável é culpável, razão pela qual ele deve ser ouvido em audiência.

3.6 – Inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra.

3.6.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa de não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – O atraso provocado pelo andamento das desapropriações não enseja a paralisação das obras nos termos do art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei n. 12.017/2009 (LDO 2010).

3.6.2 – Situação encontrada:

Existe atraso no andamento das desapropriações para a instituição de servidão de passagem, que estão sendo realizadas concomitantemente com o andamento da obra, que é uma das causas do atraso geral da obra.

A comprovação da titularidade sobre a área de intervenção foi efetivada por meio de Declarações apresentadas pelo Governador do Estado de Goiás, datadas de 18 de setembro de 2007 e 03 de março de 2008, nas quais declara que a área objeto da intervenção é “(...) de uso comum do povo e está no nome do proponente (...).” Entretanto, em resposta ao Ofício de Requisição 01-034/2010-Saneago (Anexo 2.14), foi-nos apresentada parte dos processos de legalização e documentos de Controle de Legalização de Áreas, preparados pela Assessoria Jurídica (processo 3.278/2008 – Faixa de Servidão do Interceptor Anicuns; processo 6052/2009 – Faixa de Servidão do Interceptor Anicuns; e processo 3.822/2008 – Interceptor Caveirinha), nos quais consta a relação de proprietários das áreas que se encontram na faixa de servidão dos interceptores e que possuem algum tipo de pendência para a passagem dessas estruturas. Dessa forma, apesar das Declarações emitidas pelo Governador do Estado, a questão da desapropriação das áreas atingidas pelo empreendimento encontra-se em andamento.

Consta do Relatório de Gerenciamento das Obras de dezembro/2009 que a Gerenciadora, em conjunto com a equipe de topografia e da Assessoria Jurídica Saneago, vêm realizando o acompanhamento da situação de regularização das desapropriações e que os esforços estão sendo concentrados na liberação de frontes de serviço de no mínimo 3,0 m, para que se possa dar andamento à obra enquanto correm os procedimentos de liberação dos trechos imediatamente posteriores. Informa ainda que são realizadas reuniões semanais para acompanhamento das pendências e das providências que estão sendo tomadas. Em resumo, parte das áreas encontram-se desimpedida para a execução das obras. Entretanto, existem áreas em que os processos judiciais estão em andamento ou aguardando os Decretos de Desapropriação para que a Saneago promova as ações judiciais. Apesar de verificada a existência de providências quanto à legalização das áreas anteriores e concomitantes ao processo licitatório, verifica-se que não foi realizado o levantamento completo das áreas atingidas pelos interceptores. Dessa forma, diversas áreas vêm sendo levantadas e avaliadas durante a realização das obras. É o que demonstra o Memorando n. 46/2009, de 20/04/2009, da Gerência de Topografia à Assessoria Jurídica encaminhando memoriais descritivos e certidões dos trechos restantes do Interceptor Anicuns, acrescentando que restaram pendências.

Constata-se, portanto, que o Plano de Trabalho do Contrato de Repasse preparado pelo Convenente não contém todos os requisitos exigidos pelo art. 2º da Instrução Normativa STN n. 1. Esse artigo, em seu inciso VIII, prescreve que o Convenente deverá apresentar Plano de Trabalho contendo a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do

imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras. O próprio Contrato de Repasse, cláusula segunda, item 2.1, apresenta como requisito de eficácia a apresentação, por parte da Contratada, no prazo de 120 dias da assinatura do referido contrato, de documentação relativa à área de intervenção. No caso em apreço, esses requisitos não foram atendidos.

Apesar dos esforços da Saneago e da Gerenciadora, verifica-se que a questão de desapropriação para instituição de servidão de passagem vem prejudicando o andamento das obras (...). Como exemplo, menciona-se registro constante do Relatório de Gerenciamento das Obras de dez/2009, quanto ao Interceptor Caveirinha, no sentido de que [um dos proprietários de área em litígio não permitiu o acesso das máquinas para a conclusão dos serviços; contestado o pedido de paralisação da obra, não há estimativa do tempo necessário para o desembaraço jurídico].

No mesmo Relatório, a Gerenciadora [identifica] os proprietários de áreas atingidas pelas obras, objeto de processos de desapropriação, e que poderão afetar o andamento das obras em 60 dias. Na linha do Interceptor Caveirinha e do Interceptor Antunes-Margem Esquerda constam quatro áreas, sendo que na data da Ata de Reunião anexa ao Relatório, 17/12/2009, três encontravam-se ainda em acordo e somente uma estava liberada. Em Ata de Reunião anterior, de 03/12/2009, a própria Saneago reconhece que as desapropriações podem causar a paralisação das obras, comprometendo o cronograma de entrega previsto.

Ressalta-se ainda que o Contrato de Execução das obras não prevê recursos para a realização das desapropriações, que vêm sendo realizadas com recursos próprios da Saneago. O desconhecimento de todas as interferências existentes e dos respectivos valores de desapropriação são elementos de incerteza para cumprimento dos prazos e custos contratuais.

3.6.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(IG-C) – Contrato n 1.203/2008, 25/09/2008, execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos, das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.6.6 – Conclusão da equipe:

A principal dificuldade em relação à legalização das áreas deve-se à ausência de levantamento completo de todas as áreas atingidas pelo traçado dos interceptores. Mesmo que a instituição das faixas de servidão fosse inviável antes do início das obras, o levantamento de todas as áreas e dos respectivos proprietários deveria ter sido realizado anteriormente. Dessa forma, conclui-se que a Saneago, em conjunto com a Gerenciadora contratada, vem realizando esforços, ainda que intempestivos, para que as desapropriações não gerem atrasos substanciais à obra, mas que esses vêm ocorrendo de maneira localizada e que existe risco potencial de paralisação por tempo indefinido da obra.

3.6.7 – Responsáveis:

Nome: Olegário Martins Teixeira Neto – CPF: 129.239.071-91 – Cargo: Gerente da Superintendência de Obras (desde 10/01/2003)

Conduta: Omissão no planejamento das ações de legalização, cadastramento e avaliação de todas as áreas existentes ao longo da faixa de servidão dos interceptores, para que tivesse tempo suficiente para as ações de legalização sem a ocorrência de atrasos.

Nexo de causalidade: O responsável, como Superintendente de Obras, permitiu a ocorrência de atrasos, por não cadastrar e avaliar tempestivamente as áreas existentes ao longo da faixa de servidão dos interceptores, com vistas à sua legalização.

Culpabilidade: É razoável afirmar que era exigível do responsável conduta diversa daquela adotada, consideradas as circunstâncias que o cercavam, pois deveria ele ter realizado o planejamento das ações de legalização, cadastramento e avaliação de todas as áreas existentes ao longo da faixa de servidão dos interceptores, para que tivesse tempo suficiente para as ações de

legalização sem a ocorrência de atrasos. Ressalta-se que o gestor tem realizado esforços, ainda que intempestivos, para que as desapropriações não gerem atrasos substanciais à obra. Em face do exposto, é de se concluir que a conduta do responsável é culpável, razão pela qual ele deve ser ouvido em audiência.

3.7 – Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado

3.7.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa de não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – O sobrepreço foi detectado apenas no Orçamento-Base, não acarretando prejuízos ao erário.

3.7.2 – Situação encontrada:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2008 determina, em seu art. 115, que os orçamentos de obras com recursos da União devem apresentar custos unitários e valores globais não superiores à mediana dos custos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, a não ser em ocasiões especiais devidamente justificadas pelo gestor dos recursos. A jurisprudência do Tribunal também é extensa sobre o assunto: o Acórdão n. 618/2006 do Plenário considera que os preços medianos do Sinapi são indicativos dos valores praticados no mercado; os Acórdãos ns. 702/2008, 040/2003 e 1.050/2003 do Plenário consideram também o Sicre como referencial confiável de preços nas fiscalizações de obras públicas. Realizou-se, então, a análise dos preços da parcela do Orçamento da Concorrência n. 4.3-007/2007, correspondente ao objeto do Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007, para verificar a conformidade dos seus preços em relação ao Sinapi.

Para a verificação dos preços, construiu-se a curva ABC do contrato, separando-se os itens de materiais e de serviços. Para a curva ABC de serviços, a análise se concentrou naqueles que representam 80% do valor financeiro do total dos serviços. Na curva ABC de materiais, analisou-se 91% do valor financeiro do total dos materiais previstos. Os serviços e materiais foram então comparados com aqueles correspondentes no Sinapi Nacional, localidade Goiânia, com data de referência de abril de 2008, momento de início do processo licitatório. Subsidiariamente, foram utilizados os custos e as composições do Sicre Goiás com data de referência de março de 2008 (o Sicre possui periodicidade bimestral). Quando o serviço não encontrou correspondência com a composição analítica do Sinapi, utilizou-se como referência a composição analítica utilizada pela Saneago com os preços dos insumos do Sinapi. Na ausência de ambos, utilizaram-se como referência outros preços em casos de serviços pontuais consonte explicado neste relatório. Foi utilizado um valor de BDI referencial de 28,77% para os serviços, percentual máximo preconizado no item 9.2 do Acórdão n. 325/2007 Plenário, e 12% para os materiais, conforme a Portaria n. 627/2008 do Ministério das Cidades, a serem aplicados nas obras do PAC.

A Saneago utilizou o fator K como critério de aceitabilidade de preços na licitação (item 6.1.1 a do edital de licitação). O Consórcio composto pelas empresas Sobrado Central, Elmo e Fuad Russi venceu a licitação oferecendo um fator K de 0,67, ou seja, com 33% de desconto linear em relação a todos os itens do Orçamento-Base, em uma licitação em que oito empresas apresentaram propostas de preço. A tabela 3 mostra a análise de preços. Os valores são relativos apenas ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007.

Tabela 3: Resumo da análise de preços

	Valor Total (R\$)	Sobrepreço (R\$)	Sobrepreço %
Orçamento referencial (Sinapi)	14.769.873,85	-	-
Orçamento base	16.967.812,25	2.197.938,40	15%
Orçamento vencedor	11.367.716,43	(3.402.162,42)	-23%

Percebe-se que, devido ao grande desconto oferecido pelo orçamento vencedor, este não

apresenta sobrepreço em relação ao Sinapi, não configurando dano ao erário. No entanto, os serviços do orçamento-base relativos ao contrato de repasse apresentam um sobrepreço de 15%. Apesar de não haver débito neste caso, um orçamento-base com sobrepreço acarreta potencial dano ao erário, por submeter o processo licitatório a um orçamento com preços acima dos de mercado, neste caso da ordem de R\$ 2,2 milhões, configurando, portanto, uma irregularidade grave.

A Caixa realizou análise dos preços do orçamento-base semelhante àquela presente neste relatório. Os resultados encontrados estão registrados no Laudo de Análise Técnica de Engenharia, de 23/11/2007, com data-base em setembro de 2007. Naquela oportunidade, detectou-se um sobrepreço global de 5,5% do orçamento de serviços, não tendo sido analisado o orçamento de materiais. A Caixa então determinou que os preços unitários fossem adequados àqueles do Sinapi (Item 6 do tópico 10.1 do Laudo de Engenharia). A metodologia utilizada pela Caixa naquela oportunidade difere da presente análise no preço de alguns serviços. Quando não se encontrou correspondência do serviço no Sinapi Nacional, esta equipe de auditoria procurou utilizar como referência as próprias composições da Saneago, substituindo-se os custos dos insumos pelos correspondentes no Sinapi. A Caixa, no entanto, utilizou como base auxiliar as composições do Sinapi Regional, que, no caso deste objeto, não reflete exatamente o serviço analisado. O resultado foi um sobrepreço detectado bem mais conservador, o que não reflete a realidade destes serviços e dos preços de mercado, como demonstrado adiante para itens específicos.

Os itens selecionados na tabela 4 foram retirados da curva ABC e mostram aqueles serviços e materiais que apresentam os maiores índices de sobrepreço em relação ao orçamento-base. Todos os serviços selecionados têm em comum um índice de sobrepreço de 32% para o custo horário do item 'servente' (R\$ 5,52 na Saneago contra R\$ 4,18 no Sinapi) e de 20% para o custo horário do item 'encarregado' (R\$ 9,79 na Saneago contra R\$ 8,13 no Sinapi) em suas composições, o que explica uma boa parte do sobrepreço global detectado. Além desses dois itens, cada serviço apresenta razões específicas adicionais que explicam seus respectivos sobrepreços.

O serviço de 'Transporte e descarga material 1^a ou 2^a categoria ou de jazida' é o item de maior relevância na curva ABC, representando 18% do orçamento de serviços. O sobrepreço de 26% apontado é explicado pela significativa diferença entre o índice de produtividade do item 'caminhão basculante' na composição analítica de referência no Sinapi (Cod. 23415/003) e o índice de produtividade do mesmo item na composição de referência utilizada pela Saneago. O serviço na Saneago apresenta uma eficiência 74% menor.

Na análise do preço do serviço 'Limpeza do corte, colocação e compactação cascalho, imprimação e colocação de capa asfáltica (CBUQ)' utilizou-se a composição de referência da Saneago e preços dos insumos do Sinapi, com o auxílio do Sicro. Aqui o sobrepreço de 31% ocorre devido a duas razões: a primeira se deve à diferença entre o custo horário improdutivo dos equipamentos utilizados no Sicro (entre R\$ 11,52 e R\$ 14,94) e o mesmo custo utilizado pela Saneago (entre R\$ 21,57 e R\$ 78,21). A segunda decorre dos significativos índices de sobrepreço no custo horário dos equipamentos 'Usina de Asfalto' (438%), 'Caideira Aquecedora' (232%), 'Motoniveladora' (116%) e 'Tanque Estacionário' (49%).

Nos dois serviços de 'Escavação Mecanizada em valas de barro-lama' da tabela 4, com sobrepreços de 36%, bem como o serviço 'Reaterro mecanizado com passadas de equipamentos de transporte', com sobrepreço de 33%, explica-se o sobrepreço na diferença de 53% entre os custos horários das retroescavadeiras utilizadas em suas composições, de R\$ 72,61 na Saneago contra R\$ 47,53 no Sinapi (Cod. 6044).

Na composição do serviço de 'Escoramento de valas com blindagem metálica (1 módulo)' (sobrepreço de 22%), mesmo aceitando o preço da Saneago para o item 'Blindagem 1012 XLD', encontra-se discrepância de 71% no custo horário produtivo de 'Escavadeira Hidráulica' (Cod.

2721 no Sinapi) e de 31% no custo horário de ‘Caminhão c/ Murek’ (Cod. 3356 no Sinapi).

Na composição da Saneago, em ambos os serviços de ‘Escavação Manual em Valas de Rocha’ da tabela 4 (sobrepreços de 34% e 36%) há significativo sobrepreço para o custo dos itens ‘Compressor’ (196%) e ‘Martelete’ (204%). No serviço ‘Reaterro compactado valas com compactador tipo sapo’ existem problemas de preço (sobrepreço de 99% no compactador ‘Clorozini Sapo’) e discrepância de 120% no índice de produtividade do compactador entre a Saneago (0,88) e o Sinapi (0,4 – Cod.23435/002 no Sinapi), provocando um sobrepreço de 35% para o item.

Os três serviços de travessia não destrutiva em túnel linear da planilha orçamentária não apresentam composição detalhada fornecida pela Saneago. Como os serviços não constam no Sinapi, buscaram-se outras referências de preços. Para o serviço ‘Travessia por método não destrutivo em túnel linear (...) DN 1800 mm, material e montagem (incluindo mobilização e desmobilização)’ buscou-se o preço de serviço idêntico da tabela de referência de preços utilizada pela Cacsb/DF, que, assim como a Saneago, também é uma concessionária estadual de serviços de saneamento. Não se justifica a princípio, nesse caso, a diferença de 55% entre os preços dos dois serviços. Para o serviço de ‘Travessia não destrutiva DN 1200 mm’ (sobrepreço de 52%), buscou-se cotação da empresa Arnic, coletada na análise de preços da Caixa.

Dentre os materiais adquiridos para a obra, os tubos de concreto apresentam os maiores índices de sobrepreço (35% a 55%), bem como apresentam a maior materialidade, representando 77% do orçamento total de materiais. Para o preço referencial desses materiais, utilizaram-se os mesmos preços coletados pela Caixa na análise do orçamento de obras presente no Laudo SES Interceptor Meia-Ponte de fevereiro de 2008, que diferem dos preços do Sinapi do mesmo período, em razão de questionamentos da própria Caixa quanto à confiabilidade dos preços desses materiais no sistema.

A metodologia utilizada pela Saneago para elaboração das composições e coleta de preços em seus orçamentos foi objeto da Questão 5 do Questionário de Auditoria n. 01-034/2010. De acordo com a resposta original, bem como complementação enviada pela Saneago, não existe, em normativo, procedimento aprovado para verificação das composições, atualização de produtividade ou preços. As revisões são realizadas ‘pontualmente’ e ‘periodicamente’, sem, no entanto, definir-se qual a periodicidade e o critério de revisão. Existem casos de serviços específicos que não apresentam composição em que o preço do serviço é definido diretamente através de cotação de mercado (serviços terceirizados), devido à ‘dificuldade de se elaborar uma composição sem fontes de informações suficientes’. Os preços são coletados pela própria Saneago com base em cotações próprias e com ‘auxílio de composições de outros órgãos estaduais’. Não há, em nenhum momento descrito no processo, conferência de preços com o Sinapi ou outra tabela referencial de preços nacional, como prescrita para contratos envolvendo recursos federais.

3.7.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(IG-C) – Contrato n. 1.203/2008, de 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.7.6 – Conclusão da equipe:

O sobrepreço do orçamento-base não provocou dano ao erário para o contrato de repasse objeto dessa auditoria, já que o consórcio vencedor da licitação apresentou um desconto de 33% sobre o orçamento-base, o que levou a um desconto de 23% em relação ao orçamento referencial. No entanto, tal irregularidade grave acarreta potencial dano ao erário, que, se não regularizada, pode gerar débito em outros contratos com o Poder Público Federal, já que as composições e preços da Saneago servem de base para todas as suas licitações. As metodologias utilizadas atualmente pela concessionária merecem correção e formalização, a fim de evitar

danos maiores ao erário no futuro.

3.7.7 – Responsáveis:

Nome: Myriam Vieira de Carvalho Martins – CPF: 416.694.446-00 – Cargo: Gerente de Orçamento de Empreendimentos (desde 05/02/2003)

Nome: Nilo Gustavo A. S. Serra – CPF: 838.234.411-91 – Cargo: Engenheiro de Orçamento de Empreendimentos (desde 1º/04/2008)

Conduta: Terem aprovado o Orçamento-Base código 141-2008-4, ref. 62-2008-2/CTE, com sobrepreço, em descumprimento ao comando do art. 115, caput, da Lei n. 11.514/2007 (LDO 2008), quando deveriam ter verificado a conformidade de seus custos unitários com a mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi como condição de legalidade.

Nexo de causalidade: A aprovação do orçamento-base, código 141-2008-4, ref. 62-2008-2/CTE, com sobrepreço resultou em potencial dano ao erário na Concorrência n. 4.3 - 007/2007, por submeter o processo licitatório a um orçamento com preços acima dos de mercado.

Culpabilidade: Os responsáveis praticaram o ato após prévia consulta a órgãos técnicos ou, de algum modo, respaldados em parecer técnico. É razoável afirmar que lhes era possível ter consciência da irregularidade do ato que praticaram, e que lhes era exigível conduta diversa daquela adotada, consideradas as circunstâncias que os cercavam, pois deveriam ter verificado a conformidade dos custos unitários do orçamento-base com a mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi. Em face do exposto, é de se concluir que a conduta dos responsáveis é culpável, razão pela qual eles devem ser ouvidos em audiência.

3.8 – Ausência de cadastramento de contrato no Siasg

3.8.1 – Tipificação do achado:

Classificação – grave com recomendação de continuidade.

Justificativa de não-enquadramento no conceito de irregularidade grave da LDO – No caso em tela, não se verificam prejuízos à execução da obra. A irregularidade não enseja a paralisação das obras nos termos do art. 94, § 1º, inciso IV, da Lei n. 12.017/2009 (LDO 2010).

3.8.2 – Situação encontrada:

Ausência de cadastro no Siasg dos dados referentes à execução física e financeira do contrato celebrado pela Saneago que utiliza recursos do Contrato de Repasse n. 226.021-24 (Siafi 595837), conforme consulta realizada em 18/02/2009.

3.8.3 – Objetos nos quais o achado foi constatado:

(IG-C) – Contrato n. 1.203/2008, de 25/09/2008 – Execução, sob regime de empreitada por preço unitário, com fornecimento de materiais e equipamentos das obras de ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

(...)

3.8.6 – Conclusão da equipe:

A Caixa Económica Federal deve proceder à inclusão, no Siasg, das contratações decorrentes de contratos de repasse nos quais represente a União e tenham como contratado o Governo do Estado de Goiás, em conformidade com art. 21 da Lei Federal n. 11.514/2007 e determinação do Acórdão n. 347/2007 – TCU – Plenário.

Em relação a presente impropriedade, deixa-se de propor encaminhamento nesta ocasião. A matéria será tratada, de maneira consolidada, no relatório de auditoria Fiscalis n. 776/2009.”

8. Em síntese, a equipe de fiscalização conclui que os achados não levam à necessidade de paralisação das obras, dado que as irregularidades graves identificadas não ensejam dano ao erário. Observa que, até novembro de 2009, a execução do contrato de repasse estava em 18% e não foram identificados riscos futuros de prejuízos consideráveis ao erário, caso a conveniente e a executora do contrato atentem para os pontos tratados no relatório acima transscrito. Adicionalmente, a equipe tece

as seguintes considerações (fls. 112/117):

“É importante que a Saneago realize correções na proposta de reprogramação que se encontrava em análise no momento dessa fiscalização. Na proposta atual, foram identificados quantitativos inadequados para a distribuição dos tipos de solos escavados, previsão de substituição superestimada do barro-lama por material de jazida, serviço inadequado e valores equivocados de distâncias médias de transporte para o material proveniente de jazida. Além disso, deve-se observar a manutenção do desconto de 33% em relação ao Orçamento-Base para os serviços novos, conforme exige o art. 112, § 6º, da Lei n. 12.017/2009 (LDO 2010). Recomenda-se que a Caixa observe esses pontos em sua análise para atestar a conformidade da reprogramação com a legislação, sob pena de responsabilidade solidária.

Recomenda-se ainda à Saneago que realize a revisão de sua metodologia de orçamentos e elaboração das composições de preços. Há que se estabelecer critérios formalizados em procedimentos internos, que apresentem critérios de revisão de preços com periodicidade definida e que se verifique a conformidade dos preços e coeficientes de produtividade com o Sinapi nos contratos que envolvam recursos federais.

Comenta-se ainda que a utilização do desconto linear uniforme (Fator K) como critério de aceitabilidade de preços no edital da Concorrência 4.3-007/2007 não encontra respaldo na Lei n. 8.666/1993. Apesar das suas vantagens, como a facilidade de se realizar o controle orçamentário e a eliminação do ‘jogo de planilha’ de preços, o critério provoca uma artificialização dos preços nas propostas, além de muito se assemelhar à antiga licitação de ‘preço-base’, não mais admitida na atual redação da Lei n. 8.666/1993. Os Acórdãos ns. 1.700/2007 e 2.304/2009 do Plenário vedam a utilização do método. Como a Saneago informou que não utiliza mais o critério em suas licitações, não há proposições de medidas corretivas nesse sentido.

Por fim, há que se registrar que esta equipe de auditoria não encontrou qualquer tipo de impedimentos e dificuldades na execução dos trabalhos, tanto na Caixa quanto na Saneago. Além disso, os processos de trabalho na Saneago encontraram-se muito bem organizados e classificados, fato que é importante reconhecer.”

9. Diante do exposto, a 1ª Secob propõe, à unanimidade (fls. 113/115), o seguinte encaminhamento:

9.1. com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, realizar audiência dos seguintes responsáveis, para apresentação de razões de justificativa sobre os seguintes fatos:

9.1.1. Sr. Mário João de Souza, Diretor de Engenharia da Saneago:

- aprovação de projeto básico inadequado e desatualizado para o processo licitatório da Concorrência n. 4.3-007/2007, em que não constavam sondagens, previsão de execução de serviços relativos às medidas mitigadoras ambientais, memorial descritivo detalhado e atualização para NBR 6118:2003 (norma de concreto modificada em 2004), descumprindo comando do art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.1);

- aprovação do projeto da obra objeto da Concorrência n. 4.3-007/2007 sem considerar o tratamento de impacto ambiental previsto na licença de instalação, em descumprimento ao art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.2);

9.1.2. Sr. Arivan Aguiar Maia, Coordenador de Empreendimentos, por ter permitido o atraso na obra sem adotar as sanções cabíveis à construtora para que o ritmo obra se adequasse ao contratado, descumprindo o próprio contrato e o comando do art. 66º da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.5);

9.1.3. Sr. Olegário Martins Teixeira Neto, Superintendente de Obras da Saneago, quanto à inadequação do levantamento e avaliação das áreas existentes ao longo da faixa de servidão das obras e ao consequente descumprimento do cronograma, em infringência ao art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 (Achado 3.6);

9.1.4. Sra. Myriam Vieira de Carvalho Martins, Gerente de Orçamento de

Empreendimentos da Saneago, e Sr. Nilo Gustavo A. S. Serra, Engenheiro de Orçamento de Empreendimentos, em relação à aprovação do orçamento-base do processo licitatório relativo ao Contrato de Repasse n. 226.021-24 com sobrepreço em alguns itens, descumprindo comando do art. 115, *caput*, da Lei n. 11.514/2007 (LDO 2008) (Achado 3.7);

9.2. alertar/recomendar:

9.2.1. à Caixa Econômica Federal que, na análise da proposta de reprogramação do Contrato de Repasse n. 0226021-24/2007, atente para:

- a manutenção do desconto de 33% em relação ao orçamento-base da Saneago para os serviços novos, em cumprimento ao art. 112, § 6º, da Lei n. 12.017/2009 (LDO 2010);

- a adequação dos quantitativos a escavar à real distribuição dos tipos de solos, das distâncias médias de transporte, dos quantitativos de material escavado e da necessidade de sua substituição por empréstimo, bem como de outros itens necessários à conformidade da reprogramação com a legislação, em cumprimento ao art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.1);

9.2.2. à Saneamento de Goiás S.A quanto às seguintes impropriedades:

- inexistência, no Processo Licitatório n. 15.769/2007, que originou a Concorrência n. 4.3-007/2007, das planilhas de composição de todos os custos unitários, inclusive da composição analítica do BDI, em descumprimento ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993 (Achado 3.3);

- inclusão do item Administração Local no BDI de orçamento-base da Concorrência n. 4.3-007/2007, quando deveria ter sido incluído na planilha orçamentária, segundo estabelecido no Acórdão n. 325/2007 – TCU – Plenário (Achado 3.4);

9.3. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, no Contrato de Repasse n. 595837 (número Siafi), relativo às obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do Ribeirão Anicuns, margem esquerda, Goiânia/GO, não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei n. 12.017/2009 (LDO/2010).

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Trata-se do Relatório de Auditoria realizada pela 1^a Secretaria de Fiscalização de Obras, no âmbito de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC determinada pelo Acórdão n. 2.490/2009 – Plenário, no período de 18 a 22/01/2010, referente ao Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007/Ministério das Cidades/Caixa, destinado às obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Goiânia/GO.

2. Entre as razões que motivaram esta auditoria destaca-se o elevado vulto de verbas federais para os setores de habitação e saneamento. O referido Contrato, com vigência inicial até 30/04/2010, prevê a participação federal de até R\$ 11,9 milhões e a contrapartida estadual de R\$ 2,64 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 14,5 milhões. As obras fazem parte do PAC e encontram-se em estágio inicial de execução (23%), com o cronograma atrasado.

3. Conforme consta do Relatório precedente, as seguintes ocorrências foram identificadas neste trabalho:

3.1. projeto básico deficiente (achado 3.1), por não contemplar laudos de sondagem com definição de tipo de solo e nível d'água, locação de jazidas e bota-forsas, especificações técnicas/memorial descritivo, medidas mitigadoras exigidas na licença ambiental e atualização da norma de concreto NBR 6118:2003, que entrou em vigor em 2004, bem anterior à licitação realizada em 2008, em desobediência ao art. 6º, inciso IX, da Lei n. 8.666/1993;

3.2. não-atendimento às condicionantes da licença de instalação (achado 3.2), uma vez que o projeto da obra não contemplou as exigências técnicas constantes das licenças ns. 46/2008 e 244/2009, dentre as quais se encontram medidas de controle para o escoamento das águas pluviais, de modo a evitar processos erosivos na extensão de toda faixa resultante da implantação da rede do interceptor Anticuns, as quais tampouco foram executadas até o momento da fiscalização, em desconformidade com o art. 12, inciso VII, da Lei n. 8.666/1993;

3.3. ausência de detalhamento, no orçamento do edital, do contrato e do aditivo, das composições de todos os custos unitários de serviços (achado 3.3), muito embora a executora dispusesse dessas composições analíticas; em consequência, não há detalhamento da composição de canteiro de obras, incluído no orçamento-base, nem dos preços de mobilização e desmobilização de equipamentos, com ofensa ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993;

3.4. inclusão inadequada de itens na composição do BDI (achado 3.4), mais especificamente da Administração Local, denominada de Administração Direta da Obra, que deveria constar da planilha orçamentária, a teor do Acórdão n. 325/2007-TCU-Plenário;

3.5. existência de atrasos injustificáveis nas obras e serviços (achado 3.5), uma vez que o valor executado acumulado até a medição paga em julho/2009 é de 7,5% do total contrato, bastante aquém dos 48,1% programados (tabela 1 – mês 10); não foi atendido o prazo de execução de 20 meses do Contrato de Repasse n. 226.021-24/2007, firmado em 07/11/2007, tampouco foram aplicadas as sanções cabíveis ao contratado, com ofensa ao art. 66 da Lei n. 8.666/1993;

3.6. inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra (achado 3.6), uma vez que as desapropriações para instituição de servidão de passagem estão sendo realizadas em concomitância com a obra; disso resulta ofensa ao art. 2º da Instrução Normativa n. 1, da Secretaria do Tesouro Nacional, segundo a qual o convenente deverá comprovar, no Plano de Trabalho, o exercício dos plenos poderes inerentes à propriedade do imóvel, bem como ao subitem 2.1 da cláusula segunda do contrato de repasse, que estabelece como requisito de eficácia a apresentação, por parte da Contratada, no prazo de 120 dias da assinatura da avença, de documentação relativa à área de intervenção;

3.7. sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado (achado 3.7), identificando no orçamento-base; não houve dano ao erário porque o consórcio vencedor da licitação apresentou um desconto uniforme de 33% sobre o orçamento-base, o que levou a um desconto de 23% em relação ao orçamento referencial; no entanto, tal irregularidade, se não regularizada, poderá gerar débito em outros contratos custeados com recursos federais, uma vez que as composições e preços da Saneago servem de base para todas as suas licitações;

3.8. ausência de cadastramento de contrato no Siasg (achado 3.8).

4. Conforme noticia 1º Secob, no processo principal da Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC (TC 025.536/2009-4) será integralmente tratado o achado de n. 3.8.

5. Entendo que também deverá ser examinada no bojo da consolidação das fiscalizações a responsabilidade da Caixa quanto ao achado 3.1 – utilização de projeto básico deficiente e desatualizado, pois a instituição financeira é remunerada pela prestação de serviços e tem como encargo a análise técnica do projeto básico. Da mesma forma, a inclusão do achado 3.7 no escopo da consolidação da FOC justifica-se pelo fato de que, embora a Caixa não tenha responsabilidade formal pela análise jurídica do contrato e dos termos aditivos, o exame do orçamento-base tem a ver com a possível glosa, nos boletins de medição, dos valores que superem os de mercado.

6. Neste processo, a Secretaria propôs a realização de audiências quanto aos achados 3.1, 3.2, 3.5, 3.6 e 3.7 e a expedição de recomendações/alertas quanto aos achados 3.3 e 3.4. A proposta de encaminhamento inclui a comunicação ao Congresso Nacional de que não foram encontradas irregularidades que recomendem o bloqueio orçamentário no âmbito do Contrato de Repasse n. 0218.348-92/2007/Ministério das Cidades/Caixa.

7. Acolho, em essência, a proposta da 1º Secob, com alguns ajustes. No que diz respeito à deficiência do projeto básico (achado 3.1), além da audiência dos responsáveis, deverá ser determinada à Saneago a adoção de medidas sancionadoras, aí incluída a correção dos projetos básico e executivo e a formalização da alteração contratual correspondente, de modo que a ausência de detalhamento da peça fundamental do empreendimento não cause a cobrança de itens em excesso.

8. Caso a reprogramação solicitada à Saneago e à Caixa resulte, efetivamente, acréscimo de 35,46% ao valor inicial do contrato, conforme anunciado no item 3.1.2 do Relatório de Auditoria, a 1º Secob deverá promover a audiência dos responsáveis pela inobservância ao limite de modificação contratual estipulado no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/1993.

9. Quanto à ausência de detalhamento das composições de custos unitários de serviços e à inclusão indevida do item Administração Local na composição do BDI (achados ns. 3.3 e 3.4), embora não tenha sido identificado dano concreto, existe um potencial de dano, a depender da futura realização de alterações contratuais. Por exemplo, havendo acréscimos de quantitativos, haverá aumento proporcional do custo da administração local, sem que exista uma relação estrita entre essas duas grandezas. Deste modo, cabe determinar à 1º Secex que identifique os responsáveis por estas ocorrências, a fim de promover as respectivas audiências. Após o exame das justificativas se poderá avaliar a necessidade de ajustes contratuais e a pertinência das recomendações alvitradadas.

10. Finalmente, considero importante que se enviem aos responsáveis que serão chamados em audiência ou ofívia, cópias de partes do Relatório de Auditoria e seus Anexos que, individualmente, interessem a cada um dos destinatários, em reverência aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

11. Ressalto, ainda, a necessidade de se ouvir a contratada quanto ao possível reflexo dos achados 3.1 e 3.4 sobre o contrato em execução.

Ante o exposto, manifesto-me por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões, em 11 de agosto de 2010.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os Avisos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Convidado para fazer uso da palavra o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti, digno representante do grande Estado de Roraima, tenho uma proposta de emenda constitucional, apresentada em 2006, que contempla o futuro de jovens que vivem no campo. Por sinal, esse é um assunto completamente estranho às candidaturas que estão postas no País à Presidência da República. Acompanhamos o esforço do Governo Lula em implantar ou ampliar o número de escolas técnicas no País, mas, salvo engano, não ouço falar que algumas dessas escolas se destinam à formação técnica de quem precisa trabalhar e operar no campo, na agricultura. Penso até que a maioria dessas escolas técnicas deveria ser voltada para capacitar jovens para a atividade agrícola, porque, no mundo urbano, há uma profusão de escolas técnicas patrocinadas pelos Senai's da vida. Eu mesmo fui aluno do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Minha formação inicial é de torneiro mecânico. Fiz esse curso no início da década de 70 no Rio e atuei na profissão durante alguns anos.

Portanto, não digo que o País esteja bem servido de escolas técnicas para atividades voltadas para a indústria, mas tenho a convicção de que o número delas voltado para a formação de jovens e de mão de obra para atividade agrícola, para atividade desenvolvida no campo de produção de alimentos, é assustadoramente inferior às necessidades do País.

Repto: estranho profundamente que os candidatos que postulam o cargo de Presidente da República não se tenham ainda voltado para esse assunto, não tenham expressado qualquer preocupação com relação à formação e ao aperfeiçoamento da mão de obra cada vez mais necessária na produção de alimentos, na atividade agrícola, pecuária, rural.

A Constituição, no seu art. 187, Senador Mozarildo Cavalcanti, trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Diz o art. 187 da Constituição:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como

dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.

Pensando na questão da assistência técnica e extensão rural, apresentei uma proposta de emenda à Constituição em que acrescento o § 3º ao art. 187 da Constituição, nos seguintes termos:

§ 3º Para a execução das ações e serviços de assistência técnica e extensão rural de que trata o inciso IV [do art. 187, é lógico], poderão ser admitidos por tempo determinado, através de processo seletivo público simplificado e após treinamento e capacitação, jovens de 16 a 24 anos, domiciliados há mais de cinco anos nas comunidades rurais.

O que imaginei com essa proposta, Senador Mozarildo Cavalcanti? O País todo tem conhecimento da existência dos agentes comunitários de saúde. Na origem, como eles surgiram? Surgiram da necessidade de se capacitarem pessoas, moradores de bairros e de regiões, e de treiná-las para o contato e a assistência mínima a ser prestada aos que procuram os serviços de saúde do nosso País. Essas pessoas são chamadas de agentes comunitários de saúde, porque são da própria comunidade, são treinados e capacitados para, supletivamente, atuarem junto a enfermeiros, médicos, profissionais da área de saúde na própria comunidade em que vivem.

Os jovens que vivem na zona rural, nesta faixa de idade, dos 16 anos aos 24 anos de idade, e que residem há mais de cinco anos em sua comunidade rural, Senador Mozarildo Cavalcanti, têm o conhecimento empírico de como se produzir arroz e feijão, de como se trabalhar a terra. Acreditei, como acredito, ao propor essa emenda constitucional, que esses jovens, sendo selecionados, num processo de seleção simplificado, precisam ser treinados e capacitados, porque, hoje, o processo produtivo compreende novas tecnologias, novos processos, que precisam ser incorporados ao conhecimento daqueles que lidam com a terra. Então, esses jovens seriam treinados, capacitados e, poste-

riamente, em troca de uma remuneração, colocados a atuar supletivamente na assistência técnica, na extensão rural do País.

Olha que coisa interessante, Senador Mozarildo Cavalcanti: primeiro, foca-se um contingente de pessoas na faixa de 16 anos a 24 anos de idade, milhares de pessoas neste País, jovens que, por vezes, acabam o ensino médio e ficam sem qualquer perspectiva de trabalho na sua região, restando a eles simplesmente a opção de migrar para as cidades, para a zona urbana, como dizemos, e de lá pirangar algum emprego, indo para a construção civil, para a atividade de serviços de maneira em geral, quando não se defrontam com a impossibilidade de emprego algum e acabam sendo presas e vítimas do tráfico de entorpecentes, do crime organizado. Essa é a história que se repete em todo o País, envolvendo a juventude que mora na zona rural, no campo.

O Senador Alvaro Dias, que é de um Estado produtor, deve conhecer muito bem essa realidade. Os jovens urbanos já encontram uma dificuldade extrema, Senador Mozarildo Cavalcanti, de se colocarem no mercado. O Senador Adelmir Santana também conhece muito bem esta realidade: jovens da área urbana já encontram uma dificuldade extrema de se colocarem no mercado. O que se dirá dos jovens que moram na zona rural, que precisam lá residir, que precisam ajudar suas famílias? Imagine, Senador Mozarildo Cavalcanti, milhares deles sendo treinados e capacitados para incorporar novos conhecimentos e novas tecnologias de produção e colocados a atuar supletivamente junto aos profissionais que oferecem assistência técnica e extensão rural aos produtores brasileiros! Com essa ação, o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais abririam a perspectiva para milhares de jovens se qualificarem, colocarem-se no mercado.

Conto sempre a história de um jovem que, por diversas vezes, encontrei na zona rural do meu Estado. Ele andava de mãos dadas com sua namorada, e eu lhe perguntava: "Quando é o casório?". Eles me diziam: "Senador, não há como casar, porque a gente não tem renda. Não há como a gente se manter, porque a gente não tem trabalho, emprego". Imaginem um jovem desses sendo qualificado, treinado e envolvido numa operação de assistência técnica àqueles da sua própria comunidade, recebendo seu salário, podendo ter uma perspectiva de médio prazo para constituir uma família e ganhar seu dinheirinho! Imaginem a revolução que uma ação como essa causaria neste País!

Mas esse projeto, Senador Mozarildo Cavalcanti, apresentado em 2006, é mais um que se encontra nas gavetas do Senado Federal, feito fantasma. Ninguém dá conta dele, ninguém o impulsiona, ninguém

se interessa em vê-lo discutido no plenário. Não sei qual seria a dificuldade, não imagino qual seria a dificuldade, só imagino as facilidades que colheríamos com a aprovação de um projeto desses. Mobilizáramos milhares de jovens pelo País afora, como aqueles que estão na zona rural, repito, a grande maioria sem qualquer perspectiva de trabalho, de renda, de ocupação. Com esse projeto, no entanto, eles entrariam pela porta larga da perspectiva do trabalho, do emprego e da ocupação.

Para não dizer que jamais ouvi dos candidatos postos no atual processo eleitoral qualquer menção ou referência aos jovens de uma maneira geral, saliento que ouço, aqui e acolá, alguém dizer que criará centros culturais, como se não nos devêssemos preocupar com uma qualificação técnica, com uma formação profissional. Jovem gosta, sim, de cultura, de arte, de teatro, de cinema, de jogo de futebol – e, para isso, a gente precisa de quadras –, mas precisa, sobretudo, da perspectiva de uma formação profissional. Se a grande maioria deles não consegue chegar às escolas superiores, que isso se realize pelas escolas técnicas! É preciso que haja escolas técnicas, Senador Mozarildo!

O atual Governo, de fato, criou algumas escolas técnicas, ampliou o número delas. Mas, em sã consciência – espero ser desmentido, inclusive –, não ouço falar de instalação de escola técnica agrícola, o que seria de fundamental importância para nosso País, principalmente nos dias de hoje, em que a gente lida com a necessidade de conjugar direitinho essa relação entre preservação e produção. No meu Estado, as pessoas ainda utilizam técnicas rudimentares para produzir, porque não têm o devido conhecimento de novas tecnologias, não dispõem de recursos técnicos e tecnológicos, de equipamentos, de insumos que permitam que eles deixem, por exemplo, de queimar e possam produzir da mesma forma, talvez até em maior quantidade e melhor qualidade, valendo-se de outras técnicas.

Portanto, penso que esse conhecimento deveria surgir de forma forte, tomando corpo, entre a própria juventude campesina, entre os jovens que moram no campo, que se incorporariam, naturalmente, ao trabalho da assistência técnica e da extensão rural no nosso País, com amplas vantagens para todos, para eles, para os produtores, para as suas famílias e para as regiões onde eles habitam e moram. Essa seria uma coisa fantástica!

Repto: para fazer a proposição, eu me inspirei na figura do agente comunitário de saúde, aquele cidadão que mora em determinado bairro e é selecionado para receber conhecimento na área de saúde,

conhecimentos básicos, rudimentares, para poder auxiliar enfermeiros, médicos, dentistas, profissionais da área de saúde a cuidar da população. Eles atuam na sua própria região, fazendo levantamento de informações, visitando cada casa, cadastrando as pessoas, verificando aquelas mazelas mais comuns, fornecendo informações e dados importantes para as estatísticas com as quais todos precisamos lidar.

Assim, seria a mesma tarefa executada pelo agente comunitário rural, conforme proposta de emenda constitucional que apresentei e que, repito, dorme nas gavetas do Senado desde 2006, sem que a Casa se sensibilize sequer a discutir e, quem sabe, rejeitar a proposta. A proposta não sai do âmbito das Comissões, não vem ao plenário, não é discutida, o que é uma lastima, um desprezo para com o jovem habitante do mundo rural brasileiro.

Espero que, quem sabe... Já não tenho mais esperança de ver um projeto como esse aprovado. O ano está acabando, e, logo após as eleições, surgirão as velhas prioridades, e um projeto desse é engolfado numa agenda do Congresso Nacional que, por vezes, é dissociada dos anseios e da realidade do povo brasileiro. Portanto, essa é apenas uma lembrança de mais uma iniciativa que poderia ser valorizada nesta Casa e que é engolfada, como eu disse, por uma agenda do Senado, do Congresso Nacional, que, muitas vezes, caminha de forma dissociada dos interesses e dos anseios da população brasileira.

Senador Adelmir, meu querido amigo, concedo a V. Ex^a um aparte, com muito prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Geraldo Mesquita, ouvia atentamente o discurso de V. Ex^a, e uma das passagens que me chamaram a atenção foi sua preocupação com relação aos jovens, notadamente na formação profissional. V. Ex^a sabe das carências que este País tem na área da formação profissional. Eu diria que há uma dívida social imensa na área da educação como um todo, mas há essa carência na área da formação profissional. Cada vez que o País dá algum passo de crescimento, a gente se ressente da falta de mão de obra qualificada para a ocupação dos empregos. Há até quem diga que, muitas vezes, sobram vagas, porque as pessoas não passam pelo crivo do processo seletivo para a ocupação dessas vagas. Então, eu me associo a V. Ex^a nessa preocupação. V. Ex^a sabe que, aqui, sou um dos defensores das escolas técnicas, a serem implantadas no País. Na verdade, durante um século, havia pouco menos de cem escolas técnicas no Brasil, e, hoje, propagase que, até o ano 2011, haverá quatrocentas escolas técnicas, o que, convenhamos, ainda é muito pouco para a dimensão territorial do nosso País e para as

próprias necessidades. Eu, como dirigente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), como partícipe do sistema Sesc/Senac/Sebrae, tenho plena convicção de que, para alcançarmos os índices de desenvolvimento que desejamos e de que precisamos para a ocupação desses jovens que, a cada ano, se incorporam ao mercado de trabalho, necessitamos do ensino técnico. Apesar da qualificação obtida pelo Sistema S, isso ainda é muito pouco, porque, na verdade, não dispomos de recursos do Estado suficientes. O que é feito tem origem em recursos do setor privado. O Estado tem de entrar fortemente na questão do ensino técnico, na formação profissional ampla, porque, somente assim, vamos dar condições a esses jovens de se qualificarem para a ocupação dessas vagas, que tendem naturalmente a crescer na medida em que o País apresenta índices de crescimento sustentável e, certamente, continuado nesses próximos anos. Parabenizo V. Ex^a por levantar essa temática no conteúdo do seu discurso. Fico muito feliz quando cabeças como a sua se preocupam com o ensino profissionalizante no Brasil. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir. De fato, este é um caminho consistente: o caminho da incorporação do conhecimento, de novas técnicas. A produção, no nosso País, ano a ano, incorpora novas técnicas, e há regiões no nosso País que passam batidas, Senador Adelmir, exatamente porque esse conhecimento não é levado àqueles que dele mais necessitam: os produtores; seus filhos; uma determinada região, que se vale de técnicas e de tecnologias superadas, anacrônicas, porque não tem acesso a esse conhecimento. Esse conhecimento poderia chegar por meio do jovem que mora na zona rural, o qual, segundo meu projeto, minha proposta de emenda, poderia ser treinado e capacitado com novas técnicas, com novas tecnologias de produção, e poderia atuar, supletivamente, junto à assistência técnica e extensão rural do nosso País.

Senador Cristovam, parece-me que V. Ex^a deseja um aparte. Com muito prazer, eu o concedo a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Desejo o aparte, primeiro, para parabenizá-lo e para assinar embaixo de tudo o que o senhor falou sobre o ensino profissionalizante, o ensino técnico. Mas também quero dizer, Senador Aldemir, que o ensino técnico, se não vier acompanhado de um ensino fundamental de qualidade, vai fracassar. Houve um tempo em que bastava um operário ter mãos hábeis para ser treinado e, em poucos meses, virar um operário qualificado. Hoje, se ele não tiver um mínimo de formação em Aritmética ou em Geometria ou mesmo noções de Computação – ele não pode ter medo de computador

–, ele vai ter dificuldade de ser um bom técnico. Vi nos jornais, nesses últimos dias, que faltarão centenas de pilotos no Brasil. Antigamente, para ser piloto, basta-va ter um bom olho e certa habilidade. Hoje, é preciso ter uma formação grande para entender toda aquela sofisticada parafernália de equipamentos que eles têm em frente. Isso exige uma formação na área de Matemática e das Ciências da Computação que vem do ensino médio. Hoje, aqui, houve uma homenagem aos corretores. Sou do tempo em que qualquer pessoa poderia ser corretor; bastava saber ler e – e olhe lá! – já seria um bom corretor. Hoje, existe universidade para corretor. O conselho dos corretores tem uma universidade para formar corretores. Por quê? Porque é preciso ter noções de finanças, noções de Direito; é preciso dialogar com arquitetos, com engenheiros. Então, acabou-se o tempo em que só a escola técnica e o ensino profissionalizante seriam suficientes. Este é fundamental, até para aproveitar uma quantidade enorme de jovens que terminaram o ensino médio e que não são capazes de encontrar emprego por falta de formação profissional. Daí o fato de eu defender, há muito tempo, que o ensino médio deveria ser de quatro anos, e todo mundo deveria sair dele com um ofício. Todo mundo sairia do ensino médio podendo situar-se no mercado de trabalho. Então, seu discurso é muito oportuno. Fico satisfeito. Apenas faço essa complementação, chamando a atenção para o fato de que, sem um ensino fundamental de qualidade, fracassaríamos, mesmo com muitas escolas de ensino profissionalizante.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Buarque. E olhe que V. Ex^a se referiu apenas às demandas que surgem, digamos, no mundo urbano: piloto, corretor etc.. Estou falando é da atividade produtiva no campo. Se já na cidade essa atividade não existe, imagine, Senador Cristovam, o que ocorre no campo brasileiro! Aqueles que lá moram – como V. Ex^a disse, acabaram com o ensino médio – não têm outra perspectiva de vida, vão para a cidade para serem pedreiros ou ajudantes de obras; às vezes, entram para o crime, porque não encontram nem isso para fazer.

Todos os senhores que estão aqui assinaram comigo essa proposta de emenda à Constituição e, portanto, são corresponsáveis. Precisamos ter essa noção na nossa Casa. Às vezes, a gente assina uma proposta de emenda constitucional, para que o companheiro possa protocolá-la, mas acho que a gente deve assumir essa responsabilidade. Não vou estar aqui mais. Penso que isso caberia aos senhores, ao Senador Cristovam, que é homem da educação; ao Senador Alvaro Dias, que também a assinou; ao Se-

nador Mozarildo; ao Senador Adelmir. Estão aqui as assinaturas dos senhores. Essa é uma PEC interessante, não por ser minha. A ideia, depois que a gente a protocola, passa a ser do Senado da República.

Seria uma providência boa, muito interessante, se colocássemos o pé, quando nada, para discutir essa matéria. Essa matéria dá ensejo a uma grande discussão na nossa Casa.

Senador, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Eu queria só, mais uma vez, Senador Mesquita, dizer o seguinte: quando me referi ao ensino técnico, eu o fiz sem me esquecer, naturalmente, dos conteúdos programáticos da escola como um todo. Eu me refiro ao ensino técnico como algo complementar da escola integral.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É claro!

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – E V. Ex^a, na PEC que apresenta, preocupa-se com a questão rural. Hoje, há o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), ligado à iniciativa privada, mas isso é insuficiente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Completamente.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Volto a repetir: é necessária a presença do Estado brasileiro. É necessário que ele esteja presente, sem esquecer, naturalmente, como bem colocou o Senador Cristovam, os conteúdos programáticos do ensino completo, do ensino fundamental, do ensino de nível médio. Não fiz aqui referências ao ensino técnico como apenas aprendizagem de um ofício, mas, naturalmente, concomitantemente com o conteúdo programático da escola fundamental e da escola de Segundo Grau.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É claro! Compreendemos isso, até porque esse conhecimento é complementar: ou ele é adquirido antes ou depois ou concomitantemente.

Portanto, está aqui uma proposta da qual V. Ex^as são coautores. Clamo, chamo a atenção, para que V. Ex^as se voltem para o debate dessa proposta, porque penso que ela é importante para o Brasil, para o sistema produtivo de alimentos no nosso País e, sobretudo, para os jovens que estão no campo brasileiro, sendo que, sem sombra de dúvida, grande maioria deles está abandonada, sem perspectiva de trabalho, de ocupação e de renda.

Senador Mozarildo, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após a palavra do Senador Adelmir, V. Ex^a terá a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes, se possível, só para encaminhar um requerimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, então, V. Ex^a pede a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa requerimento que pede a inserção em Ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido no último sábado, em Curitiba, do empresário paranaense Edmundo Lemanski, Presidente da Rede Paranaense de Comunicação. Aos 83 anos, vítima de um câncer que vinha enfrentando há dois anos.

Mais do que o reconhecimento do Poder Públíco – o Estado está oficialmente de luto por três dias –, estão de luto todos os paranaenses que acompanham com interesse o desenvolvimento dos meios de comunicação do nosso Estado.

Edmundo Lemanski foi, ao lado do seu saudoso sócio e grande amigo Francisco Cunha Pereira Filho, que nos deixou no ano passado, um dos artífices e comandantes do maior grupo de comunicação do Estado do Paraná e um dos maiores do País, que é a Rede Paranaense de Comunicação (RPC).

Estou encaminhando-o, portanto, à Mesa, Sr. Presidente.

Edmundo Lemanski deixa viúva, quatro filhos e uma neta; mas deixa, acima de tudo, exemplo de determinação, empreendedorismo e amor ao Paraná. E um sentimento de perda para todos os paranaenses que aprenderam a admirar e respeitar os veículos de comunicação da RPC.

Por tudo isso, entendo que Edmundo Lemanski se faz merecedor desta homenagem, que tenho a honra de propor ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 774, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação

de condolências à família pelo falecimento ocorrido no último sábado, dia 21, em Curitiba, do empresário paranaense Edmundo Lemanski, presidente da Rede Paranaense de Comunicação.

Justificação

Curitiba e todo o Paraná estão oficialmente de luto por três dias, desde sábado, por decretos do município e do governo estadual, pela morte do empresário Edmundo Lemanski. O presidente da RPC se foi aos 83 anos de idade, vítima de um câncer que vinha enfrentando há dois anos.

Mais do que o reconhecimento do poder público, no entanto, estão de luto todos aqueles paranaenses que acompanham com interesse o desenvolvimento dos meios de comunicação do nosso estado. Isto porque Edmundo Lemanski foi, ao lado de seu saudoso sócio e grande amigo Francisco Cunha Pereira Filho, que nos deixou no ano passado, um dos artífices e comandantes do maior grupo de comunicação do nosso estado e um dos maiores do País, que é a RPC – Rede Paranaense de Comunicação.

Gaúcho de Porto Alegre, nascido em 1926, aos 20 anos de idade, em 1946, Edmundo Lemanski deixou os pagos gaúchos para estudar Direito na Universidade Federal do Paraná, onde conheceu e tornou-se amigo para sempre, de Cunha Pereira.

Em 1963, os dois amigos, já empresários, associaram-se e compraram o tradicional jornal Gazeta do Povo, que passava por uma séria crise financeira. Juntos, eles não só reequilibraram as finanças da empresa como, com espírito empreendedor e incansável, foram incorporando ou criando outros veículos de comunicação.

A RPC, hoje, engloba nada menos que dois jornais diários, oito emissoras de televisão, afiliados à Rede Globo; duas rádios; um portal na internet e o Instituto RPC. Mais do que um império empresarial, do qual participam cerca de 1.800 colaboradores, no entanto, Lemanski e Cunha Pereira implantaram e fizeram crescer, nos veículos de comunicação da RPC, uma cultura de princípios éticos e acendrado amor ao Paraná. Tanto que hoje, no Paraná, quando se pensa em jornalismo isento, norteado por princípios éticos e voltado sempre para os interesses maiores do nosso estado, a imagem que vem à mente de qualquer cidadão meridianamente informado, é a dos veículos da RPC, principalmente a histórica Gazeta do Povo.

Edmundo Lemanski deixa viúva, quatro filhos e uma neta. Mas deixa acima de tudo, um exemplo de determinação, empreendedorismo e amor ao Paraná. E um sentimento de perda, para todos os paranaen-

ses que aprenderam admirar e respeitar os veículos de comunicação da RPC.

Por tudo isso, entendo que Edmundo Lemanski se faz merecedor desta homenagem que tenho a honra de propor, por parte do Senado Federal. – Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana, do Distrito Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos vivendo hoje, e já há alguns meses, um processo, eu diria, de seleção da classe política brasileira. Na verdade, me refiro, Sr. Presidente, à campanha eleitoral. Dois terços do Senado passarão por esse crivo do eleitor, assim como toda a Câmara Federal, as Câmaras Distritais ou as Assembleias Legislativas, os Governos Estaduais e a Presidência da República.

Na caminhada que fazemos em busca desse processo, temos sentido, no dia a dia, uma certa apatia pela política e, em especial, pelos políticos. Notadamente nós, aqui do Distrito Federal, enfrentamos isso com muita nitidez, mas é preciso que todos nós compreendamos que o Brasil fez uma opção pelo sistema político representativo. É muito importante que o eleitor compreenda isto: que é chegada a hora de ele participar ativamente do processo eleitoral, porque depende dele a escolha dos futuros dirigentes, dos futuros Parlamentares, futuros Deputados Estaduais, Distritais, Federais, Senadores da República. A omissão do eleitor, certamente, é o pior caminho a ser seguido num processo como esse.

Eu costumo sempre, Sr. Presidente, Senador Mesquita Júnior, fazer uma relação entre o processo seletivo que se dá hoje, para os futuros dirigentes da Nação brasileira, com os processos seletivos que fazemos ou que faríamos nas nossas empresas, nas nossas residências, nas nossas associações de classe. Por mais simples que eles sejam, simplificados, alguns mais apurados, quase sempre se observa o conteúdo de conhecimento do candidato, o conteúdo da sua trajetória, o que fez, o que faz, o que poderá fazer.

Muitas vezes, no processo eleitoral, nós, os eleitores, não levamos isso em conta. Fazemos as nossas escolhas de última hora, sem muita análise, e olhe que

esse processo seletivo dos homens que haverão de ser os futuros legisladores, tanto aqui como na Câmara dos Deputados, dos futuros dirigentes, Governadores e do Presidente da República, passa pelo maior volume de pessoas possível, que farão essa seleção. Veja, Sr. Presidente: na empresa, na residência, às vezes é uma única pessoa, são os recursos humanos, é a dona da casa, é o dono da casa, do escritório. Ainda assim, vai-se profundamente na análise desses candidatos. Como é que vamos entregar uma procuração em branco para homens que vão legislar, homens que vão dirigir o País, sem fazer uma análise?

Eu concito todos os eleitores: não se afastem desse processo, atentem para o momento que estamos vivendo, de grande importância política, porque a política, na verdade, é a igreja da Nação. Os homens que dirigem o País serão escolhidos pelos eleitores, e os eleitores têm de ir profundamente no processo de análise para que tenhamos uma melhor representação, para que tenhamos pessoas mais representativas, com compromissos com a população, com compromissos com a sua cidade, com compromissos com o seu País, com compromissos com o seu Estado.

É importante, portanto, que nós todos, todos nós, eleitores, façamos uma análise apurada dos candidatos que são apresentados, porque só teremos condições de corrigir os nossos erros daqui a quatro anos ou, no caso do Senado, daqui a oito anos. A democracia é boa, porque permite esse processo de revisão, permite que ratifiquemos os nossos acertos, ou corrijamos os nossos defeitos, ou os nossos desacertos nas escolhas, mas somente após quatro anos.

Nós estamos numa empreitada eleitoral, em contato permanente com a população e com o eleitor, e sentimos uma verdadeira apatia e dificuldades em entender o processo político, processo político esse que precisa, urgentemente, ser reformulado. Não é possível que ainda venhamos a ter eleições, daqui a quatro anos, dentro do processo que enfrentamos hoje. Parece-me que se exauriram a questão do voto proporcional, a questão das coligações que, muitas vezes, ocorrem antes do processo eleitoral, antes mesmo da eleição.

Quando criamos, na Constituição de 1988, a figura da reeleição, a figura dos dois turnos da eleição, na minha visão, era necessário que para cargos executivos tivéssemos candidatos de todos os partidos, porque, aí, veríamos qual é a aceitabilidade, qual é a aceitação desse partido. No segundo turno, no instituto do segundo turno, aí, sim, seria o voto da escolha e da razão. O voto no primeiro turno seria o voto da paixão, o voto do amor partidário.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo, tenho sentido, nas caminhadas, que as pessoas estão apáticas, mas não desatentas, e que, certamente, haverão de dar respostas, na eleição de 03 de outubro, àqueles que não honraram os compromissos, àqueles que não souberam representá-los condignamente, àqueles que receberam a procuração para representá-los e, muitas vezes, representaram grupos ou interesses que não são compatíveis com o interesse da sociedade.

Estou convencido de que se todos nós, sociedade como um todo, associações de classe, partidos políticos, sindicatos, tivéssemos o compromisso de começar, desde agora, a mostrar a importância do voto, ainda assim levaríamos muito tempo para melhorar sobremaneira o nível da representação política do País.

O volume de candidatos, o volume de partidos existentes confunde o eleitor. As coligações, das mais diversas, também confundem o eleitor. O eleitor está atônito com determinados tipos de coligação e, muitas vezes, escolhe um candidato. Quase sempre, esse voto não significa a eleição da sua escolha, mas a eleição de um outro candidato que nada tem a ver com a sua preferência, em razão de um sistema que, como eu disse, me parece exaurido, que é o sistema proporcional.

Nas andanças que faço aqui, pelo Distrito Federal, vejo que, e todos nós sabemos, temos Deputados Distritais. Poderíamos ter aproveitado para fazer um teste do voto distrital e ter dividido o Distrito Federal em 24 distritos, para verificar quem, de fato, representa esses distritos, mas o que vemos aqui é uma eleição majoritária para todos os candidatos. Mais de 800 candidatos a Deputado Distrital disputam a eleição em todos os rincões, e muitas vezes, após a eleição, não sabem, efetivamente, qual foi o seu eleitor.

É preciso que nós todos – eu, praticamente, estou-me despedindo do Senado nos próximos meses, porque sou candidato a Deputado Federal – tenhamos preocupação com uma reforma profunda, uma reforma política, uma reforma eleitoral, para que, de fato, aqueles que sejam eleitos representem a vontade do eleitor e não apenas a vontade que foi decidida nos processos de coligações e de escolhas partidárias.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, concito, meu caro eleitor de Brasília, 1.840.000 selecionadores, que vão fazer o processo seletivo de 8 Deputados Federais, 24 Deputados Distritais, 2 Senadores e o Governador do Distrito Federal: examine, com atenção, com cuidado. Faça as suas escolhas antecipadamente. Não deixe para fazer as escolhas na véspera da eleição, pois quase sempre são feitas por impulso e pela força da propaganda de boca de urna que se dá no dia da eleição.

Tenho o temor de que as escolhas possam se dar em cima daqueles que detêm o poder econômico, em cima daqueles que têm maior força para se mostrar à população, porque é impossível que qualquer cidadão, qualquer um de nós tenha a oportunidade de ter contato com 1.840.000 eleitores no decorrer da campanha.

Muitas vezes sou questionado: como os políticos só aparecem durante a campanha? E eu tenho a resposta: aqueles que aparecem antes e que são detentores de mandato certamente o fazem porque não estão cumprindo com o seu dever, porque o dever é de representá-los, é de participar dos debates, é de participar das comissões, é de participar do plenário, discutindo as questões que afligem a nossa sociedade.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço esse desabafo; um desabafo que é, ao mesmo tempo, um convite ao eleitor para analisar os nomes dos candidatos, para fazer uma análise aprofundada e dar o seu voto consciente, um voto estudado, porque você, eleitor, é o selecionador da classe política futura que dirigirá o País. Volto a dizer: são dois terços do Senado. Votaremos em dois Senadores, em cada unidade da Federação, e aqui em Brasília serão 8 Deputados Federais, 24 Deputados Distritais e o Governador do Distrito Federal.

Fiquem atentos, participem, ouçam, verifiquem e acompanhem a campanha eleitoral para que as escolhas sejam as melhores e para que tenhamos, efetivamente, uma representação que seja o anseio, o desejo da população; que sejam eleitos os melhores para dirigir a nossa Nação, o nosso Distrito Federal e o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Cristovam Buarque, representante do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as revistas desta semana, Senador Mozarildo, trazem muitas notícias que merecem comentários. Eu vou comentar não a notícia, mas sim um anúncio. Refiro-me ao anúncio

promovido por um grupo de empresários, professores, intelectuais, que se chamam entre eles de Todos Pela Educação, liderados por pessoas como a Srª Milú Vilalba, como Gerdau e outros empresários.

Esse grupo vem, já há alguns anos, lutando para que a educação entre na pauta das principais razões do exercício da política e, paralelamente, tentando animar aqueles que fazem a educação com sugestões, com apoios, para que, antes mesmo que a política resolva o assunto, cada professor, cada funcionário da educação consiga melhorar.

Esta semana eles colocaram um anúncio cujo título grande é: "Eu voto na educação". E no final, bem claro, é preciso dizer que o Todos Pela Educação não apoia candidato ou partido, não é um movimento partidário, não é um movimento com candidato. É um movimento cujo candidato, se existir, é a educação. Fizeram um anúncio de página inteira, em revistas de circulação nacional, escrito "eu voto na educação".

E o que quero ler é uma frase ou duas do muito conhecido jornalista Heródoto Barbeiro – que todos no Brasil hoje conhecem –, com a foto dele, em que ele diz:

Hoje, no Brasil, infelizmente, ainda não garantimos o direito de todas as crianças e jovens à aprendizagem. Como vamos mudar isso? Prestando atenção de verdade nas propostas dos candidatos para melhorar a qualidade da educação. Propostas concretas e sem enrolação.

Venho aqui trazer, primeiro, o meu apoio ao movimento Todos Pela Educação, movimento esse que mostra que nossos empresários não estão distraídos diante do risco que a Nação brasileira corre por conta da má educação das nossas crianças, que, em breve, serão adolescentes; imediatamente, jovens; e, depois, serão as forças vivas do nosso País. Forças vivas, Senador Mozarildo, que estarão absolutamente despreparadas para a realidade do século XXI.

Aqui, quero dar o meu apoio a esse movimento, do qual faço parte, como tantos outros, por solidariedade e simpatia, e comentar um pouco a frase do Heródoto Barbeiro. Quando ele diz "Hoje, no Brasil, infelizmente, ainda não garantimos o direito de todas as crianças e de todos os jovens à aprendizagem", isso é importante. O Heródoto percebeu algo que muitos não percebem. Hoje, no Brasil, há uma euforia e uma comemoração pelo fato de que temos mais de 95% das crianças matriculadas. Mas ele traz a dimensão correta: a dimensão correta não é a matrícula, é a aprendizagem. A aprendizagem exige a matrícula, mas exige a frequência; exige a constância de, um

dia depois do outro, ir à escola; exige a permanência de ficar o dia inteiro na escola; exige a permanência de ficar até o fim do ensino médio; e exige chegar ao fim, tendo aprendido o que é necessário para ser um eficiente cidadão. E faço questão de enfatizar o termo "eficiente", porque o ensino apenas da cidadania política não basta para fazer um país desenvolvido e rico. Não basta. É preciso a cidadania da consciência, mas é preciso a cidadania de um ofício, do conhecimento, sem o que um país não avança.

É isso, Senador Mozarildo, que eu queria trazer aqui hoje: pura e simplesmente, registrar meu otimismo, quando vejo que há um grupo de pessoas, entre essas pessoas grandes empresários do País, que se anima a criar um movimento chamado Todos Pela Educação. E colocam recursos em revistas, um mês e meio antes das eleições, para chamar a atenção, alertar o eleitor, primeiro, para a importância da educação, mas, segundo, para esta frase final de Heródoto, que diz: "Propostas concretas e sem enrolação."

Há muita gente por aí fazendo proposta de enrolação. Simplesmente dizer que se vai aumentar as verbas para a educação é uma enrolação. Tem de saber para onde vai esse dinheiro. Hoje, se chover dinheiro no quintal de uma escola, na primeira chuva, vira lama: as cédulas misturadas com areia. É preciso saber como transformar esse dinheiro em resultados, senão, é enrolação. Outros dizem que vão aumentar as matrículas das escolas técnicas. Dizer puramente isso é enrolação, porque é preciso dizer quantas serão; quanto custarão e, sobretudo, dizer de onde virão os alunos, porque senão eles não farão o curso. Dizer que se vai aumentar o número de universidades estatais é enrolação, porque é preciso dizer, em primeiro lugar, de onde virão os recursos e que alunos vão fazer essas universidades – já que hoje já sobram alunos nas universidades –, além do potencial de aprendizagem que eles têm. É preciso olhar, como diz essa matéria, como diz essa publicidade, com seriedade as propostas.

Eu fico muito feliz em ver que há um grupo de pessoas alertando os candidatos, para que se preocupem com esse tema, e os eleitores, para que escolham os candidatos que falam desse tema, que o propõem e que não enrolam, que dizem como fazer.

Sr. Presidente, eu queria usar desta tribuna para isso, que eu considerei como uma comunicação inadiável, porque as eleições estão perto, estão próximas. Sem alertar para isto, nós podemos perder mais uma chance no Brasil.

Parabéns àqueles que fazem o Todos Pela Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra neste momento ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Cristovam Buarque, há pouco o Senador Adelmir Santana e também o Senador Cristovam fizeram abordagens lúcidas sobre o processo eleitoral.

Eu tive oportunidade, no último sábado, de assistir pela TV aos programas eleitorais dos principais candidatos à Presidência da República. Embora não tenha sido surpresa, sempre causa espanto verificar que a candidatura oficial lança mão de números distorcidos, com a manipulação de informações, o que sem dúvida se constitui em afronta à inteligência das pessoas. Mas, como o desmentido não ocorre na mesma dimensão para as mesmas pessoas, aquilo que é mentira acaba se tornando verdade e, obviamente, produz um enorme impacto, porque iludem-se aqueles que imaginam não possuir o horário eleitoral, na TV e no rádio, audiência significativa. A audiência é grande e os programas causam também enorme impacto. Portanto, não há como aceitar sem desmentir informações que distorcem a realidade.

Hoje, ainda há pouco, em São Paulo, no interior de um hotel da capital paulista, o Presidente Lula minimizou críticas ao seu Governo relativamente à qualidade das nossas rodovias. Perante uma platéia de empresários, em um hotel de São Paulo, o Presidente Lula comparou as críticas ao mau estado das estradas a uma hipotética unha encravada no Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Base.

Os humoristas se reuniram no Rio de Janeiro, no final de semana, concentraram-se, saíram às ruas em passeata, protestando porque estão impedidos de fazer piada com o processo eleitoral. Eles próprios disseram que o Presidente Lula é um humorista de qualidade e que sempre procura fazer piada com coisas sérias. Não entendem como eles, que são profissionais da piada, profissionais do humor, do humorismo, possam estar impedidos de exercer a sua atividade na plenitude, fazendo a tradicional gozação com o processo eleitoral em curso.

Mas, o Presidente, na ausência dos humoristas, dá uma grande contribuição. Ele disse o seguinte: “Alguém falou de uma estrada que está ruim. [Uma estrada está ruim?] Agora, se olhar muito para o Godoy [que é o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Base], vai encontrar algum problema, uma unha encravada, talvez. Nada que comprometa o potencial”, afirmou o Presidente.

A verdade é que, gozação à parte, piada à parte, humor à parte, o péssimo estado das rodovias compromete seriamente a competitividade dos nossos produtos. O que não compromete a competitividade do lucro para os bancos é a política oficial do Governo Lula. Vejam que dados da consultoria Económica, levantados a pedido do jornal *O Globo*, revelam que o lucro líquido dos três maiores bancos do País – Banco do Brasil, Itaú/Unibanco e Bradesco –, que respondem hoje por quase 80% do mercado, aumentou em quase 420% ao longo da gestão Lula.

Os ganhos dessas instituições somaram R\$167,471 bilhões desde 2003, contra R\$32,262 bilhões no governo anterior. Os valores estão corrigidos pelo IPCA. Portanto, é um Governo generoso com os banqueiros do País. Não há como não fazer esta afirmação. Os banqueiros devem estar muito felizes com o atual Governo.

Mas o nosso objetivo hoje é exatamente repercutir a unha encravada da situação da infraestrutura brasileira. Um apagão logístico já acontece em portos e aeroportos do País. Responsáveis por 95% do comércio exterior brasileiro, os portos viraram um grande entrave ao crescimento do País.

Todo ano a história se repete: basta começar a safra de grãos para os problemas virem à tona, como as gigantescas filas de caminhões nas rodovias e de navios no mar. A situação é decorrente dos longos anos sem investimentos, que condenaram alguns terminais à estagnação e à decadência.

Na última semana, referi-me à escassez de investimento em obras de infraestrutura no País e afirmei que, se não recuperarmos o tempo, em cinco anos teremos um apagão logístico inevitável. Esse apagão logístico já está ocorrendo, como disse, no setor de portos e aeroportos.

Vamos falar sobre isso, então. No início de agosto, a fila de navios à espera de autorização para atracar no porto de Santos, o maior da América Latina, bateu novo recorde: o congestionamento chegou a 119 navios parados. Imaginem os senhores o prejuízo que isso causa. A cada dia de um navio parado soma-se um valor de prejuízo, ou seja, aumentando o custo da produção, reduzindo o lucro do produtor.

Os portos de Santos e Paranaguá, os maiores do País, vivem em constante colapso. Os acessos terrestres são o maior obstáculo. Mas há também carência na infraestrutura de alguns terminais, que não conseguem operar em períodos de chuva.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a dá muita sorte, toda vez que está falando, tenho que fazer um registro importante. Quero registrar a presença dos alunos do nono ano do ensino fundamental do Colégio Peretz, de São Paulo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado pela presença dos jovens. V. Ex^a lembra bem: eu fico feliz porque em toda oportunidade que me encontro na tribuna chegam os jovens a preencher as galerias, já que o vazio do plenário causa desconforto para quem usa a tribuna. É sempre bom presenciar os jovens nas galerias do Senado Federal, trazendo muita energia, à espera de que, após essas eleições, o Senado possa se tornar uma Casa efervescente para o debate e para deliberações importantes, já que o País aguarda exatamente mudanças efetivas que possam significar a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, especialmente de todos os jovens brasileiros.

Muito obrigado pela presença dos jovens paulistas na galeria do Senado Federal.

Eu dizia que os portos de Santos e de Paranaguá... Eu que sou do Paraná acompanho sempre as longas filas, enormes filas de caminhões de Paranaguá, chegando até próximo a Curitiba, nos momentos em que a produção agrícola do Estado está sendo transportada até os navios que chegam ao porto de Paranaguá. Esse é um problema seriíssimo. Vamos abordar não apenas as deficiências do próprio porto, mas também do transporte. Temos uma ferrovia centenária que liga Curitiba à Paranaguá sem capacidade para suportar o peso da carga que vem desde o oeste do Estado, de Mato Grosso do Sul, comprometendo, portanto, o transporte dos produtos agrícolas, enquanto ouvimos as promessas mirabolantes do PAC falarem da ferrovia de Paranaguá a Antofagasta, no Chile, ou do trem-bala de Curitiba a Belo Horizonte. Presenciamos a ausência de compromisso em relação à modernização de uma ferrovia tão importante como essa que liga Curitiba ao porto de Paranaguá.

No transporte aéreo, o mesmo caos. O Aeroporto de Guarulhos, o maior do Brasil, teve de fazer mutirão para liberar cargas que estavam ao relento por falta de áreas para armazenagem.

Cenas como essas mostram que o alerta de apagão logístico, visto pelo Governo como catastrofista, não era mero achismo.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, sempre abordamos essa questão no Senado Federal, sempre falamos em apagão logístico a médio prazo ou a longo prazo, e o Governo sempre entendendo ser uma visão catastrofista. Mas o caos já está acontecendo. Não se trata de visão de futuro. Trata-se de constatação de uma

realidade presente. O caos nos aeroportos, o caos nos portos brasileiros é uma realidade.

Com o aumento no volume de importações, os terminais entraram em colapso. Os problemas são iguais aos dos portos: faltam áreas de armazenagem, instalações (câmaras refrigeradas) para produtos especiais e mão de obra suficiente para liberar as mercadorias dentro de padrões internacionais.

Sem áreas suficientes, as cargas são armazenadas ao relento, no pátio, ao lado dos aviões. Ao ficarem expostas ao sol ou à chuva, muitas mercadorias são danificadas.

Até o ano passado, 69% das estradas pavimentadas no Brasil eram classificadas como ruins, péssimas e regulares, segundo a Pesquisa Rodoviária 2009, da Confederação Nacional dos Transportes. Apenas 13,5% das estradas foram classificadas como ótimas e 17,5% boas.

Estudos comprovam que a má qualidade das estradas provoca aumento médio de 28% no custo do transporte rodoviário de carga. Só em relação ao consumo de combustível, o aumento do custo de transporte pode chegar a 5%, comparado aos veículos que trafegam em rodovias com excelente pavimentação, como as do Estado de São Paulo.

A falta de alternativas para escoar a safra brasileira de grãos, que neste ano deve atingir novo recorde, provocou a explosão dos custos logísticos do agronegócio. Entre 2003 e 2009, os gastos de transporte saltaram, em média, 147%, enquanto a inflação subiu 48%. Nos Estados Unidos e Argentina, principais concorrentes do País, o avanço foi de 16% e 35%, respectivamente, segundo dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

O aumento nos custos é decorrente de uma série de fatores, como estradas sem condições de tráfego e malhas insuficientes de ferrovias e hidrovias. Junta-se a isso o fato de o agronegócio avançar fortemente para áreas mais afastadas do litoral e com infraestrutura ainda mais precária que o resto do País. Hoje, a região Centro-Oeste é responsável por 35% da produção nacional de grãos. Mas a maioria da safra é exportada pelos portos do Sul e Sudeste, quando a lógica seria escoar pelos terminais da região Norte.

Portanto, este é um tema importante para debate na campanha eleitoral, diz respeito ao desenvolvimento econômico do País e, sobretudo, ao desenvolvimento sustentado regionalmente. Há que se discutir como exportar, como transportar a produção de forma mais eficiente e mais barata. Talvez este debate seja mais importante do que alguns candidatos estão considerando.

Um exemplo é o Mato Grosso, o maior produtor de soja do Brasil – hoje, é o maior produtor de soja, superando até o meu Estado, o Estado do Paraná – que exporta 80% da produção pelos portos de Vitória, Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. De Sorriso, principal polo produtor de soja do Estado, até Santos, no litoral paulista, são 2.100km de distância; até Paranaguá, 2.200km; e até Vitória, 2.500km.

Como a capacidade da ferrovia e hidrovia é limitada na região, cerca de 70% da safra é movimentada por caminhões a um custo de R\$230,00 a tonelada de soja. Os produtores do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que estão ao lado dos portos, têm os menores custos: entre R\$55,00 e R\$70,00. Na média do País, o produtor paga R\$135,6 por tonelada, segundo a Anec. Nos Estados Unidos, R\$31,18; e na Argentina, R\$34,64.

Portanto, é uma questão muito séria, repito, que eleva o custo da produção, reduz o ganho do produtor e, certamente, limita a capacidade de desenvolvimento do País na medida em que nos coloca em desvantagem na hora da comercialização, sobretudo com os nossos competidores internacionais. É uma desvantagem que pesa no resultado final da produção.

O Presidente Lula, como eu disse, minimizou essa questão no início da tarde de hoje, em São Paulo. E nós estamos já repercutindo a fala do Presidente aqui. Minimizou, mas não é assunto para ser minimizado. Eu creio que o Presidente da República tem poucos meses, mas sustenta uma candidatura à Presidência da República e deve encarar a realidade nacional.

Para concluir, Sr. Presidente, pedir, já que aqui se debateu a campanha eleitoral, mais respeito à sociedade por parte dos especialistas em *marketing* das campanhas eleitorais. É claro que os candidatos têm responsabilidade nisso, mas está havendo exagero em relação à utilização da mentira como arma de convencimento.

Não é possível se admitir mais que os programas eleitorais sejam utilizados para a exposição de um verdadeiro festival de mentiras. Quem assiste ao programa eleitoral que representa o Governo assiste também à exposição de uma coleção de mentiras diariamente. Os números são falseados, a realidade é escamoteada, e a impressão que se tem, ao assistir a programa eleitoral na tevê, é de que o Brasil é um paraíso: sem problemas, sem mazelas, sem crise, sem o drama social que afeta ainda a milhares de brasileiros.

Eu vou citar apenas um exemplo do último sábado, para concluir. Nenhuma referência à pífia execução relativa ao Programa Minha Casa Minha Vida. O anúncio foi bombástico; foi fantasioso; foi espetaculoso – um milhão de moradias especialmente para trabalhadores

de baixa renda, de até três salários mínimos de renda! No entanto, o que se vê e o que se noticiou, nesse final de semana, por meio do site *Contas Abertas*, é que apenas 5% do total anunciado foi executado no período. E, em vez de pedir desculpas e oferecer explicações, porque não cumpriram as promessas, não executaram o programa anunciado, anunciam um novo programa, de mais dois milhões de moradias.

São ótimos para anunciar, péssimos para executar. Faltam com o respeito e usam a mentira como arma poderosa de convencimento, lamentavelmente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, desde quando, pela primeira vez, tive a honra de ser do Congresso Nacional como Deputado Federal, em 1982; depois, quando, reeleito em 1986, tive a honra de ser Deputado Federal Constituinte; depois, quando fui eleito Senador em 1998 e reeleito em 2006, sempre tive a consciência de que o dever principal de um Senador, de um Parlamentar, seja Deputado Federal, seja Senador ou mesmo Vereador ou Deputado Estadual, é, sobretudo, fiscalizar o Poder Executivo na boa aplicação do dinheiro do povo, do dinheiro que o povo paga sob a forma de impostos.

Nesse sentido, o TSE tem sido muito claro nas suas propagandas esclarecedoras sobre qual é o papel de cada um dos que serão eleitos agora. Agora, vamos eleger Deputados Estaduais, Governadores, Deputados Federais, Senadores e o Presidente da República.

Na verdade, essa campanha deveria, no meu entender, ser o tempo todo, todo ano, porque é preciso realmente que a população entenda... E ouvimos, às vezes, o questionamento de que Deputado Federal e Senador são eleitos para virem para cá, para puxarem o saco do Presidente da República e dos Ministros e conseguirem, com isso, recursos para seus Estados.

Ora, conseguir recursos para seus Estados é, sim, um papel do Parlamentar, mas dentro da lei, dentro da normalidade. Ele não precisa submeter-se e votar aqui tudo que o Presidente manda, para poder conseguir que suas emendas sejam aprovadas.

E, nesse sentido, a cada dia, mais me convenço de que está faltando quem fiscalize, quem denuncie, quem tenha a coragem de discordar do Presidente da República, mesmo um Presidente da República como o Presidente Lula, que se julga um semideus, porque tem a aprovação de setenta e poucos por cento da população.

Sempre lembro que a sentença que condenou Jesus à crucificação foi apoiada pela unanimidade do povo que estava lá presente. A maioria, se não 100%, foi 99,9%, porque alguns que estavam ali no meio e que eram simpatizantes de Jesus não se manifestaram.

Então, essa história de maioria depende de saber que maioria e em que circunstância. Mesmo assim, supondo que essa maioria seja de fato consciente de que o Presidente Lula fez e está fazendo um bom governo, isso não autoriza o Presidente a pensar que é infalível, que é nem diria colega de Deus, mas quase professor de Deus. E, nesse sentido, criticar o Presidente da República aparece, às vezes, para o eleitorado como um pecado: "Com isso, você não vai conseguir trazer dinheiro para o Estado"; "Com isso você não vai conseguir...". Mas, com certeza, é preciso que o povo entenda que, se alguém tem compromisso com o erro, eu não tenho e sei que muita gente aqui, a maioria, não tem. Agora, se um grupo influente tem é outra história.

Vi e tenho visto, no meu Estado, que antes foi território federal, muitos absurdos, mas o que se está passando lá, hoje, é o suprassumo dos absurdos.

Primeiro, Senador Geraldo, chegou às minhas mãos um despacho de um Delegado da Polícia Federal, IPL nº 0163, de 2004 – portanto, dado há seis anos –, que tem o seguinte teor:

1. Juntem os memorandos 1018/09 e 1059/09.

2. Considerando o disposto no laudo complementar de engenharia civil nº 286/09, encaminhado pelo memo. 1059/09, as investigações passam a apontar para uma possível responsabilização criminal do atual Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, à época dos fatos [portanto, lá em 2003, 2004] responsável técnico pela construção do centro de lazer do município do Cantá/RR, cujo superfaturamento a perícia técnica estimou em R\$148.602,93, o que equivale a 22,5% do valor total da obra.

Veja bem, Senador Geraldo, 22,5% de superfaturamento de uma obra que é o quê? Um centro de lazer de um município. Ele era o responsável técnico pela empresa que fez a obra.

3. Neste diapasão, opina-se pela remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, seguindo orientação Pretoriana, de modo que o Ministro Relator competente e a Procuradoria Geral da República que oficia perante aquele Sodalício, possam tomar conhecimento deste caderno investigatório, em respeito ao princípio constitucional do Juiz e do Promotor Natural;

4. Tendo em vista o vencimento do prazo de permanência dos autos em esfera policial, remetam-se ao Ministério Pùblico Federal, a fim de que possa analisar o acima exposto. Caso o insigne representante do Parquet federal entenda pela continuidade das investigações na 1ª instância da Justiça Federal de Roraima, aproveita-se o ensejo para solicitar prazo adicional não inferior a 90 (noventa) dias para continuidade das investigações.

Então, Senador Geraldo Mesquita, esse Governador atual, que era Vice-Governador e que, diga-se de passagem, foi candidato a Vice-Governador até contra a vontade do Governador que faleceu, o Governador Ottomar de Sousa Pinto, já assumiu o Governo sob essa situação, quer dizer, de uma pessoa que, como engenheiro, participou do superfaturamento de uma obra de um município carente em 22,5% do valor da obra.

Pois bem, esse Governador assumiu, e existe um ditado popular que diz: "Quer conhecer o vilão, dê-lhe o poder na mão". E ele, realmente, que já tinha, portanto – e essa não é a única coisa que sabemos –, um passado não recomendável, tanto que o Governador não o queria como candidato a Vice, assumiu e, de lá para cá... Quando ele assumiu o Governo, o Estado – um Estado pequeno como Roraima – tinha R\$600 milhões em caixa; hoje, deve quase R\$1 bilhão. E o Estado está, digamos, numa situação de pré-falência.

Ele contraiu empréstimos e deixou de fazer o repasse para, por exemplo, os Poderes Legislativo e Judiciário funcionarem, bem como a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas. Eu denunciei ao Procurador-Geral da República e, nesse mês, ele passou o dinheiro no dia certo.

Disse que não tinha dinheiro. E sabe por quê? Porque vive de fazer festas, festas por qualquer motivo, levando cantores do Sul do País, inclusive transportando-os no jatinho do Governo. Aliás, o Governo já tinha um jatinho, mas ele comprou um mais moderno, porque não queria viajar em um avião já usado, com alguns quilômetros rodados, vamos dizer assim.

O absurdo chegou ao ponto de ele, morando a poucas quadras do palácio do Governo, em uma cidade

que não tem tráfego congestionado, ter ido de casa, por várias vezes, de helicóptero. Enfim, esbanjou de toda forma, e agora diz que não tem dinheiro.

Ele não paga os professores direito; não paga os profissionais da saúde. A Polícia Militar já entrou em greve, já se aquartelou em função justamente da falta de atendimento as suas reivindicações. Isso é coisa nunca vista em Roraima e, talvez, em poucos Estados da Federação tenha ocorrido de a Polícia Militar se sublevar.

Ele tem tido a conduta, digamos, de um esbanjador. O pior é que diz que tem pouco dinheiro, que o FPE vem caindo. No entanto, só durante este período em que ele está lá, e isso só até o mês de julho, só de recursos federais já foram transferidos para Roraima R\$ 4.918.846.788,65 bilhões, portanto, R\$5 bilhões, Senador Geraldo, R\$4.918 bilhões, R\$5 bilhões só de transferência do Governo Federal.

E, no entanto, ele continua esbanjando. É festa toda hora; é festa para o aniversário da esposa; dizem até que fez festa para o aniversário do próprio cachorrinho. E o Estado, nesse período eleitoral, tem sido invadido por gastos astronômicos. Ou seja, é visualmente perceptível, dada a ostentação da sua campanha política, a coação de pessoas mediante a oferta de vantagens, dinheiro e outras coisas mais, inchamento da folha de firmas terceirizadas; não paga as firmas terceirizadas há alguns meses; tudo isso num conjunto de absurdos que ele vem cometendo no dia-a-dia.

Fiz em julho aqui um anúncio, exatamente no dia 9 de julho, dizendo que o governo, além desses absurdos todinhos, estava fazendo uma manobra de lavagem de dinheiro, isto é, de corrupção mesmo, com medicamentos na Secretaria de Saúde. Depois, recebi a documentação, Senador Geraldo, e hoje eu protocolo, na Procuradoria-Geral da República, a denúncia, encaminhando.

E o que é mais interessante, a Polícia do Estado, a Polícia Civil, fez o inquérito, a investigação, só que, quando chegou a um determinado ponto, foi mandado parar a investigação. Mas, felizmente, essa investigação, inclusive com perícia, com fotografias, com filmagens, chegou às minhas mãos. Aí, como é meu dever, ao contrário do que pensam eles lá, eu não seria irresponsável ao ponto de não denunciar isso ao Procurador-Geral da República, assim como desta tribuna do Senado Federal, que é o lugar que tenho para defender os interesses do meu povo.

Encaminhei a documentação, que foi protocolada hoje, dando conta dessa roubalheira, que consiste, Senador Geraldo, entre outras coisas, em pegar medicamentos que estão para vencer daqui a seis meses, falsificar prontuários, jogar fora o que resta, dizendo

que o prazo está vencido, e, no outro dia praticamente, comprar os mesmos medicamentos, com dispensa de licitação, sob o argumento de que é um caso de emergência, sendo que esses medicamentos comprados também estão prestes a vencer, com prazo de validade curíssimo.

Então, eu, que já apresentei aqui um projeto para considerar que os crimes de corrupção praticados na educação e na saúde tenham uma pena maior do que o de outras áreas, como médico e como ex-Secretário de Saúde do meu Estado, não posso concordar ou ficar calado diante de uma situação dessas.

Lamento muito que isso esteja acontecendo com um Estado onde o sistema de saúde, que, aliás, não é diferente de todo o Brasil, porque, na pesquisa feita pelo Ibope e pela Rede Globo, a população brasileira apontou, como item número um das suas preocupações e das suas carências, a saúde. E aí se explica porquê. Isso aqui é uma amostra grátis, vamos dizer assim, para usar um linguajar médico. É uma amostra grátis do que se faz com a saúde do meu Estado, que deve repercutir pelo Brasil todo.

Enquanto isso, o meu Estado tem mais – está no jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou –: *Roraima tem mais oito casos suspeitos de dengue tipo 4*. Agora, imagine, Senador Geraldo! Aí, o Governo Federal manda para lá uma força-tarefa para tentar tapar a coisa depois que acontece. Ora, dengue se combate com prevenção; dengue se combate com ação permanente. O Governo Federal sabe que a fronteira com a Venezuela é um ponto de entrada da dengue tipo 4. Há muito tempo que sabe! Aliás, até os outros tipos de dengue. Mas nenhum, nenhum trabalho de prevenção é feito adequadamente. Nem se fala no Governo do Estado.

A Funasa, lá em Roraima, é um antro de corrupção. Um antro de corrupção. Agora, há pouco tempo anunciei daqui que até mesmo as aeronaves que prestam serviços à Funasa têm suas licitações com corrupção, para dirigirem para A, para B, para C. E aí fica aquela história: “Estamos mal: se correr o bicho pega; se ficar o bicho come”, porque a área da saúde, que é afeta ao Governo Federal é um antro de corrupção; o Governo Estadual transformando a Secretaria de Saúde em local para roubar dinheiro para aplicar em festas e em campanhas, e isto, Senador Geraldo, não pode ficar impune.

Realmente, é inaceitável que um Governador, que já tinha antecedentes criminais, possa estar cometendo com o meu Estado os absurdos que está cometendo e que isto fique em brancas nuvens. Não vai ficar!

Estou denunciando, vou continuar denunciando e, inclusive, – é interessante dizer aqui, Senador Ge-

raldo – eu tenho um programa de rádio desde quando assumi aqui o meu mandato, de prestação de contas semanal aos meus amigos, ao povo de Roraima, um programa aberto, um programa de rádio que ia ao ar em quatro emissoras – uma das quais do Governo – e que o Governador mandou tirar do ar, a que estava na emissora de propriedade do Governo, e também de uma outra rádio comunitária. Agora, sob a alegação de que está no período eleitoral, ele conseguiu convencer algumas emissoras a não levar o meu programa ao ar, e uma única que estava levando, ele vem entrando sistematicamente com ações contra a emissora – já são mais de 12 ações – porque não é permitido nesse período eleitoral. Ora, felizmente, houve agora uma decisão jurídica, do Judiciário de Roraima, dizendo que nada tem a ver uma coisa com outra e que criticar o Governador mesmo que ele seja candidato não há nenhum problema, desde que seja uma crítica à atuação dele, aos atos dele, que é o que eu estou criticando aqui. Não estou entrando no mérito da pessoa do Governador: se ele é bonito, se ele é feio, isso ou aquilo, se ele é prepotente, se ele é despreparado. Não estou entrando nisso; estou entrando no mérito da ação administrativa dele.

E mais: também disse a decisão jurídica que o Parlamentar no exercício do mandato tem, sim, o direito – eu diria até a obrigação – de prestar contas ao seu eleitor.

Qual é a forma que eu tenho de prestar contas?

É lógico que a TV Senado me ajuda muito, porque muita gente no meu Estado assiste à TV Senado. Não ouve a Rádio Senado, porque lá não tem o sinal da Rádio Senado ainda. Então, a forma que eu tenho é fazer inserções na televisão, com o resumo do que eu falo aqui, e passar na programação normal da televisão. E uso meu programa de rádio, que vai ao ar nas emissoras que, agora, não têm medo do Governador.

Pois bem, eu quero dizer que, se o Governador pensa... E ele deve pensar, porque ele não é daquelas pessoas que moram em Roraima e amam Roraima de fato; ele só está lá enquanto estiver se dando bem, fazendo superfaturamento de obras – obras em Municípios quando não era Governador; agora, como Governador, fazendo essas maracutaias na área da saúde, mas também em várias outras áreas, Senador Mesquita, várias outras áreas.

Vou mostrar aqui depois, com detalhes, pois já tenho dados de corrupção na área da educação, de corrupção na área das empresas terceirizadas, de corrupção na aplicação de recursos federais nas rodovias federais e nas vicinais. Inclusive, estou pedindo ao Tribunal de Contas da União que fiscalize a aplica-

ção dos empréstimos que ele tomou ao BNDES para construir estradas vicinais, porque é um dinheiro que o povo de Roraima vai ter de pagar; é empréstimo. E, mesmo que não fosse! Se fosse um dinheiro dado pelo Governo Federal – se é que o Governo Federal dá alguma coisa –, fosse a fundo perdido, como se diz, que não tivesse de pagar, teria de ser bem aplicado. Não está autorizado a roubar por causa disso.

Sei que V. Ex^a decidiu não se candidatar este ano por desestímulo e por desesperança de ver as coisas melhorarem na política e na administração deste País. E sei que V. Ex^a foi antecedido por vários homens públicos, inclusive Rui Barbosa, que, em 1914, já dizia isto, que de tanto ver prosperar o poder nas mãos dos maus, de tanto ver a desonra e a desonestade prosperarem, o homem honesto chega a desanimar de se honesto.

Mas espero que, não só não desanimemos, como o eleitor tenha a clareza nesta eleição de saber o seguinte... Aliás, isso está na campanha que o Congresso Nacional, o Senado, está fazendo, de que quem está aqui é fruto do seu voto. Quem virá para cá depois dessas eleições, quando vão ser renovados dois terços do Senado, a Câmara toda e as Assembleias Legislativas, os Governadores e o Presidente será fruto do seu voto.

Portanto, reclamar amanhã de que tem um desonesto na Assembleia Legislativa, um desonesto no Governo do Estado, um desonesto na Câmara Federal, um desonesto no Senado ou um Presidente desonesto, lembre: foi o seu voto. Foi o seu voto.

Então, eleitor, nada mais importante do que esta eleição, como disse, aliás, V. Ex^a no seu pronunciamento. O bom da democracia é que o eleitor tem, a cada período, a oportunidade de, se acertou, renovar o mandato daquelas pessoas que ele eleger; se ele se equivocou, corrigir o equívoco e não mandar mais pessoas que, notadamente, não servem para servir ao povo.

E eu acho claramente que esse Governador de Roraima não serviria nem para ter sido Vice-Governador, muito menos ser reeleito Governador, porque quem pratica esses atos não pode merecer o respeito da população e, muito menos, ficar impune.

Sr. Presidente, quero aproveitar e pedir a V. Ex^a que autorize a publicação de alguns documentos que aqui mencionei.

Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

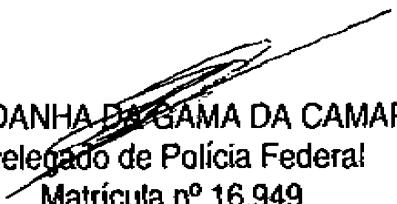
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO

IPL nº 0163/2004-4-SR/DPF/RR.

1. Juntem os memorandos 1018/09 e 1059/09;
2. Considerando o disposto no laudo complementar de engenharia civil nº. 286/09, encaminhado pelo memo. 1059/09, as investigações passam a apontar para uma possível responsabilização criminal do atual Governador do Estado de Roraima, **JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR**, à época dos fatos responsável técnico pela construção do centro de lazer no município do Cantá/RR, cujo superfaturamento a perícia técnica estimou em R\$ 148.602,93, o que equivale a 22,5% do valor total da obra;
3. Neste diapasão, opina-se pela remessa dos autos ao Egrégio **Superior Tribunal de Justiça**, seguindo orientação Pretoriana, de modo que o Ministro Relator competente e a Procuradoria Geral da República que oficia perante aquele Sodalício, possam tomar conhecimento deste caderno investigatório, em respeito ao princípio constitucional do Juiz e do Promotor Natural;
4. Tendo em vista o vencimento do prazo de permanência dos autos em esfera policial, remetam-se ao Ministério Público Federal, a fim de que possa analisar o acima exposto. Caso o insigne representante do Parquet federal entenda pela continuidade das investigações na 1ª instância da Justiça Federal de Roraima, aproveita-se o ensejo para solicitar prazo adicional não inferior a 90 (noventa) dias, para continuidade das investigações.

Boa Vista/RR, 29 de janeiro de 2010.


RODOLFO SALDANHA DA GAMA DA CAMARA E SOUZA
Delegado de Polícia Federal
Matrícula nº 16.949

Resumo das Receitas do Estado de Roraima 2007-2010* (em R\$)

Item de Receita	2007	2008	2009	2010*
Transferências Constitucionais da União	993.450.861,15	1.185.751.736,40	1.143.926.152,32	667.324.710,37
Transferências Voluntárias da União	18.145.000,00	25.401.000,00	9.232.000,00	17.065.000,00
Arrecadação Estadual	278.856.000,00	ND	340.851.637,31	343.060.630,75
Operações de Crédito	ND	ND	165.621.005,16	9.017.055,19
Total por Exercício	1.011.595.861,15	1.211.152.736,40	1.659.630.794,79	1.036.467.396,31
Total Geral (2007-2010)	4.918.846.788,65			

*Transferências voluntárias totalizadas até maio/2010, as demais receitas de 2010 estão atualizadas até o mês de julho/2010.

ND = Não disponibilizadas.

Fontes: STN e Portal do Governo de Roraima.

Brasília, 23 de agosto de 2010

Ofício nº 223/2010/GSMCAV

A Sua Excelência o Senhor
Procurador ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Ministério Público Federal (Procuradoria-Geral da República)
SAFS, Qd 04, Conj. C, Bl. A, SI C14
70050-900 - Brasília - DF

Senhor Procurador Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência documentos recebidos em meu escritório político em Boa Vista, com denúncias de desvios e corrupção no setor de Distribuição de Medicamentos Farmacêuticos (DAF) da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima.

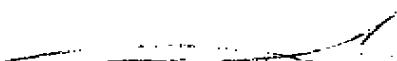
Ressalto que, além dos documentos ora anexados, posteriormente, enviarei mais dois volumes de documentos, também frutos da investigação policial no Estado de Roraima, que retratam fraudes de notas e licitações, dentre outros fatos graves, envolvendo a Secretaria de Saúde de Roraima.

Em face das gravidades das denúncias e dos indícios de participação de autoridades do Estado de Roraima no esquema criminoso, somente uma investigação federal teria imparcialidade e capacidade de chegar-se a uma conclusão sobre os fatos, com consequente punição ao supostos envolvidos.

Assim, requeiro ao ilustre Procurador, seja determinada uma investigação por parte do Ministério Público Federal, bem como outras providências que Vossa Excelência julgar convenientes ao caso.

Aproveitando o ensejo, reitero a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição.

Respeitosamente,



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

São Paulo, quinta-feira, 19 de agosto de 2010

FOLHA DE S.PAULO cotidiano

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

DENGUE

Roraima tem mais 8 casos suspeitos de dengue do tipo 4

DE BOA VISTA - O Ministério da Saúde informou ontem que há mais oito casos suspeitos de dengue do tipo 4 em Roraima. Exames sobre os casos aguardam apenas contraprova.

Na semana passada, o ministério confirmou três casos em Boa Vista -outro ainda estava sob análise.

As novas suspeitas foram detectadas em amostras coletadas de 30 pacientes suspeitos. Autoridades locais querem saber se todos os pacientes foram infectados em Boa Vista ou se o sorotipo já circula pelo Estado.

Ontem, agentes iniciaram buscas por pacientes para traçar o perfil dos casos.

Até agosto, foram notificados em Roraima 8.342 casos de dengue clássica.

[Texto Anterior: Saúde: Médicos residentes decidem continuar greve em todo país](#)

[Próximo Texto: Metrô chega nos próximos dias à Vila Prudente](#)
[Índice](#)

Surgem mais 8 casos suspeitos de dengue 4

Fonte: a A A A

CYNEIDA CORREIA

A Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde publicou ontem nota técnica apontando a possibilidade de haver outros oito casos de dengue tipo 4 dentre as 19 amostras coletadas em Boa Vista.

Seis desses casos estão na capital e dois nos municípios de Cantá e Normandia. A investigação epidemiológica realizada nesses dois municípios irá definir o local provável de infecção. Outros três casos já foram confirmados pela contraprova e um aguarda confirmação.

As amostras foram enviadas para o Instituto Evandro Chagas, em Belém (PA), pelo fato de o único registro do sorotipo DENY 4 no Brasil ter ocorrido há 28 anos.

Para a confirmação final dos casos, será necessária a confirmação laboratorial por diferentes técnicas: biologia molecular, obtenção dos isolados vírais nas culturas de células e sequenciamento do genoma viral para origem da linhagem do vírus circulante em Boa Vista.

Segundo a nota técnica, já está sendo realizada busca ativa nos bairros desses outros três casos. Todos os casos, incluindo possíveis casos futuros, devem aguardar resultado definitivo da contraprova do Instituto Evandro Chagas.

Por conta do risco de contaminação, o Ministério da Saúde enviou uma equipe de campo especializada em controle de vetores e vigilância epidemiológica para Boa Vista com suporte adicional de medicamentos e insumos para intensificação das atividades de combate e atendimento médico a possíveis novos casos de dengue.

A nota também informa que houve evidente declínio do número de casos de dengue em Roraima, e que é necessário intensificar as ações de controle de dengue.

Os bairros onde foram notificados casos suspeitos de dengue tipo 4 em Boa Vista são: Pricamã, Baturitá, Caimbé, Santa Teresinha e Caraná. Mas há casos confirmados somente no Cidade Satélite, Santa Teresinha e Baturitá.

Roraima já registra 83 mil casos de dengue

Até 07 de agosto de 2010 foram notificados 8.342 casos de dengue clássica com 61 registros de dengue hemorrágica e 160 de dengue com complicações. Em relação ao mesmo período de 2009 houve um acréscimo de 44,5% quando foram notificados 4.631 casos. No Município de Boa Vista, foram notificados 5.171 casos o que equivale a 62% dos casos do Estado de Roraima.

No estado circulam, desde o início do ano, os sorotipos da dengue tipo 1 e tipo 2 e recentemente foi detectado o sorotipo dengue 4. Houve evolução para cura sem necessidade de internação de nenhum dos casos.

DENGUE 4 - No dia 30 de julho de 2010, a Secretaria de Saúde de Roraima notificou a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde um caso suspeito de dengue tipo 4.

O paciente suspeito da doença em Boa Vista é um adulto do sexo masculino que reside em Boa Vista e não esteve fora da capital no tempo que seria o ciclo epidemiológico da doença, portanto, ele foi contagiado em Boa Vista.

Os primeiros sintomas foram percebidos no dia 25 de junho, mas só no dia 28 o paciente procurou atendimento médico, na Policlínica Cosme e Silva, no bairro Piatolândia, apresentando os sintomas da doença (febre, dores de cabeça e no corpo). O médico solicitou exame no Lacen, que apontou dengue do tipo 4. O exame foi repetido três vezes e todas as amostras deram os mesmos resultados.

Conheça a dengue tipo 4 e seus sintomas

A dengue do tipo 4 é uma variante da doença viral que não era identificada no Brasil desde 1982. Embora a infecção por essa forma do vírus - o DENV-4, como o chamam os especialistas - não seja, por si só, muito agressiva. O retorno dela é uma má notícia para a saúde pública.

Isso porque as pessoas que já tiveram alguma das outras três formas da dengue não estão imunes contra o DENV-4 - e a reinfecção com a doença aumenta a chance de que elas desenvolvam a forma hemorrágica da doença, muito mais letal.

O último surto da doença aconteceu nos municípios de Boa Vista e Caracariá. As suspeitas foram confirmadas pelo Ministério da Saúde. No ano passado, surgiram três casos suspeitos em Manaus (AM), mas nenhum confirmado.

A dengue tem 4 tipos de vírus: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Em Roraima, os tipos DENV-1 e DENV-2 são os mais comuns. As pessoas que já tiveram alguma das outras três formas da dengue não estão imunes ao DENV-4.

A reinfecção pela doença aumenta a chance de o paciente desenvolver a forma hemorrágica e mais letal. Ao contrário de quem teve dengue do tipo DENV-1 e DENV-2, que está imune de pegar o mesmo tipo viral novamente.

O fato de o Estado de Roraima ser fronteira com a Venezuela, país onde circula os quatro tipos de dengue, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), facilita a entrada do vírus no Brasil.

SINTOMAS - Os sintomas do tipo 4 da dengue são semelhantes aos dos outros três tipos da doença, ou seja, o infectado pode ter febre, moeza, cansaço, dores no corpo (sobretudo nas articulações) e nos olhos, muito cansaço, perda de apetite e paladar, náuseas, tonturas, vômitos e dor de cabeça. Podem também aparecer manchas vermelhas pelo corpo e, em alguns casos, sangramento, principalmente nas gengivas.

As pessoas com sintomas da dengue devem buscar unidades de saúde para realizar o exame. Remédios à base de ácido acetilsalicílico, tais como AAS, Melhoral, Doril, Sonrisal, Alka-Seltzer, Engov, Cíhalena, Doloxene e Buferín não devem ser tomados, pois podem agravar o quadro do paciente.

23/08/2010 10h17

Além de Boa Vista, vírus também pode estar circulando no Cantá

Andrezza Trajano

O (MS) Ministério da Saúde divulgou hoje (23), por meio de nota técnica, resultado dos inquéritos epidemiológicos realizados nos municípios de Cantá e Normandia, onde há casos suspeitos de dengue tipo 4.

De acordo com o documento, o inquérito concluiu que o paciente de 55 anos, morador de Cantá, não esteve fora do município no provável período de incubação do sorotipo viral, que dura entre três e 15 dias. Ou seja, se o caso dele for confirmado, o homem, que é agente de endemias, foi mesmo infectado naquela cidade.

Já no caso da indígena de 20 anos, moradora da comunidade da Raposa, em Normandia, o inquérito concluiu que ela foi provavelmente infectada em Boa Vista. A mulher esteve na capital nos últimos dois meses, o que afasta a possibilidade de ter sido infectada naquela cidade, em razão estar fora do local no período de incubação do sorotipo.

Em Roraima existem nove casos suspeitos (oito em Boa Vista e um no Cantá) de dengue tipo 4, com três ocorrências confirmadas. Este vírus não circulava no país há 28 anos. Mas há registros do vírus em dez países das Américas, incluindo Venezuela, Peru, Colômbia e Equador. Roraima faz fronteira com a Venezuela.

Os sintomas e o tratamento para esta variação da dengue são os mesmos dos outros três tipos: dor de cabeça, dores no corpo e nas articulações, febre, dor atrás dos olhos, diarreia, vômito, entre outros. O protocolo de tratamento também é o mesmo, independentemente do tipo de vírus.

A preocupação do Ministério da Saúde é que, como o vírus não é registrado no país há muitos anos, a maioria da população não tem imunidade contra ele. Uma pessoa infectada novamente, agora por este tipo 4, possa evoluir para o caso mais grave da doença, que é a forma hemorrágica. Em Roraima circulam desde o início do ano os sorotipos 1 e 2.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As matérias referidas serão inseridas na forma do Regimento Interno, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Belini Meurer* (S)
Maioria-PMDB - Selma Elias* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo prorrogado: 02/09/2010

Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,32,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (31)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. N° 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. N° 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)

31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).

34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.

**. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.

***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.

****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

*****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	

Maoria (PMDB, PP)

Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	

PTB

Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)
-----------------	-------------------------

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maoria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)

6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**RELATOR-GERAL:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO:** Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)**RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:** Senador Almeida Lima (PMDB-SE)**RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)**Designação:** 09/07/2010**Instalação:** 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. n° 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 33033511
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Paulo Paim (PT) (11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) (37,93,105)	4. Belini Meurer (PT) (36,106,114)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. VAGO (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59,112)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,91,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,95,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69,117)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) (1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Jorge Yanai (DEM) (43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Níura Demarchi (PSDB) (52,107,110,113)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) (5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).

43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).

56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).

60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).

61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).

65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).

66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).

70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).

71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).

72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).

73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).

75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).

79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).

94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).

99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).

100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).

104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).

105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).

106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

110. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).

111. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

112. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

113. Em 15.07.2010, a Senadora Núria Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).

114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)

117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senador Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Belini Meurer (PT) (31,32,107,113)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Leomar Quintanilha (PMDB) (48,80,101)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,109)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,110,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Crístovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).

58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).

60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).

61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).

62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).

63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSJN nº 135/2009).

64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).

65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).

66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).

67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).

68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).

74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).

79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).

91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).

93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).

98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).

99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).

100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).

101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 76/2010).

102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 77/2010).

103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 78/2010).

104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).

105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).

106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).

107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. N° 051/10-GLDEM).

113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).

114. Em 15.07.2010, a Senadora Núria Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 103/2010).

116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (10,11)
VAGO (2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) (3)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) (6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (5)
PMDB	
VAGO (8,18)	1. VAGO (7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (4)	1. Gim Argello (PTB) (9)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5.6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. n° 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. n° 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. N° 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (103)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Belini Meurer (PT) (37,111,113)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,102,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,101,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64,115)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Moraes (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45,110)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).

11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.

12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).

13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).

14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).

16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).

18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).

20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).

24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.

42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.

50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.

51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.

53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).

55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).

56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).

57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).

58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).

59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).

60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).

61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).

63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).

65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).

72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).

73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).

74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).

76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).

77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).

85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).

90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).

91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).

92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)

94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).

101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

102. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).

109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).

110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).

114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- *. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (34,125)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Belini Meurer (PT) (33,76,78,80,96,116,120)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,108)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62,124)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54,119)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,109)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,42,115,118,121)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
João Faustino (PSDB) (13,48,117,122,123)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.

42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).

46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).

48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.

50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).

53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).

55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).

56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).

57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).

58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).

59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).

60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).

61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).

62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).

63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).

64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).

65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).

67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).

68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).

70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).

72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).

73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).

80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).

81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).

85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).

88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).

89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).

93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.

94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).

96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).

97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)

101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).

102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

108. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

109. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).

119. O Senador Garibaldis Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

123. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.

124. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

125. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,17,23)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,18)	2. Flávio Arns (PSDB) (17,18,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,15)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,12)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,16)
PDT	
Cristovam Buarque (7,20)	1. VAGO (20)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (25)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PV) (7,25,43,45)	2. César Borges (PR) (20)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
VAGO (38,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (29,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (35)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,28,63)
Heráclito Fortes (DEM) (32)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,27,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,17)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (16)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).

58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).

61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) (11,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jorge Yanai (DEM) (13,14)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. VAGO (3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (9)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).

47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).

49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).

58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).

61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).

62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).

65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).

66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).

80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).

81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,95,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,105)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,102,104)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).

50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.

52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.

55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.

56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.

59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).

61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).

62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).

63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).

64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).

65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).

66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).

67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).

68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).

69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).

70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).

72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).

73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).

76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).

77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).

79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).

87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).

88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).

94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).

97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).

98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).

99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).

100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 105/2010).

104. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.

105. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplementares

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Belini Meurer (PT) (18,90,92)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).

45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).

49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).

50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).

51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).

52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).

53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).

54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).

55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).

58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).

59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).

60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).

62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).

63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).

64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).

66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).

74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).

84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).

85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).

90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).

93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).

94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (57,58,68)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (27)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (31,47,55,56,67)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,45)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (38,65,66)	1. Jorge Yanai (DEM) (32,63,64)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (35,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,30)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,29)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,22,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (17,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
31. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).

51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).

55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).

57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).

58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

59. Vago em virtude do Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

67. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

68. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,36,46,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (41,43)
Neuto De Conto (PMDB) (40,47,86)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (44,45)	3. Renan Calheiros (PMDB) (39,42)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (35,37,81,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM) (26,77,78)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
José Bezerra (DEM) (27,80,84)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25,82)
João Faustino (PSDB) (13,53,56,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).

16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).

18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).

25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).

27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).

28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).

29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).

30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).

31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).

32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).

33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).

34. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

35. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

37. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).

38. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).

39. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).

42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).

43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).

46. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).

50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).

51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.

54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).

56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).

57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).

63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).

64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).

65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.

66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).

68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).

71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).

72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).

79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).

80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).

84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).

86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ⁽¹³⁾	2. VAGO (6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
1. Gerson Camata (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jorge Yanai (DEM)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
1. Romeu Tuma	

Notas:

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,65,73)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,72,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Jorge Yanai (DEM) (28,70,71)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Círcero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).

46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).

47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).

49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).

58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.

64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).

67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)

70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

72. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).

73. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).

74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).

77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
VAGO (14)		2. Ideli Salvatti (PT-SC) (16)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)
Maioria (PMDB, PP)		
VAGO (15)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
VAGO (17)		4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO (10)		1. VAGO (11)
VAGO (12)		2. VAGO (6)
VAGO (7)		3. VAGO (8)
VAGO (9)		4. VAGO (9)
VAGO (9)		5.
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
PDT		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

Atualização: 11/08/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

*. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.

*. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Sihessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (Br)¹⁷

Vice-Presidente: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)¹⁷

Vice-Presidente: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)¹⁷

Vice-Presidente: Parlamentar Ignácio Mendoza Unzain (Py)¹⁷

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁶
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^{6 15} (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹²
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹³	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁴

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹³ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁴ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

¹⁵ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁶ O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

¹⁷ Eleitos para o segundo semestre de 2010, com designação a partir de 09 de agosto de 2010, conforme Ofício S/078/2010, de 13.08.2010, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 164 páginas

OS: 2010/14524